



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

LÍVIA APARECIDA PIRES DE MESQUITA

**O PAPEL DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: a
comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**

CATALÃO (GO)

2013

LÍVIA APARECIDA PIRES DE MESQUITA

**O PAPEL DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: a
comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
BSCAC/UFG**

M538p Mesquita, Lívia Aparecida Pires de.
O papel das mulheres na agricultura familiar [manuscrito]: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás / Lívia Aparecida Pires de Mesquita. - 2013.
135 f. : il., figs.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Estevane de Paula Pontes Mendes;
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas e siglas.

Apêndices.

1. Mulher. 2. Agricultura familiar. 3. Relações de gênero. 4. Comunidade Rancharia. 5. Campo Alegre de Goiás. I. Título.

CDU: 631.115.11-055.2(817.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

LÍVIA APARECIDA PIRES DE MESQUITA

O PAPEL DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: a comunidade
Rancharia, Campo Alegre de Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Catalão (GO), 20 de fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - UFG/CAC
Orientadora

Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa – UFG/CAC
Examinadora

Prof. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiro Hespanhol - UNESP
Examinadora

*À todas as mulheres da comunidade Rancharia,
ao meu pai Joed e à minha mãe Lucrecia*

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres da terra que me incentivaram a compreender as relações de gênero presente no meio rural e me despertaram o desejo de lutar pela visibilidade dessas sujeitas esquecidas pela história. Um agradecimento especial às mulheres da comunidade Rancharia, que se dispuseram do seu tempo para me oferecer suas memórias de sofrimentos e de vitórias, exemplos de vida e de luta que tanto enriqueceram a pesquisa;

Aos homens da comunidade Rancharia, pois não se pode compreender a história das mulheres isoladas da dos homens;

A minha orientadora Prof. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, pela paciência, dedicação e orientação;

Às professoras da Banca Examinadora de Qualificação, Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa e Prof^ª. Dra. Marise Vicente de Paula;

Às professores da Banca Examinadora de Defesa Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa e Prof. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiro Hespanhol;

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Socioambientais (NEPSA) pela estrutura física, pelo acervo bibliográfico e fotográfico disponível;

À todos os integrantes do NEPSA, Diego Emanuel, Marcelino Francisco, Josimar Bernades, Amanda Pires, Cristina Agla, Kálita Tavares, Janete Costa, Lara Cristina, Khézia Monteiro, Robson Santos por compartilhar bons e divertidos momentos, além de ricas experiências de trabalho e discussão. Um agradecimento especial ao Marcelino Francisco e ao Robson Santos que me acompanharam as idas de campo e contribuíram para o desenvolvimento das entrevistas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

À Fundação de Apoio a Pesquisa (FUNAPE/UFG);

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão;

À minha família pelo apoio em todas as horas, em especial ao meu pai Joed Pires de Lima, à minha mãe Lucrécia Silva de Mesquita Pires, à minha irmã Amanda Pires de Mesquita e ao meu irmão Joed Pires de Lima Júnior, que não mediram esforços para que eu conseguisse essa vitória;

Ao meu namorado, Gustavo Adolpho, pelo carinho e por tornar meus dias difíceis em momentos de distração e alegria;

Aos(às) colegas de mestrado, em especial as amigas Ana Paula e Siza Bete;

Aos(às) amigos(as) pela parceria nos bons e nos maus momentos;

Finalmente, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram durante essa jornada, contribuindo de diversas formas para a elaboração e conclusão deste estudo.

Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores. (CORALINA, 2006, p. 27)

RESUMO

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Os(as) agricultores(as) familiares têm como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo que esta é a principal responsável pela efetivação do trabalho. A família é ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo, assim, por ser o trabalho organizado a partir e para a família, torna-se fundamental compreender os espaços ocupados pelas mulheres na agricultura familiar. As recentes transformações ocorridas no espaço agrário goiano, com o advento da modernização, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, provocando a descapitalização e a exclusão social do(a) pequeno(a) agricultor(a) familiar. Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiar, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista e o trabalho das mulheres contribui para a permanência das famílias no campo. No entanto, a relação de gênero presente no meio rural atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Às mulheres é reservada a esfera do privado, do doméstico e mesmo exercendo atividades na esfera produtiva estas são consideradas como 'ajuda'. Enquanto os homens assumem o papel de provedores das famílias, sendo lhes reservados o local público e de produção. Essa divisão do trabalho causa a 'invisibilidade' do papel feminino na agricultura familiar, já que seu trabalho na esfera doméstica não gera renda, e nas tarefas relacionadas à produção é reduzido ao caráter de ajuda. Diante dessas considerações, busca-se compreender os principais aspectos da agricultura familiar, bem como as características e a importância do papel das mulheres agricultoras na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás. Para a realização deste trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre os principais paradigmas do desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar, trabalho feminino e relações de gênero. Também foi realizada pesquisa documental no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN - GO). E pesquisa de campo, na qual foi utilizada como metodologia a fonte oral, com a realização de 13 entrevistas com as produtoras e os produtores rurais da comunidade Rancharia e 4 (quatro) entrevistas de história de vida com as 2 (duas) moradoras mais jovens e com 2 (duas) mais idosas da Comunidade. A 'invisibilidade' do trabalho das mulheres na agricultura familiar está associada à divisão sexual e social do trabalho. Além disso, a cultura patriarcal, que está inserida tanto no modo de pensar dos homens como das mulheres, contribui para a visão de que o lugar do trabalho da mulher é na esfera doméstica, ligados aos cuidados com a família e a casa, o que caracteriza o trabalho na produção como complementar.

Palavras-chave: Mulher. Agricultura familiar. Relações de gênero. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás.

ABSTRACT

Familiar agriculture is an used concept to characterize the units of agricultural production, structuralized in the familiar work, who identify themselves by relationship among land, work and family. The (the) farmers (as) family have as one of the main characteristics of family control over the means of production, and this is primarily responsible for the execution of the work. The family is at the same time, unit of production and consumption, so, being from organized labor from and to the family, it becomes essential understand the spaces occupied by women in familiar agriculture. The recent transformations in the goiano agrarian space, with the advent of the modernization, had affected small and medium sized rural properties, leading to impoverishment and social exclusion of the small family farmer, what brought as a consequence the rural exodus. Given this context, it has been the constant adoption of different social and economic strategies for rural family production, which has enabled its insertion in capitalist society and the women's labor contributes to the permanence of the family in the countryside. However, the gender rations present in rural areas assigns different roles for each sex. Women are restricted to the private sphere of the home and even performing activities in the productive sphere these are considered as 'help'. While the man assumes the role of family provider, and him being booked the public place and the productive sphere. This division of labor causes the 'invisibility' of women's role in family farming, since his work in the domestic sphere does not generate income and tasks related to the production is considered only as aid. Given these considerations, we seek to understand the main aspects of family farming, as well the characteristics and importance of the role of women farmers in the community Rancharia, municipality of Campo Alegre de Goiás (GO). To carry out this work was performed a theoretical-conceptual review on familiar agriculture, women's labor and gender relations. We also carried out desk research on the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Secretary of State for Management and Planning Goiás (SEGPLAN - GO). And field research, which was used as a source oral methodology with the completion of thirteen (13) Interviews with the producers and farmers community Ranchi, municipality of Campo Alegre de Goiás (GO) and four (4) interviews life history with two (2) younger and with two (2) older the Community. It is believed that the 'invisibility' of women's labor in familiar agriculture is associated with social and sexual division of labor. Moreover, the patriarchal culture, which is embedded in both the thinking of men and women, contributes to the view that the place of women's work is in the domestic sphere, connected care with the family and home, which characterizes work in production as complementary.

Keywords: Woman. Family agriculture. Gender relations. Community Rancharia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mosaico de foto das mulheres da comunidade Rancharia. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012 (Capa).....	
Mapa 1	Localização da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás - 2012.....	32
Foto 1	Centro Comunitário. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.	35
Gráfico 1	Religião dos(as) entrevistados(as). Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	37
Foto 2	a e b) residências com arquitetura mais antiga; c e d) residências com arquitetura mais moderna. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	37
Foto 3	Filtro de barro. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	38
Foto 4	Fogão a lenha. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	39
Foto 5	Prateleira utilizada para acondicionar panelas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	39
Foto 6	Cultivo de fruta e hortaliças. a) Horta familiar; b) Cultivo de mamão; c) Cultivo de laranja; d) Cacho de banana. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	52
Gráfico 2	Produtos cultivados pelas famílias entrevistadas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	53
Foto 7	a: Criação de galináceos para o consumo familiar; b: Criação de suínos para o consumo familiar. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	54
Foto 8	Bovinos da raça girolanda em uma das propriedades. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	55
Gráfico 3	Produtos que geram renda monetária agrícola. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	56
Foto 9	Produção de queijos. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012	57

Tabela 1	Renda média mensal familiar em salários mínimos. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	58
Foto 10	Ordenha manual realizada pela agricultora na comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2010.....	73
Foto 11	Produção de doce de figo em calda. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2010.....	74
Gráfico 4	Idade dos agricultores e das agricultoras. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012.....	85

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCOA - Instituto Aluminun Company of America

CAC - Campus Catalão

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COACAL - Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda.

DVD – Digital Video Disc

GETE-UEPG - Grupo de Estudos Territoriais - Universidade Estadual de Ponta Grossa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEPSA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

PIBIC – Programa de Iniciação Científica

PNDAS - Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sefac - Serra do Facão Energia

SEGPLAN (GO) - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás

SEPIM (GO) - Superintendência de Pesquisa e Informação de Goiás

UHE – Usina Hidrelétrica

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	COMUNIDADE RANCHARIA: as trilhas da pesquisa	19
2.1	A seleção do universo teórico de representação	20
2.2	O uso dos documentos	23
2.3	O universo empírico da pesquisa	24
2.4	As características e a localização da área de pesquisa	31
2.5	Aspectos sociais e culturais da comunidade Rancharia	34
2.6	O conceito de comunidade	41
3	AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: o viver e o produzir na comunidade Rancharia	43
3.1	Características da agricultura familiar: a relação entre terra, trabalho e família	44
3.2	Estratégias de produção e reprodução familiar na comunidade Rancharia .	50
4	RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE RANCHARIA: o trabalho das mulheres na agricultura familiar	60
4.1	O gênero na análise das relações entre agricultoras e agricultores familiares	61
4.2	Relações de gênero na agricultura familiar: a mulher na comunidade Rancharia	66
4.3	Herança e gênero: a partilha desigual, a masculinização e o envelhecimento no campo	77
5	A CONDIÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: trajetórias e vivências na comunidade Rancharia	88
5.1	A mulher na sociedade patriarcal	90
5.2	A influência da cultura patriarcal na vivências das famílias na comunidade Rancharia	95

5.3	Tempo e espaços de gêneros: sociabilidade, lazer e as principais dificuldades de homens e mulheres na comunidade Rancharia.....	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	118
	ANEXO A - Roteiro de entrevista com as(os) produtoras(es) da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás.....	129
	ANEXO B - Termo de aprovação de projeto no Comitê de Ética.....	133
	ANEXO C - Termo de ciência e de autorização para disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG	135

1 INTRODUÇÃO

ANINHA E SUAS PEDRAS

*Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.*

*Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.*

*Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.*

*Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.*

(CORALINA, 2004, p. 243)

1 INTRODUÇÃO

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Os(as) agricultores(as) familiares têm como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo que esta é a principal responsável pela efetivação do trabalho. A família é ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo, assim, por ser o trabalho organizado a partir e para a família, torna-se fundamental compreender o papel desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar.

Para suprir as necessidades da família, os(as) agricultores(as) criam estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução/produção ao longo das gerações. Nesse sentido, o trabalho das mulheres no meio rural é considerado como uma estratégia de manutenção das famílias ao longo das gerações. No entanto, o mesmo, geralmente, é visto pela família agricultora apenas como uma mera ajuda, ou seja, possui aspectos secundários em relação ao trabalho masculino. Diante dessas considerações, busca-se compreender os principais aspectos da agricultura familiar, bem como as características e a importância do papel das mulheres agricultoras na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás.

Com vistas a dar visibilidade ao papel da mulher foi utilizado o conceito de gênero o qual foge da categoria sexo biológico para justificar as desigualdades construídas entre homens e mulheres e enfatiza que as diferentes características do masculino e do feminino são construções sociais e históricas.

Assim, as questões de gênero na agricultura familiar são abordadas a partir da década de 1970¹. Período em que, os movimentos femininos e feministas incorporaram uma nova perspectiva pautada pela noção de gênero, e começaram a resgatar e/ou construir a cidadania da mulher trabalhadora rural, proporcionando uma maior visibilidade às agricultoras.

A escolha da comunidade Rancharia, no município de Campo Alegre de Goiás, deve-se ao fato de grande parte da mesma utilizar, predominantemente, a mão-de-obra familiar na unidade produtiva e por apresentar número significativo de agricultoras (cerca de

¹ Na década de 1970 o Brasil vive a repressão da ditadura militar e passava por diversas transformações tanto na economia quanto na política, na arte, na educação, na cultura entre outros. Período também em que eclodiam diversos movimentos sociais que pregavam ideias de liberdade e de transformações sociais como o movimento feminista.

20 mulheres) que realizam tanto o trabalho reprodutivo como o trabalho produtivo², o que de fato despertou o interesse em compreender a importância de seu papel na unidade familiar, e como este é visto/reconhecido pela família agricultora. Além disso, a Comunidade foi atingida pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão³ e possui famílias monitoradas pelo projeto “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório da UHE Serra do Facão”, realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG) do qual faço parte, fato que possibilitou as visitas à Comunidade e à obtenção de informações sobre a mesma.

O interesse pessoal pela discussão da temática se deu pelo fato de ter pesquisado sobre agricultura familiar e estratégias de produção durante a participação no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFG), nos anos de 2009 e 2010 e durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Geografia da UFG/CAC, no ano de 2010, no qual foi realizada uma pesquisa sobre as estratégias de produção dos agricultores familiares da comunidade Varão, município de Davinópolis (GO) e, também, por ser filha de pequeno(a) produtor(a) e ter vivenciado na infância o modo de viver e o trabalho da minha mãe, de tias e avós, e como estes contribuía para sobrevivência familiar, apesar de receber pouco ou nenhum reconhecimento. No campo teórico, destaca-se o interesse pela análise das principais controvérsias quanto ao modo que se desenvolve as relações de gênero na agricultura familiar, à importância do trabalho das mulheres agricultoras e das unidades produtivas familiares para a sociedade contemporânea e, das particularidades locais e regionais.

A ‘invisibilidade’ do papel das mulheres na agricultura familiar está associada à divisão sexual e social do trabalho, na qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens pelo trabalho produtivo. Esta questão contribui para a gratuidade, e conseqüentemente, para a ‘invisibilidade’ do seu trabalho, uma vez que, o trabalho dito reprodutivo não tem caráter mercantil e o seu trabalho ligado à produção é reduzido a uma ajuda. É importante salientar que a cultura patriarcal, inserida tanto no modo de pensar dos homens como das mulheres, principalmente, no meio rural, contribui para a visão de que o

² “Na década de 1970, principalmente entre os marxistas, houve uma preocupação acentuada em diferenciar o trabalho produtivo (aquele que produz mais valia) do reprodutivo (que não produz). Nessa caracterização o trabalho doméstico acaba sendo considerado improdutivo, mesmo contribuindo na economia doméstica.” (BONI, 2005, p. 15). É a partir dessa compreensão que utilizaremos a divisão do trabalho entre produtivo e reprodutivo.

³ A Usina Hidrelétrica Serra do Facão está localizada entre os municípios de Catalão e Davinópolis, ambos no Estado de Goiás. O lago abrange ainda terras dos municípios goianos de Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Ipameri e Paracatu, em Minas Gerais. A construção da usina se iniciou no ano 2006 e em 13 de julho de 2010 entrou em operação comercial.

lugar do trabalho da mulher é na esfera doméstica, voltado aos cuidados com a família e a casa.

Esse estudo apresenta a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar com vistas a enfatizar a relevância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo. É necessário analisar melhor os esforços despendidos pelas mulheres agricultoras por outros vieses, com o intuito de tornar reconhecido o seu trabalho, tanto ligado à produção como também a reprodução familiar.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa encontra-se dividida em quatro seções além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção intitulada “A comunidade Rancharia: trilhas da pesquisa” objetivou-se explicitar os caminhos percorridos para a realização da pesquisa teórica, documental e de campo, quais os principais autores utilizados para fornecer o embasamento teórico, os documentos analisados na pesquisa documental, e quais os instrumentos utilizados e os caminhos percorridos para coletar as informações sobre os(as) sujeitos(as) estudados(as). Nessa seção também são apresentados os principais aspectos sociais, econômico e cultural, e a localização geográfica da comunidade Rancharia e do município de Campo Alegre de Goiás. Utilizou-se autores, como Triviños (1987), Alves Mazzotti e Gewandsznajder (2002), Gil (1999, 2002), Luna (2007) e Mendes e Pessôa (2009).

Na seção “Agricultura familiar e estratégias de produção e reprodução social: o viver e o produzir na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás” é analisado as principais características e definições da agricultura familiar com vistas, a demonstrar a importância das unidades familiares no contexto agrário brasileiro. Essa discussão tem como finalidade permitir estudar as estratégias utilizadas pelos(as) agricultores(as) familiares na comunidade Rancharia para permanecerem no campo frente às mudanças em curso. Enfatiza-se a importância da relação entre teoria e empiria, no qual o momento da empiria é entendido como fundamental para adquirir as informações sobre os sujeitos que juntamente com o referencial teórico engendraram a construção da pesquisa e, possibilita estabelecer comparações, diferenças e sugerir novas contribuições teóricas. Os principais autores utilizados para fundamentar a discussão foram: Abramovay (1992), Lamarche (1993), Woorthmann e Woorthmann (1997), Schneider (2003), Tedesco (1999, 2001) e Wanderley (2001). Teses e dissertações de pesquisas regionais: Mendes (2005, 2008), Venâncio (2008) e Mesquita (2011).

A seção “Relações de gênero na agricultura familiar: o trabalho feminino na produção e reprodução familiar na comunidade Rancharia” aborda as relações de gênero e as

respectivas relações de poder entre homens e mulheres no meio rural, e como essa discussão pode contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo. Buscou-se, ainda, analisar o papel da mulher na produção e reprodução da família rural, com ênfase na comunidade Rancharia. Autores que contribuíram para essa análise: Scott (1995), Foucault (1995, 2006, 2007), Louro (1997), Araújo e Scalón (2005), Melo e Di Sabbato (2006), Brumer e Weisheimer (2006) e Oliveira (2007). Teses e dissertações: Medeiros e Ribeiro (2003), Gonçalves (2004), Garcia (2004) e Burg e Lovato (2007).

Na seção “A condição da mulher no meio rural: a percepção da família agricultora em relação ao trabalho das mulheres na comunidade Rancharia” analisa-se, através das trajetórias e as vivências das mulheres da Rancharia, como a relação de poder e o discurso incorporado pela sociedade patriarcal influenciam na organização da família e no ‘modo de ser mulher’ no campo. Aborda também quais são os espaços de sociabilidade construídos pelas mulheres e pelos homens da Comunidade, quais têm sido as principais dificuldades encontradas pelas mulheres para viver no campo e quais são as suas maiores preocupações. Autores que contribuíram para essa análise: Narvaz e Koller (2006a, 2006b), Foucault (1995, 2006, 2007), Pinheiro (2008), Follador (2009), Louro (1997), Bourdieu (2007), Castells (2008), Narvaz (2005) e Saffioti (2004a, 2004b).

Nas aberturas de cada seção, assim com na introdução e nas considerações finais, foram utilizados poemas de Cora Coralina. A escolha dessa autora se dá pelo fato de ser uma mulher batalhadora, símbolo de resistência e humanidade, que conseguiu alcançar seus objetivos através de seu esforço e do seu talento. Além disso, seus poemas enriqueceram o trabalho uma vez que estes representam os anseios e os conflitos vividos por aqueles que são tradicionalmente silenciados, e dentre eles estão as mulheres. Sendo assim, foram escolhidos quatro poemas que têm com enfoque a luta, a resistência e as mulheres, são eles: Aninha e suas pedras, A procura, Estas mãos, Todas as vidas, Mulher da vida e Oferta de Aninha.

2 COMUNIDADE RANCHARIA: as trilhas da pesquisa

A PROCURA

*Andei pelos caminhos da Vida
Caminhei pelas ruas do Destino -
procurando meu signo.
Bati na porta da Fortuna,
mandou dizer que não estava.
Bati na porta da Fama,
falou que não podia atender.
Procurei na casa da Felicidade,
a vizinha da frente me informou
que ela tinha mudado
sem deixar novo endereço.
Procurei a porta da Fortaleza.
Ela me fez entrar: deu-me veste nova,
perfumou-me os cabelos,
fez me beber de seu vinho.
Acertei o meu caminho.*

(CAROLINA, 2004, p. 230)

2 COMUNIDADE RANCHARIA: as trilhas da pesquisa

A pesquisa tem como sujeitos(as) os(as) agricultores(as) familiares da comunidade Rancharia no município de Campo Alegre de Goiás, e esta analisa as características e a importância do papel das mulheres agricultoras, bem como os principais aspectos da agricultura familiar no seu próprio contexto, no lugar onde se dão as relações socioeconômicas, analisando-as de forma integrada. Assim, realizou-se pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo, as quais possibilitaram intensificar a familiaridade com as questões trabalhadas.

O objetivo desta seção é descrever os procedimentos que foram utilizados para desenvolver a pesquisa teórica, documental e de campo. Quais as principais teses/autores utilizados para fornecer o embasamento teórico. Os documentos analisados na pesquisa documental. E quais os instrumentos utilizados na pesquisa de campo, as condições em que a pesquisa foi realizada (quais procedimentos, local e período da realização, com quais/quantos indivíduos).

Nessa seção também são apresentados os principais aspectos sociais, culturais e a localização geográfica da comunidade Rancharia e do município de Campo Alegre de Goiás. Um histórico do surgimento da Comunidade, assim como dados sobre os aspectos demográficos e econômicos como: a) propriedade e família; b) produção; c) saúde e educação; e d) eventos culturais. Coube também a construção da definição de comunidade para referir-se a Rancharia (BUBER, 1987; WIRTH, 1973; MACIVER e PAGE, 1973).

2.1 A seleção do universo teórico de representação

A metodologia da pesquisa é entendida como um conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objetivos inicialmente propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação. Assim buscou-se discutir a importância da teoria para o desenvolvimento da pesquisa e como esta foi realizada, ou seja, quais os principais autores que nortearam a análise proposta.

De acordo com Luna (2007) pesquisar é produzir conhecimento novo, relevante teórica e/ou socialmente. É a investigação de um problema realizada a partir de uma

metodologia, que envolve tanto formas de abordagem do problema quanto os procedimentos de coleta de dados, cujos resultados devem ser válidos. Dessa forma, a pesquisa constitui-se em um conjunto de procedimentos que visa produzir um conhecimento novo.

Corroborando com essa análise, Gil (2002, p. 17) afirma que pesquisa é um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas ao problema proposto [...]” E esta se desenvolve ao longo de um processo que envolve diversas fases, desde a formulação do problema até a apresentação satisfatória dos resultados.

Para iniciarmos uma pesquisa é necessário ter clareza do tema que se pretende pesquisar, sendo assim, o tema “o papel da mulher na agricultura familiar” foi escolhido pelo fato da “ausência” de pesquisas que retratem e demonstrem a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência das famílias no campo. Ao pesquisar sobre os(as) agricultores(as) familiares desde a graduação em Geografia, os textos lidos tratavam superficialmente, ou até mesmo nem citavam, o trabalho das mulheres na agricultura, essa questão despertou o interesse em conhecer e entender melhor o papel das mulheres no campo, tendo como foco contribuir para uma maior visibilidade às mulheres agricultoras.

O fato de ter vivido minha infância no meio rural e de ter contado com várias famílias agricultoras através das pesquisas realizadas pelo projeto “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório da UHE Serra do Facão”⁴, me fez perceber como o trabalho das mulheres tanto da minha família como das demais famílias era/é desvalorizado.

Com o tema escolhido e com o problema levantado, delimito a área de pesquisa, a comunidade Rancharia, elaborei os objetivos e através deles as metodologias necessárias que são: a) pesquisa teórica, b) pesquisa documental e c) pesquisa de campo.

Para que se possa desenvolver uma pesquisa de natureza geográfica, torna-se necessário domínio do conteúdo teórico e conceitual por meio de leituras específicas, assim, a pesquisa teórica representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. Para Luna (2007), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Corroborando com essa análise Mendes e Pessôa (2009) afirmam que

⁴ Esse projeto se iniciou no ano de 2009 e será finalizado em 2013, é realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa Socioambientais (NEPSA/UFG/CNPq) da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão em parceria com a Serra do Facão Energia. E visa realizar o diagnóstico real das condições de vida das famílias, que foram atingidas/remanejadas em decorrência da formação do Reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão.

o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações [...] (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 525).

A revisão teórica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa, pois possibilita a definição/detalhamento do problema, o conhecimento de uma dada área de pesquisa, a produção de conhecimento a respeito do trabalho de outros pesquisadores, o aprimoramento da ciência e o amadurecimento profissional (LUNA, 2007).

Pretende-se alcançar com a pesquisa teórica um caráter interpretativo dos dados obtidos, dessa forma essa etapa é de fundamental importância para correlacionar a pesquisa empírica com o universo teórico oferecendo embasamento à interpretação do significado das informações e fatos adquiridos, e permite incluir ou excluir literaturas em um processo dinâmico.

Para a aquisição das informações que nortearam nossa pesquisa foi elaborado, através da leitura, fichamento e análise de livros, artigos, teses e dissertações, um corpo teórico-conceitual sobre: a) agricultura familiar, tendo base preliminar autores como: Lamarche (1993, 1998), Caume (1997), Tedesco (1999, 2001), Schneider (2003), Mendes (2005) e Woorthmann e Woorthmann (1997); b) estratégias de produção e reprodução social, com Wanderley (2001), Brumer e Weisheimer (2006) e Petinari (2007); c) trabalho feminino com Rossini (1993), Gonçalves (2004), Nogueira (2004), Araújo e Scalón (2005), Melo e Di Sabbato (2006) e Oliveira (2007); d) relações de gênero e relações de poder com Scott (1995), Foucault (1995, 2006, 2007), Bourdieu (2007) e Louro (1997).

A partir das leituras, fichamentos e análises realizadas sobre a agricultura familiar entramos em contato com o que foi escrito sobre o assunto, e com as informações adquiridas realizou-se uma definição e caracterização do que vem a ser agricultura familiar. A revisão de literatura sobre agricultura familiar e sobre as estratégias de produção e reprodução rural nos possibilitou compreender e levantar características sobre o viver e o produzir das famílias pesquisadas da comunidade Rancharia.

Em relação ao que se tem pesquisado sobre o trabalho feminino no meio rural a busca por literatura foi mais trabalhosa, uma vez que há poucos trabalhos que abordam esse tema, sobretudo na Geografia, a maioria são artigos, dissertações e teses. Todavia as informações adquiridas através da leitura e análise dos mesmos contribuem para o estudo da realidade na comunidade Rancharia.

As informações sobre a relação de gênero foram buscadas não só entre os(as) geógrafos(as), mas se utilizou também de sociólogos(as), historiadores(as) e psicólogos(as), os quais apresentam uma importante análise sobre o tema trabalhado, que forneceram contribuições para o desenvolvimento tanto do corpo teórico conceitual como também da pesquisa empírica.

Para a discussão sobre relações de poder buscou-se, especialmente, as leituras feitas por Foucault (1995, 2006, 2007) e Bourdieu (1989, 2007). Do primeiro autor utilizou-se a visão do poder nas relações estabelecidas entre os sujeitos. E de Bourdieu adotou-se a concepção de que as relações de poder são influenciadas pelos *habitus*, ou seja, pelas estruturas mentais que são incorporadas ao longo da vida por meio dos processos de socialização, e a questão do poder simbólico⁵, no qual, os dominantes são beneficiados pelo capital simbólico disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais que lhes possibilita exercer o poder. Os dois autores foram selecionados pelas amplas discussões acerca do poder, com vistas a contribuir a análise das relações de gênero e as respectivas relações de poder existentes entre os agricultores e as agricultoras da comunidade Rancharia.

A pesquisa teórica além de nos fornecer uma definição de contornos mais precisos da problemática estudada possibilitou maior clareza sobre os procedimentos mais adequados para o desenvolvimento do trabalho. Através dessa pesquisa foi possível ter contato com teorias sobre agricultura familiar, estratégias familiares, trabalho feminino no campo, relações de gênero e relações de poder, e esse contato favoreceu meios para compreender a problemática levantada. Outro recurso que foi utilizado é a pesquisa documental, a qual contribuiu com dados e informações sobre a área pesquisada, assunto que será trabalhado na próxima subseção.

2.2 O uso dos documentos

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Esta se assemelha à pesquisa bibliográfica sendo que, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois, a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das

⁵ Segundo Bourdieu (1989, p. 7-8) o poder simbólico é “[...] esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 46), na pesquisa documental, as fontes são muito diversas uma vez que

[...] há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46).

A finalidade da pesquisa documental é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto. O uso de documentos em pesquisa favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas entre outros. Sendo assim, esse material contribui para o levantamento de informação sobre a realidade econômica social e histórica do município de Campo Alegre de Goiás (GO) e da comunidade Rancharia.

As fontes secundárias pesquisadas foram: a) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): informações sobre o histórico do Município, número de habitantes; e b) a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN): dados sobre a pecuária, a produção de leite e a produção agrícola do Município.

Também foi realizada a pesquisa de campo, na qual buscou-se obter informações e/ou conhecimento acerca do viver de agricultores e agricultores familiares e do trabalho das mulheres na comunidade Rancharia. Assunto que será detalhado a seguir.

2.3 O universo empírico da pesquisa

Essa etapa tem como objetivo obter informações empíricas sobre o papel das mulheres na agricultura familiar da comunidade Rancharia. Assim como, compreender como é visto/reconhecido o trabalho das agricultoras, demonstrar a importância deste para a sobrevivência das famílias no campo e comprovar a hipótese de que a divisão sexual do trabalho contribui para a ‘invisibilidade’ das mulheres na agricultura.

É através do trabalho de campo que temos a oportunidade de conhecer a realidade dos agricultores e das agricultoras familiares da comunidade Rancharia. Além disso, contribui para que haja uma relação dinâmica entre pesquisadores(as) e pesquisados(as), facilitando a apreensão dos vínculos entre as pessoas, os objetos e os significados que são construídos pelos sujeitos. Nesse caminhar de ideias, Mendes e Pessoa (2009) ressaltam que

[...] a pesquisa empírica propicia o conhecimento de concepções e representações da riqueza sociocultural do lugar, como a história das famílias, da região, dos “causos” e, principalmente, da utilização do tempo, o ritmo de vida e sua inserção na ordem social em seu todo [...] (MENDES; PESSÔA, p. 525, grifo das autoras).

Em relação à natureza das informações, a pesquisa empírica envolve questões de ordem tanto factual como opinativa. De acordo com Luna (2007), as informações factuais dependem de pouca ou nenhuma interpretação, seja da parte do informante (se esta for à fonte), seja da parte de quem a registra. Exemplos de informações factuais utilizadas: sexo, idade, estado civil, série que cursa, renda e religião. As informações opinativas são aquelas que exprimem a concepção de um indivíduo a respeito de si mesmo, de uma situação ou de outrem, envolvendo suas crenças, sentimentos, valores, opiniões etc. Essas informações, em geral, exigem interpretação de ambas as partes: de quem as emite (seja porque a própria natureza da informação implica subjetividade, seja porque o indivíduo pode não ter, de momento, uma formulação verbal como resposta) e de quem as registra e/ou decodifica as no momento da análise, aqui evidencia-se a importância da teoria a qual nos fornece uma base teórica que possibilita interpretar as informações de forma fidedigna.

Após realizar a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão e determinar quais as técnicas necessárias para a coleta de informações e registro, partimos para a pesquisa de campo. Esta foi feita em duas etapas, a primeira realizada em junho de 2012 e a segunda realizada em dezembro deste mesmo ano.

Os dados da pesquisa empírica foram adquiridos por meio de fontes orais, dentre elas escolhemos a entrevista temática e a entrevista de história de vida. A escolha dessas metodologias se dá pelo fato das evidências orais possibilitarem recuperar memórias sobre diferentes versões e visões, adquirindo informações e acontecimentos que não se encontram registrados em documentos. Também nos permitiu lidar com a subjetividade, a memória, o vivido e com as significações construídas pelo sujeito pesquisado no decorrer da vida.

Thompson (1998), ao abordar a importância da história oral e como esta pode ser utilizada, salienta que há três pontos em que se apoia o valor histórico do passado lembrado:

primeiro, ele proporciona informações significativas e, por vezes, única sobre o passado. Em segundo lugar, pode também transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado. E em terceiro lugar está a humanidade viva das fontes orais, que é uma força excepcional.

Pelo meio da história oral temos a oportunidade de recuperar memórias de testemunhos que foram omitidos ou desprezados pelo discurso dominante, os quais estariam condenados ao esquecimento. Como afirma Thompsom (2008), o recurso da memória é um importante elemento para dar voz aos excluídos da história como as mulheres, os negros, os índios entre outros. Assim, essa metodologia pode contribuir para dar visibilidade as histórias e as lutas das mulheres agricultoras da comunidade Rancharia.

Dessa forma, as fontes orais foram utilizadas para adquirir informações sobre as propriedades, sobre o viver dos agricultores e agricultoras, para resgatar o histórico da Comunidade assim como para compreender os efeitos e a influência da cultura patriarcal nas famílias e na vida das mulheres Rancharinheiras⁶. Foram realizadas 15 (quinze) entrevistas com os agricultores e as agricultoras da comunidade Rancharia e foram selecionadas 4 (quatro) mulheres, dentre as moradoras da Comunidade, para adquirir os depoimentos através das entrevistas de história de vida. O critério de escolha dessas mulheres foi a idade, sendo que 2 (duas) estavam entre as mais idosas e as outras 2 (duas) entre as mais novas da Comunidade, a partir dessa diferença de idade procurou-se identificar as mudanças na forma que as famílias se encontram influenciadas pela cultura patriarcal e assim analisar com se dá as relações de gênero entre os agricultores e as agricultoras da Comunidade.

De acordo com Alberti (2005) na história oral há dois tipos de entrevista que podem ser realizadas de acordo com os propósitos da pesquisa, o tema e a questão que se pretende investigar. Estas podem ser entrevistas temáticas e entrevistas de história de vida, para alcançar os objetivos propostos foram utilizados os dois tipos de entrevista.

As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto a de história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou [...] (ALBERTI, 2005, p. 37-38).

As entrevistas temáticas foram aplicadas junto às agricultoras e aos agricultores familiares da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás, particularmente,

⁶ De acordo com Silva, U. P. da (informação verbal, 2012) essa expressão é usada para referir-se às moradoras da comunidade Rancharia.

com a esposa e o cônjuge das unidades produtivas, explorando informações como: a) propriedade e família; b) produção e comercialização, c) força de trabalho; d) uso de tecnologias e de recursos; e) organização dos(as) produtores(as); f) principais expressões culturais; g) divisão e jornada de trabalho; h) importância do trabalho feminino; i) tempo e espaço de lazer de mulheres e homens; j) significado do trabalho feminino para os homens e para as mulheres; l) principais dificuldades e preocupações das mulheres do campo. Foi aplicado um único roteiro (Anexo 1) para a família agricultora sendo que havia questionamentos que eram direcionados especificamente às mulheres e outros aos homens e alguns que foram respondidos por ambos.

Em novembro de 2011 realizou-se uma visita exploratória, mesmo conhecendo a Comunidade desde 2010 através do projeto “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório da UHE Serra do Facão”, essa visita me permitiu definir algumas questões iniciais, como quantas famílias seriam pesquisadas, bem como determinar os procedimentos mais adequados para obter as informações necessárias. A partir dessa visita foi possível elaborar novos questionamentos para serem inseridos nos roteiros de entrevista utilizados pela equipe de pesquisadores do NEPSA, e ter uma maior familiaridade com a Comunidade.

Na primeira etapa do trabalho de campo, visitamos 18 (dezoito) propriedades, sendo realizadas apenas 13 (treze) entrevistas, pois nas outras 5 (cinco) propriedades não havia mulheres residindo, fato que inviabilizou a aplicação dos roteiros. Deve-se considerar que a maioria das informações é dirigida às mulheres das propriedades. Como na Comunidade há 26 famílias, com a aplicação desse roteiro obteve-se 50% de amostra. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandznajder (2002), a coleta de dados deve ser encerrada quando as informações obtidas já estão suficientemente confirmadas e o surgimento de novos dados se torna cada vez mais raro. Sendo assim, esta amostra pode ser considerada representativa para realizar essa primeira análise sobre a agricultura familiar e o trabalho das mulheres na comunidade Rancharia.

A entrevista tem como objetivo obter informações do(a) entrevistado(a) sobre o problema que se pretende estudar. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 195), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional [...]” Dessa forma, buscou-se obter informações e conhecimentos necessárias para compreender a realidade das(os) agricultoras(es) da comunidade Rancharia, através dos questionamentos presentes na entrevista.

Alves Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 168), ao trabalharem a questão do planejamento de pesquisas qualitativas, salientam que a entrevista pode ser não estruturada e semiestruturada ou focalizadas. Para a aquisição das informações pertinentes a esta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas ou focalizadas, na qual faz-se uso de um roteiro previamente estabelecido com perguntas pré-determinadas. Para Triviños (1987), entrevista semi estruturada é

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Segundo Triviños (1987), não se pode esquecer que as perguntas que constituem a entrevista semi-estruturada são resultados não só da teoria que alimentou a ação do pesquisador, mas também de todas as informações anteriormente recolhidas sobre o fenômeno social de interesse.

Optamos pela entrevista semi-estruturada como metodologia pelo fato dessa técnica ter como vantagem uma maior flexibilidade em relação à duração e às perguntas podendo repetir e/ou reformulá-las. Oferece, ainda, maior oportunidade para avaliar e registrar as reações e gestos do entrevistado, além de contribuir para obtenção de respostas mais espontâneas e fornecer a possibilidade de fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que podem ser de grande utilidade para a pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Na segunda etapa, utilizou-se a entrevista de história de vida, a qual foi aplicada a 4 (quatro) mulheres da Rancharia, através desta procurou-se adquirir informações sobre a trajetória da mulher agricultora e sobre a influência da cultura patriarcal no seu modo de ser e de comportar. Por meio da história de vida dessas mulheres foi possível resgatar as relações de gênero existentes nas famílias agricultoras desde 1900 até os dias atuais. Essas memórias demonstraram as consequências de cultura patriarcal no comportamento dessas mulheres e como essa cultura influenciou/influência nos comportamentos das famílias de Rancharia.

As entrevistas de história de vida permitem perceber quais assuntos os(as) sujeitos(as) históricos têm mais liberdade ou constrangimento em falar. Assim, há supressões de algumas informações, repetições de outras, pois o significado simbólico e detalhes factuais das memórias dependem da forma como o indivíduo viveu esses momentos. Nessa

perspectiva, Thompson (1998, p. 191) afirma que “a descoberta de distorção ou de supressão numa história de vida, uma vez mais é preciso ressaltar, não é puramente negativa. Até mesmo uma mentira é uma forma de comunicação; e pode proporcionar uma pista importante para a psicologia ou as atitudes sociais da família [...]” Dessa forma, é importante compreender as diferentes formas de narrativas dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as), pois, cada pausa, supressão ou distorção pode trazer importantes informações para o pesquisador.

As entrevistas de história de vida são um tipo de experiência em que se trabalha basicamente com a memória. O depoente, consciente ou inconscientemente, seleciona determinados assuntos para se aprofundar e afasta outros da discussão. Normalmente longas, as entrevistas de história de vida levam tanto os entrevistadores - que desejam testar, confirmar ou esclarecer fatos que permaneceram nublados - como o depoente - que tem interesse em reforçar ou explicar algumas ideias ou momentos de sua vida - a voltar inúmeras vezes aos mesmos temas ou acontecimentos. Mas assim como existem recorrências, existem também silêncios e esquecimentos, que podem ser voluntários ou não. (FERREIRA, 1998, p.139).

É importante ressaltar que as entrevistas de história oral não se limitam a recuperar as informações e os acontecimentos do passado, mas também inserem nas questões do presente, dessa forma a história da memória das mulheres Rancharinheiras é um importante elemento para compreender as relações de gênero do presente.

Na pesquisa de campo também foi realizada a produção de um documentário fotográfico. Segundo Martins (2009), a fotografia é tomada pelo pesquisador como um documento de sociabilidade, que expressa a diversidade de mentalidades e de perspectivas que se refletem na composição fotográfica e expressam a vivência e a experiência diferencial de classes sociais, sendo que

[...] a fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão-somente instrumento para pesquisar. Ela é construtiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito [...] (MARTINS, 2009, p. 17-18).

A fotografia fornece muito mais do que está exposto externamente, ela fornece indicações sobre a realidade retratada, e também, sobre o olhar daquele que a produziu. Através da fotografia o leitor poderá reconstituir parte do ambiente e do estilo de vida e certas características do cotidiano das(os) agricultoras(es) pesquisados(as) e, possibilita uma maior compreensão analítica do objeto/sujeito.

Os resultados adquiridos foram organizados e apresentados em gráficos, sugerindo uma reflexão analítica que permite explicar o comportamento, o viver e o modo de

produção de agricultores e agricultoras familiares da Comunidade. Esses resultados exploram informações sobre as diversas variáveis sociais e econômicas das famílias agricultoras, como: a) religião, b) produção, c) renda, d) idade.

O conjunto de informações obtidas, por meio da pesquisa teórica, documental e de campo, permitiu entender a realidade da agricultura familiar da comunidade Rancharia, a importância do papel das mulheres para a sobrevivência e a permanências das famílias no campo. Compreender e analisar as relações de gênero e de poder estabelecidas entre os(as) agricultores(as) familiares da Comunidade, e como estas relações contribuem para a visibilidade ou invisibilidade do trabalho das mulheres.

Quando se propõe como metodologia a pesquisa de campo, devemos ter em mente os desafios e as dificuldades provenientes. No caminhar desta pesquisa não podia ser diferente, mas estes não prejudicaram o desenvolvimento da mesma, nem a obtenção dos resultados esperados. Dentre as dificuldades, podemos citar a falta de moradoras na comunidade Rancharia, uma vez que cerca de 30% das propriedades visitadas havia apenas homens (suas esposas tinham migrado para a área urbana de Campo Alegre do Goiás ou para Catalão (GO)). Esse fato levou à redução da amostra, uma vez que são as mulheres as principais sujeitas da pesquisa, mas não prejudicou os resultados, pois os dados obtidos foram suficientes para realizar a análise proposta.

Outra dificuldade foi em relação às entrevistas de história de vida com as moradoras mais antigas da Comunidade, ambas estavam impossibilitadas de responder, uma por motivos de saúde estava em Catalão (GO) e a outra, por estar com a idade avançada, nos foi sugerido não realizar a entrevista com a mesma. No entanto, as entrevistas foram realizadas com outras mulheres que também estavam entre as mais idosas da Comunidade, as quais conseguiram responder os nossos questionamentos e assim alcançamos nossos objetivos.

Além dessas dificuldades enfrentamos o desafio de entrar na vida dessas famílias, de resgatar as memórias das mulheres e de dar visibilidade às suas histórias e aos seus anseios. É importante salientar também o aprendizado que obtivemos com a riqueza das falas, a felicidade em conhecer pessoas carinhosas e atenciosas e o interesse em cada vez mais lutar pela valorização dos direitos e do papel da mulher agricultora.

2.4 As características e a localização da área de pesquisa

Na Geografia, faz-se necessária a delimitação e a caracterização socioeconômica do espaço, uma vez que não é possível abrangê-lo por completo. Assim, a área eleita para o estudo foi a comunidade Rancharia, no município de Campo Alegre, Estado de Goiás. Busca-se apresentar os principais aspectos sociais, culturais, a localização geográfica e elaborar um histórico do surgimento da comunidade Rancharia e do município de Campo Alegre de Goiás.

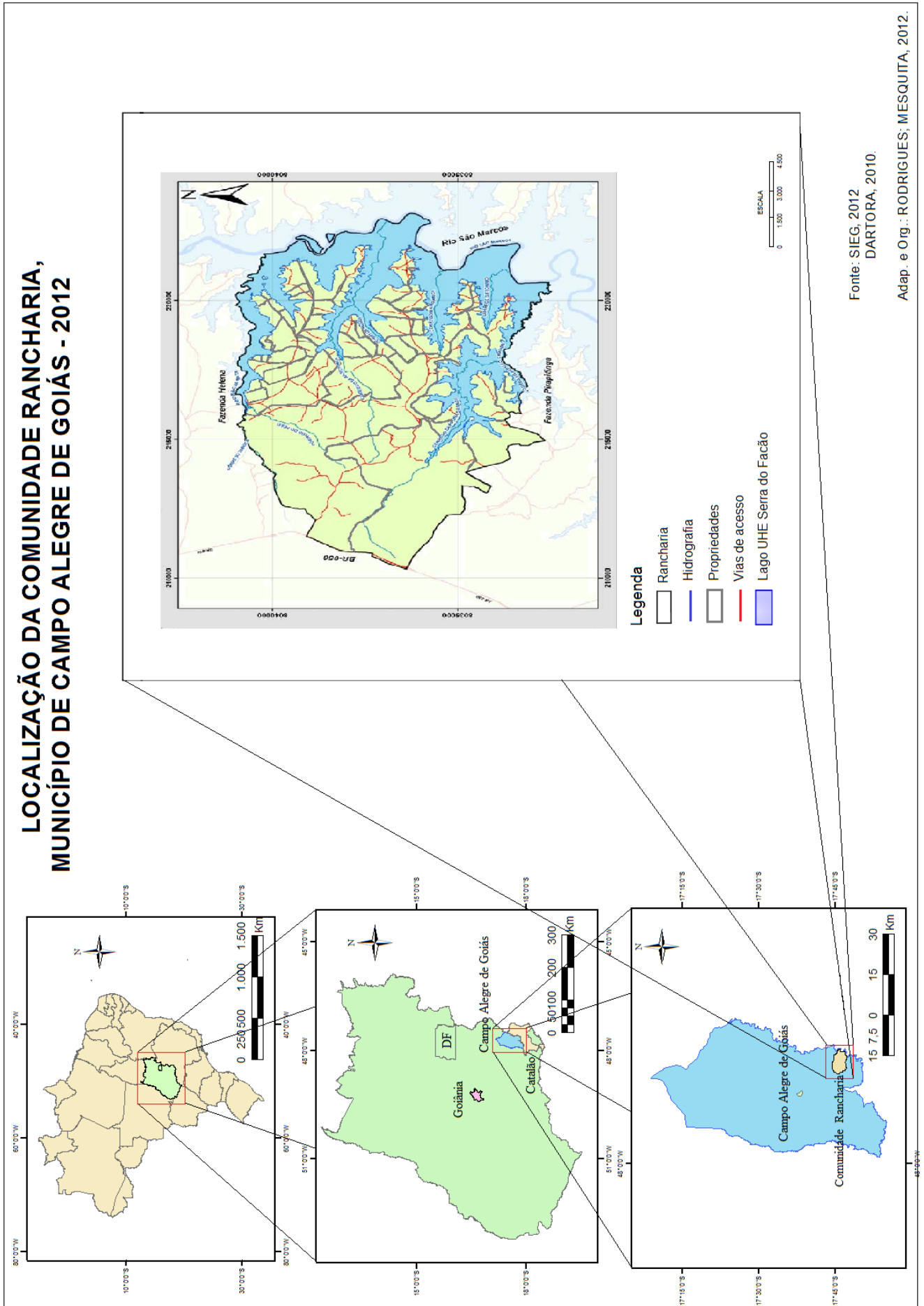
A Comunidade está localizada a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Campo Alegre de Goiás. Limita-se ao norte com a Fazenda Helena, ao sul com a Fazenda Pirapitinga (ambas fazem parte do município de Campo Alegre de Goiás), a leste com o rio São Marcos e a oeste com a BR-050 (Mapa 1). É constituída por estabelecimentos rurais que se caracterizam pelo predomínio do trabalho familiar, sendo composta por 26 famílias, totalizando em torno de 60 pessoas. (Pesquisa de campo 2012).

A ocupação da comunidade Rancharia iniciou-se por volta da primeira década do século XX, aproximadamente no ano 1907, quando lá chegaram às famílias Pereira da Silva e Felipe da Silva. A primeira família era proveniente de Catalão (GO) e a segunda de Paracatu (MG), ambas vieram para a região com o objetivo de obter uma propriedade e trabalhar, com o tempo tiveram filhos que se casaram e fixaram residência no local. De acordo com Silva, U. P. da. (informação verbal, 2012) a primeira moradora da Comunidade foi Maria Itelvia, sua avó, que tinha descendência italiana e veio juntamente com seu esposo para morar na região.

De acordo com as moradoras mais antigas da Comunidade, o nome “Rancharia” surgiu pelo fato de haver muitos ranchos onde se localiza a Comunidade hoje, assim, para se referir aquela localidade todos usavam a palavra rancharia, que significa “grupo de ranchos”, expressão que com o passar do tempo se tornou o nome oficial. Rancho era uma forma de habitação feita de pau a pique e/ou de pau roliço coberta com capim Jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) ou Sapé (*Imperata brasiliensis*) utilizada pelos moradores da região que com o tempo foram sendo substituída pelas casas de adobe e alvenaria.

Dartora (2010, p.43), em sua pesquisa que aborda as representações sobre meio ambiente manifestadas pelos moradores de Rancharia, afirma que durante as suas entrevistas com os(as) moradores(as) da Comunidade “[...] foram registradas várias histórias de vida dos antigos moradores que, com seu empenho, amizade e solidariedade, construíram a comunidade de Rancharia e deixaram para seus descendentes valores e significados que marcaram suas vivências cotidianas [...]”

Mapa 1- Localização da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás - 2012.



Fonte: SIEG (2012); Dartora (2010). Org. e Adp.:Rodrigues; Mesquita (2012)

O município de Campo Alegre de Goiás localiza-se ao Sudeste do Estado de Goiás. Possui uma área de 2463,014km², faz limite com os municípios de Catalão, Cristalina, Ipameri no Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais e encontra-se a 250km da capital Goiânia (GO). Segundo dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Campo Alegre de Goiás é de 6.060 habitantes. Destes, 4.481 (74%) residem no meio urbano e 1.579 (26%) na área rural do município (IBGE, 2010).

A história do município de Campo Alegre de Goiás inicia aproximadamente no século XVIII em uma estrada conhecida popularmente como “Estrada Real”, que conduziu expedições formadas por paulistas e mestiços de portugueses com indígenas, que tinham o conhecimento milenar dos caminhos dos nativos e das suas técnicas de sobrevivência nos sertões. Neste sertão, anos mais tarde, possivelmente após a decadência do ciclo da mineração, essa estrada e suas ramificações passaram a ser usadas também pelos tropeiros.

Em uma determinada posição, a estrada principal se bifurcava, indo para os atuais municípios de Catalão (GO) e Ipameri (GO). Os tropeiros que vinham de regiões como, Arraial dos Couros (município de Formosa (GO)), Mestre D'Armas (Planaltina (GO)), Cavalcante (GO), Posse (GO) e Paracatu (MG), quando tinham que dividir a comitiva e/ou necessitavam permanecer à espera das caravanas que retornavam de viagem, utilizavam o caminho para estabelecer um ponto de pouso que, aos poucos, foi-se povoando. Esse pouso dos tropeiros e carreiros originou o povoado de Calaça que, em 1833, já fazia parte do território e da política do município de Catalão (GO). Em 1870 o povoado de Calaça passou para a jurisdição política e administrativa de Ipameri (GO), se desmembrando de Catalão (GO). Tornou-se distrito em 1901 e recebeu o nome de Campo Alegre. Em 1953, com a denominação de Campo Alegre de Goiás, o município foi emancipado e desmembrado de Ipameri (GO) (IBGE, 2011)⁷.

Em relação à economia, o município de Campo Alegre de Goiás é fortemente dependente da agricultura. Em 2010 os principais produtos agropecuários foram: bovinos, 70.500 cabeças, dentre eles 10.000 cabeças de vacas ordenhadas, que produzem 9.675.000 litros de leite por ano. Galináceos, 24.100 cabeças, com a produção de 17.000 dúzias de ovos por ano. E produtos, como: algodão, alho, arroz, banana, batata inglesa, cebola, feijão, maracujá, milho, soja, sorgo, tangerina, tomate e trigo (SEPIN, 2010).

Na comunidade Rancharia a principal fonte de renda é baseada na produção/venda de leite e de gado de corte. Os(as) agricultores(as) da Comunidade também cultivam outros

⁷ A história da ocupação e emancipação do município de Campo Alegre de Goiás foi obtida no site do IBGE. Disponível em: <://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 25 jun. 2011.

produtos, como milho, feijão, arroz, batata, cana de açúcar, mandioca, frutas e hortaliças. E criam outros animais como suínos e galináceos. Esses produtos são voltados para o consumo familiar sendo o excedente comercializado.

No decorrer dos anos a comunidade Rancharia, assim como os seus moradores passaram por diversas transformações sociais e ambientais. Segundo Dartora (2010), a primeira mudança ocorreu no período de 1970 em consequência do fortalecimento do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro e pelo processo da urbanização que fortaleceu o êxodo rural na Comunidade, muitas famílias agricultoras tiveram que sair do campo para tentar fugir das dificuldades encontradas.

A segunda alteração ocorreu em 2007, período em que foi construída a Usina Hidrelétrica Serra do Facão, a qual trouxe diversas mudanças para a vida dos moradores da Rancharia. Dentre as transformações podemos citar a perda da propriedade ou parte dela, incluindo quintais, hortas, benfeitorias, e conseqüentemente, a necessidade de mudar para outro local: a) dentro da própria propriedade; b) para comunidades vizinhas (Calaça e Pirapitanga); e c) para área urbana do município de Campo Alegre de Goiás ou de municípios como Ipameri (GO) e Catalão (GO).

Houve mudanças também em relação à saída de alguns vizinhos, à chegada de novas famílias, à construção de novas vias de circulação à outras propriedades. Mudanças que ocasionaram rupturas nas relações sociais que foram construídas ao longo do tempo entre os moradores da Rancharia. Dessa forma, além das perdas materiais essas famílias também sofreram perdas simbólicas em relação ao seu viver, as suas raízes com a terra e a sua cultura. No entanto, esses(as) agricultores(as) são capazes de elaborar novas estratégias e adaptar-se a essa nova realidade, e assim reconstruir sua cultura bem como as relações sociais de reciprocidade e afinidade.

2.5 Aspectos sociais e culturais na comunidade Rancharia

Para ampliar o conhecimento sobre determinada localidade se faz necessário analisar os aspectos sociais e culturais envolvidos no cotidiano dos seus moradores. Dessa forma, ao conhecer esses aspectos da comunidade Rancharia foi possível analisar a realidade vivida pelas famílias agricultoras e assim compreender suas formas de vivências e suas estratégias frente às mudanças em curso. Sendo assim, buscou-se apresentar informação sobre

o acesso a educação e a saúde, condições de moradia, bem como sobre a religiosidade e as ações comunitárias na Rancharia.

Na Comunidade atualmente não há nenhuma escola ativa, pois a Escola Municipal Santo Amaro, construída em 1960, em uma área de 8.000m² doada à Prefeitura de Campo Alegre de Goiás pela família do Sr. Emiliano Pereira da Silva, e a Escola Municipal Santa Teresinha construída na fazenda da família Felipe da Silva e inaugurada em 1990 foram desativadas em 2001. O fechamento dessas instituições é atribuído à diminuição das famílias e das crianças em idade escolar residentes na Comunidade. A partir desse momento, a Prefeitura de Campo Alegre de Goiás passou a oferecer transporte escolar para levar os estudantes para as escolas localizadas na sede do Município, o que acontece até os dias de hoje.

Atualmente não há igreja na comunidade, as missas e as rezas eram realizadas nas casas dos(as) proprietários(as). Porém, com a construção do Centro Comunitário na Comunidade (Foto 1), estas passaram a ser realizadas nesse novo local. A Associação dos Moradores de Rancharia receberam cerca de R\$116000,00 do Instituto Aluminun Company of America (ALCOA) e da Serra do Facão Energia (Sefac) para construir esse Centro.

Foto 1 – Centro Comunitário. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Trabalho de campo (dez. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

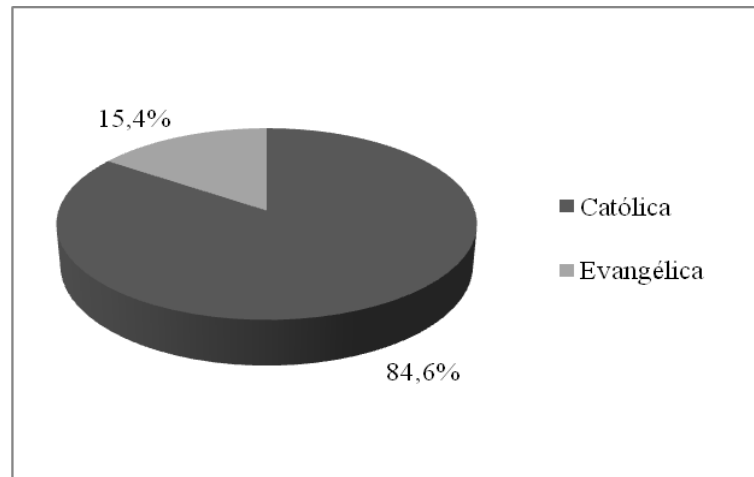
O trabalho de construção do Centro Comunitário está foi realizado pelos próprios moradores da Comunidade. Eles se organizaram em forma mutirão para realizar essa tarefa. De acordo com Andrade (2008), o mutirão pode ser considerado como uma prestação de serviços voluntário por um grupo de moradores vizinhos a algum membro da comunidade que necessitava realizar tarefas em sua propriedade, mas que não podia pagar por isso. Na realidade descrita, o serviço não está sendo prestado a apenas um membro, mas a toda Comunidade.

A Associação dos Moradores de Rancharia foi formada em 2009, e estão com outras ações em curso como: a coleta do lixo seco e a melhoria da produção por meio de cursos e práticas agroecológicas como a homeopatia e o cultivo de hortaliças e frutíferas (DARTORA, 2010).

Em relação à saúde, os moradores contam com a presença de um Agente Comunitário de Saúde (Sr. PIRES, C. M.) que visita mensalmente às famílias, conforme orientações da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre de Goiás. De acordo com os moradores da comunidade Rancharia as principais orientações recebidas desse profissional são referentes à pressão arterial, à prevenção e ao monitoramento de doenças e à alimentação. Já os atendimentos médicos e hospitalares são buscados na área urbana do município, e quando necessário algum procedimento especializado o paciente é encaminhado para Catalão (GO) e/ou Goiânia (GO).

Quanto às manifestações culturais e religiosas podemos citar as rezas e as missas, em louvor a São João, a Nossa Senhora da Abadia e a Nossa Senhora Aparecida realizadas mensalmente. Essas aconteciam a cada mês em uma residência, mas a partir do momento que o Centro Comunitário ficou pronto passaram a ser realizadas lá. Segundo informação dos(as) moradores(as) da Comunidade, o padre que celebra as missas é da área urbana do município de Campo Alegre de Goiás. Com exceção das famílias que frequentam a igreja evangélica, 15,4% dos(as) entrevistados(as), as demais (84,6%) participam dessas celebrações (Gráfico 1). Como na Comunidade não há igrejas evangélicas os(as) moradores(as) que são dessa religião vão para área urbana de Campo Alegre de Goiás e/ou para a cidade de Catalão para assistir as celebrações.

Gráfico 1 – Religião dos(as) entrevistados(as). Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Org.: Mesquita, L. A. P. de.

Sobre as condições de moradia, as residências visitadas na Comunidade são todas de alvenaria, sendo que 78,6% são cobertas por telhas de barro e 21,4% possuem cobertura mista, ou seja, possui uma parte coberta com telhas de barro e outra com telhas de amianto. Dentre as residências visitadas, havia casas de alvenaria, com telhado de quatro águas e janelas de madeiras, as quais mantêm características das casas de fazenda do século XX (Foto 2, a e b), e construções com a arquitetura do século XXI, com telhado duas águas, como banheiro no interior das residências, portas e janelas de metal (Foto 2, c e d).

Foto 2 – a e b: residências com arquitetura mais antiga; c e d: residências com arquitetura mais moderna. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012 e dez. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

Segundo Dartora (2010), na Rancharia, das 26 (vinte e seis) residências, 10 (dez) estão localizadas em áreas mais baixas e as demais estão em áreas mais altas e planas. Dentre essas, 10 (dez) foram remanejadas devido à formação do reservatório da usina hidrelétrica Serra do Facão. As habitações da Comunidade mantêm a mesma dispersão do início da ocupação, ou seja, são distantes umas das outras, em média, de um a cinco quilômetros.

No meio rural hoje, nota-se a influência do processo de urbanização, através das vestimentas, dos eletrodomésticos, dos meios de comunicação entre outros. Na comunidade Rancharia, em 77% das propriedades pesquisadas, há aparelhos de telefone móveis (celulares) e em 92,3% há televisão com antena parabólica.

Para as famílias agricultoras, esses equipamentos são importantes, pois os mantêm informados sobre diversos assuntos, oferecem diversão e entretenimento (televisão com antena parabólica), e facilita a comunicação com os filhos, os parentes e os amigos (celular). Mas apesar da presença desses aparelhos ditos modernos podemos encontrar também “[...] elementos tradicionais como o filtro de barro usado para filtrar água, o fogão caipira e a prateleira com as panelas brilhantemente ariadas [...]” (DARTORA, 2010, p. 46) (Fotos: 3, 4 e 5).

Foto 3 – Filtro de barro. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

Foto 4 – Fogão a lenha. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Matias, C. A. C.

Foto 5 – Prateleira utilizada para acondicionar panelas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012) – Autora: Mesquita, L. A. P. de.

A entrada de bens de consumo que antes não eram utilizados no meio rural fez com que os(as) produtores(as) passassem a ter novas necessidades, as quais intensificaram os vínculos com o meio urbano. A difusão dos veículos de comunicação permite uma padronização do consumo, inserindo até mesmo os moradores de regiões mais afastadas ao mercado consumidor. A chegada desses produtos urbanos trás mudanças para o cotidiano dos moradores das áreas rurais e também contribui para as interações culturais entre o rural e o urbano.

Bagli (2006) ao analisar as diferenças no tipo de relação estabelecida entre campo e cidade em três municípios de São Paulo, afirma que é um equívoco analisar a expansão de benefícios como telefonia, eletrodomésticos como processo de urbanização do campo, pois o uso de tais mercadorias facilita a vida de qualquer pessoa e é comum que todos procurem formas de ter acesso a elas. “[...] A condição de ser rural ou urbano não está dada pela presença ou ausência de infra-estrutura. Envolve outros aspectos que ultrapassam a mera aparência.” (BAGLI, 2006, p. 173). Assim, a utilização desses hábitos modernos não significa a destituição do modo de viver dos agricultores de comunidade Rancharia.

Dentre outros bens de consumo, que contribuem para o bem estar das famílias pesquisadas na Comunidade, estão: a) geladeira, em todas as residências; b) máquina de lavar roupa/tanquinho presente em 84,6% das residências; c) fogão a gás, em 84,6% das famílias; d) liquidificador, em 76,9%; e) rádio, em 61,5% das propriedades; f) freezer, em 46,1%; g) DVD, em 46,1%; h) formo elétrico, 38,4%; i) batedeira, em 38,4%; e j) computador, em 7,7% das residências. A presença desses bens representa uma melhoria nas condições de vida das famílias do meio rural, principalmente, para a mulher agricultora. No entanto, essa situação favorece a presença da jornada dupla de trabalho para mulheres, que passam há ter mais tempo para realizar outras atividades fora da casa, como cuidar do gado, da lavoura entre outros, e até mesmo como trabalhadora assalariada. Nesse sentido Lamarche (1998, p. 182-183) salienta que

com a evolução tecnológica de algumas tarefas na agricultura, assistimos a um enfretamento maior das mulheres como as atividades tradicionais e braçais. Esse processo nos remete à percepção da importância e da natureza das atividades que são atribuídas à mulher e sobre seu lugar na hierarquia das funções, nas responsabilidades na exploração agrícola e na representação material de unidade familiar. (LAMARCHE, 1998, p. 182-183).

Dessa forma, concordamos com Lamarche (1998) ao afirmar a necessidade de reconhecer a importância das atividades realizadas pelas mulheres na exploração agrícola e

nas atividades relacionados ao lar e aos cuidados com o bem estar da família agricultora. Assunto trabalhado na quarta seção.

2.6 O conceito de comunidade

O termo comunidade usado para se referir a Rancharia segue a abordagem que utiliza o mesmo para caracterizar um agrupamento de pessoas que estão ligados por laços afetivos e tradicionais e que possuem entre si relações de solidariedades e companheirismo, além de crença e comportamentos comuns. Nessa perspectiva, as principais características de uma comunidade são: união, solidariedade e base territorial, ou seja, grupos de indivíduos que buscam ideais comuns (BUBER, 1987; WIRTH, 1973; MACIVER e PAGE, 1973). Características que se aplicam a realidade estudada, fato que justifica a escolha do termo comunidade para referir-se a Rancharia.

Na academia são dados vários sentidos ao conceito de comunidade, segundo Martins Silva (2011) nos estudos sobre esse tema há duas perspectivas principais, a primeira que tem a comunidade como referencia a coesão social e as relações recíprocas, fundadas em relações de parentesco, consanguinidade e vizinhança. E a segunda que considera a influência das novas tecnologias de informação e da comunicação na construção de uma comunidade estética, na qual prevalecem determinados padrões de beleza e comportamento individualistas.

Dentre as duas perspectivas citadas, a que mais se aproxima da abordagem utilizada na análise da comunidade Rancharia é a primeira, pois nessa localidade podemos perceber que as relações de parentesco, vizinhança e consanguinidade são vistas como estratégias que possibilitam uma melhor qualidade de vida aos moradores, uma vez que estas fazem parte do modo ser agricultor e agricultora na Rancharia. Nesse sentido, utilizamos Buber (1987) ao afirmar que

[...] comunidade é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem [...] Comunidade é a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum [...] (BUBER, 1987, p. 50).

Para Wirth (1973) algumas particularidades como: a) uma base territorial; b) a distribuição de homens, instituições e atividades no espaço; c) uma vida em conjunto fundada no parentesco; e d) uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses,

tendem a caracterizar uma comunidade. Sendo que, segundo esse autor, os homens vivem em comunidade em virtude das coisas que tem em comum, e é através da comunicação que estes passam a possuí-las. Assim, as esperanças e os ideais comuns e o mecanismos de comunicação e de interação social existem na linguagem, nos símbolos coletivos, nas leis e costumes e, sobretudo, numa herança social que há entre os indivíduos pertencentes a uma comunidade.

Maciver e Page (1973) salientam que, onde quer que membros de qualquer grupo vivam juntos, de modo que partilhem de interesses comuns, chama-se esse grupo de comunidade. E comunidade é tida como uma área de vida social caracterizada por certo grau de coesão social. Para esses autores, as bases da comunidade são localidade e sentimento de localidade “[...] tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto da terra comum.” (MACIVER; PAGE, 1973, p. 124).

Ao pesquisar sobre o conceito de comunidade nota-se que o mesmo apresenta divergências conceituais, assim, existem diversos autores (Buber (1987), Wirth (1973) Maciver e Page (1973) entre outros) que tratam dessa temática e que utilizam diferentes focos de investigação, dando mais ou menos importância para diferentes elementos.

Diante dessas afirmações acredita-se que na comunidade, o indivíduo não é pensado isoladamente, deslocado das condições históricas, culturais e sociais, mas é pensado através das relações sociais que estabelece com o outro e com o lugar em que vivem. É dessa forma que se constitui a vida comunitária em Rancharia. Assim, mesmo com as mudanças que ocorreram na Comunidade, pelo processo de urbanização e pela construção da UHE Sefac, as características como as relações de parentesco, a base territorial comum, a amizade, os sentimentos partilhados e as crenças comuns permaneceram no cotidiano dos(as) moradores(as), e, juntamente com as estratégias produtivas, tema trabalhado na próxima seção, contribuem para a sobrevivência do homem e da mulher no meio rural.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: o viver e o produzir na comunidade Rancharia

ESTAS MÃOS

*Olha para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.*

*Pesadas, de falanges curtas,
sem trato e sem carinho.
Ossudas e grosseiras.*

[...]

*Mãos que varreram e cozinham.
Lavaram e estenderam
roupas nos varais.
Poupavam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.*

*Íntimas da economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.
Da acha de lenha.
Da cinza da fofnalha.
Que encestavam o velho barreleiro
e faziam sabão.*

*Minhas mãos doceiras...
Jamais ociosas.
Fecundas. Imensas e ocupadas.
Mãos laboriosas.
Abertas sempre para dar,
ajudar, unir e abençoar.*

*Mãos de semeador...
Afeitas à sementeira do trabalho.
Minhas mãos raízes
procurando a terra.
Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.*

[...]

(CORALINA, 2004, p. 217-219)

3 AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: o viver e o produzir na comunidade Rancharia

A agricultura familiar é um modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao(à) proprietário(a) da terra, no qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. Esta é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo, na qual a quantidade de trabalho despendido é definida de acordo com as necessidades do grupo.

As mulheres agricultoras possuem um papel crucial na dinâmica da família, não apenas como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução, pois são elas as responsáveis por preservar e transmitir valores tradições, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futuras.

Assim, para entender como se dão as relações de gênero e a importância do trabalho das mulheres na agricultura familiar é necessário uma análise sobre as principais características e sobre as estratégias utilizadas por esse segmento, sendo assim, buscou-se abordar as principais características e definições da agricultura familiar com vistas a analisar as estratégias utilizadas pelos(as) agricultores(as) familiares na comunidade Rancharia⁸ para permanecerem no campo frente às mudanças em curso.

3.1 Características da agricultura familiar: a relação entre terra, trabalho e família

A agricultura familiar corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores(as), e a característica familiar, que associa produção, trabalho e família, influência diretamente na forma como ela age econômica e socialmente. Nesse sentido, é de fundamental importância analisar as principais características e definições de agricultura familiar bem como compreender a importância das estratégias elaboradas pelos(as) agricultores(as) da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás.

⁸ Os dados foram obtidos através de entrevistas realizadas com agricultoras e agricultores de 13 (treze) propriedades na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás em junho de 2012.

As unidades de produção familiar conciliam propriedade, trabalho e família e a interdependência estabelecida entre esses três fatores orienta a dinâmica de reprodução, incidindo diretamente sobre o modo de vida desses indivíduos. Lamarche (1993), ao estabelecer uma comparação internacional das características da agricultura familiar, entre cinco países - França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia -, afirma que a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém em si toda a diversidade, pois

[...] independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por estabelecimentos familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações [...] Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes. (LAMARCHE, 1993, p. 13).

A definição do termo agricultura familiar, no entanto, é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Não é uma categoria que permite apenas uma leitura, mas apresenta uma série de variações que se baseiam nas relações com o espaço e com o sistema de trabalho e no vínculo entre a família e o seu entorno sociocultural. E embora haja dificuldade em conceituar esse modelo de produção, há elementos comuns que podem ser utilizados para caracterizá-lo. A maioria das definições de agricultura familiar adotadas baseia-se na mão-de-obra empregada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas, há um ponto em comum, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Mendes (2005), em seu estudo sobre a produção rural familiar nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) no período de 2000 a 2005, caracteriza as pequenas propriedades familiares como aquelas que

[...] apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; produção para o mercado e para o autoconsumo; valorização dos recursos naturais e culturais; uso do trabalho assalariado complementar; associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas; subordinação imediata às condições externas, determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra. (MENDES, 2005, p. 21).

Nessa linha de pensamento, Tedesco (1999, p. 33), ao abordar as perspectivas analíticas que há em torno da agricultura familiar, pondera que esta possui características como: “[...] as diversidades de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições; a família como proprietária, trabalhadora e produtora [...]” É em torno da dinâmica terra, trabalho e família que esses produtores organizam seus valores de vida e de reprodução social.

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares são administrados pela própria família, a qual trabalha diretamente na propriedade, com ou sem o auxílio de terceiros, sendo um estabelecimento que é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social.

Todavia, o processo de modernização da agricultura no centro-oeste brasileiro, ocorrido principalmente, a partir da década de 1970, comprometeu as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agroexportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural. O(a) pequeno(a) produtor(a) rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção. Esse processo provocou a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar.

Os(as) agricultores(as) familiares da comunidade Rancharia, assim como os dos demais municípios do Estado de Goiás (GO) também sofreram com as transformações advindas dessa modernização da agricultura. Nesse sentido, Mendonça (2004) em sua análise sobre a urdidura espacial do capital e do trabalho no Sudeste Goiano, salienta que “a racionalização do processo produtivo mediante a implementação dos novos sistemas técnicos, através da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, alterou profundamente os modos de vida e as formas de ser dos *povos cerradeiros* [...]” (MENDONÇA, 2004, p. 137, grifos do autor).

O Cerrado passa a ser incorporado ao processo de modernização, tornando-se atrativo para a produção de soja, já que a demanda pelo produto ampliava no mercado internacional. Assim, as áreas do Cerrado começam a ter uma alta produtividade, em consequência do desenvolvimento tecnológico e pelas políticas agrícolas de desenvolvimento regional, e passa a exportar excedentes para o país e para o exterior (MARTINS SILVA, 2011).

Assim, os incentivos e créditos liberados pelo Governo Federal por meio de programas como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), contribuíram para a expansão da produção agrícola no município de Campo Alegre de Goiás. Segundo Dartora (2010, p. 40) “[...] o PRODECER foi responsável pelo deslocamento de produtores rurais de outros Estados, principalmente do Paraná, para a região central do Brasil e para Campo Alegre de Goiás, por já estarem familiarizados com uma agricultura mecanizada [...]”

Essa modernização da agricultura modificou o viver da população do meio rural, a produção em grande escala de soja se estendeu pelos campos ocupando o lugar das atividades tradicionais como a pecuária leiteira e de corte, a criação de suínos e galináceos, a produção de alimentos para o autoconsumo, as quais foram empurradas para as áreas mais íngremes do Cerrado, principalmente, as encostas de rios.

Processo que ocasionou transformações à comunidade Rancharia, que no período de 1970 começou a sofrer com a saída dos seus moradores para as áreas urbanas em decorrência do fortalecimento do agronegócio no Centro Oeste brasileiro, e pelo processo da urbanização. Dessa forma, nota-se que o contexto da modernização tecnológica no campo trouxe consequências negativas para as formas de produção das unidades familiares de produção.

Mendes (2005) afirma que as condições de sobrevivência da pequena agricultura se agravaram devido à crescente monetarização das relações, como o mercado de insumos oligopolizado, elevando os custos de produção; o mercado monopsônico, reduzindo os ganhos dos produtores⁹; e a saturação do mercado de trabalho, dificultando a complementação dos rendimentos e/ou a contratação temporária de ajudantes. A autora ressalta, também, o fato de o aumento do trabalho assalariado estar subordinado diretamente à grande propriedade e à substituição gradual das relações de trabalho, como a parceria e o arrendamento pela utilização do trabalhado temporário.

Graziano Neto (1985), ao realizar uma crítica à agricultura moderna no Brasil, em seu trabalho sobre a questão agrária e ecologia, salienta que a modernização ao mesmo tempo em que promove o progresso técnico na agricultura, modifica as relações sociais de produção, expropriando e substituindo os(as) pequenos(as) produtores(as) pela mão-de-obra assalariada.

⁹ Em alguns casos, no decorrer do texto, não foram colocados os dois gêneros, pois optou-se em preservar os termos utilizados pelos(as) autores(as).

Com esse processo de transformação da agricultura, os chamados agricultores de subsistência – cuja a principal determinação é a produção para consumo próprio da família trabalhadora, levando ao mercado somente o *excedente* da produção – vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes principais da produção [...] (GRAZIANO NETO, 1986, p. 26, grifos do autor).

Diante dessa realidade, verifica-se que as modificações implantadas no meio rural asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuaram os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural. Além disso, os(as) pequenos(as) agricultores(as) familiares não foram contemplados com o aumento de produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento nessa dinâmica.

Outra dificuldade enfrentada pelos(as) agricultores(as) familiares(as) foi a de integração no mercado diante das instabilidades promovidas pelos processos sociais e econômicos, fatores que comprometem sua autonomia. Acrescenta-se o sistema creditício, a pesquisa e a extensão rural as quais se direcionam, em sua maioria, para a agricultura empresarial moderna.

Mendes (2005) destaca que embora os elementos estruturais impedissem que o segmento de pequenos e médios agricultores fossem beneficiados pelo processo, a dinâmica do capital os pressionou a modernizarem-se tecnologicamente. Porém, essa modernização não foi contemplada de forma homogênea pelas unidades familiares de produção, além disso, pressupõe-se, que o conjunto de conhecimentos práticos e não formais são importantes na determinação das estratégias produtivas e na geração de renda.

Embora a agricultura familiar tenha sido comprometida e, de certo modo, condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, esta tem revelado capacidade de se adaptar e de estabelecer estratégias que vêm garantindo a reprodução econômica e social de homens e mulheres no campo.

Nessa perspectiva, Wanderley (2001) considera que a inserção dos agricultores familiares na sociedade moderna é favorecida pelas suas estratégias de produção que se baseiam na valorização dos recursos disponíveis no estabelecimento familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e a de sua exploração no presente e no futuro “[...] De uma certa forma, os agricultores familiares modernos **enfrentam** os novos desafios com as **armas** que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.” (WANDERLEY, 2001, p. 35, grifos da autora).

Com essas mudanças que ocorreram no campo e que modificaram o espaço agrário brasileiro, a definição do termo agricultura familiar, principalmente, após a década de 1990, assume grande importância para respaldar o debate sobre o assunto que se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Essa discussão do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Sobre esse assunto, Hespanhol (2001) considera que

a produção familiar constituiu-se, no decorrer dos anos 1990, num dos principais eixos norteadores das discussões sobre a questão agrária brasileira. Tal fato deveu-se, entre outros fatores à grande expectativa criada em torno dessas unidades produtivas em função do seu potencial como produtoras de alimentos, na geração de emprego e na melhoria da renda no meio rural brasileiro. (HESPANHOL, 2001, p. 230).

Schneider (2003), ao analisar o debate brasileiro sobre a agricultura familiar, ressalta que a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira ocorre no início da década de 1990, quase simultaneamente, em duas esferas distintas. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais tiveram nas discussões acerca do espaço e do papel dos(as) pequenos(as) produtores(as) rurais. De outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que contribuíram para introduzir a expressão agricultura familiar.

Contudo, não se pode garantir que a agricultura familiar tenha sido reconhecida como prioridade pelos governos, pois os incentivos destinados pelo poder público brasileiro à agricultura são mais acessíveis aos grandes proprietários, assim, esse segmento ainda enfrenta muitos problemas, como os altos preços dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado e os baixos preços para seus produtos.

Sendo assim, os(as) agricultores(as) familiares conseguem sobreviver frente a esses desafios, lançando mão de uma multiplicidade de mecanismos, conhecimentos e da experiência que adquiriram ao longo da vida. De acordo com esse pensar, Brumer e Weisheimer (2006 p. 204) consideram que na agricultura familiar “[...] são construídas estratégias produtivas – respostas no âmbito da organização do trabalho – a fim de assegurar a reprodução social e física da força de trabalho e da unidade de produção [...]”

Na comunidade Rancharia, em decorrência das transformações ocorridas no campo, com a modernização e o avanço tecnológico e desenvolvimentista, o número de agricultores(as) tem diminuído. Das 100 famílias que existiam na década de 1970 só restaram

26 (vinte e seis), sendo que, nas visitas realizada a essa localidade (18 propriedades), em junho de 2012, podemos constatar que em aproximadamente 22% das propriedades há famílias de trabalhadores rurais assalariados, que cultivam a terra, possuem seus próprios animais e realizam o trabalho familiar, mas não são proprietários. Os donos dessas propriedades migraram para a área urbana do município ou para outra localidade como Goiânia (GO) e Brasília (DF), e as visitam apenas nos finais de semana e/ou feriados, ficando a família de trabalhadores que lá residem responsáveis pela manutenção e cuidados com a propriedade.

Com a modernização da agricultura e, conseqüentemente, o desenvolvimento do capital no campo a tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. “[...] Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência.” (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3). Nesse sentido, o trabalho assalariado passou a ser uma estratégia para as famílias agricultoras que não possuem acesso a terra.

Dessa forma, observa-se uma diversidade de estratégias que os(as) agricultores(as) familiares elaboram para garantir sua sobrevivência e/ou uma melhor qualidade de vida. Essa diversidade é caracterizada pela interdependência de uma série de fatores, o acesso a terra, seja como trabalhador ou como proprietário; a relação com o mercado; as relações de trabalho; e a produção para o consumo entre outros, questão que será abordada a seguir. Sendo que, a lógica de produção/reprodução da exploração familiar visa assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção.

3.2 Estratégias de produção e reprodução familiar na comunidade Rancharia

A agricultura familiar constitui-se em uma forma social de organização do trabalho e da produção que tem sido capaz de persistir e manter-se no interior do sistema capitalista e de desenvolver novas estratégias para garantir sua reprodução social e inserção econômica. O grande desafio imposto a esses(as) agricultores(as) familiares refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e a sua reprodução. Sendo assim, é a partir da produção, do trabalho e do consumo que são organizadas as estratégias

familiares, as quais visam à reprodução social e econômica do grupo. Busca-se estudar as estratégias utilizadas pelos(as) agricultores(as) familiares na comunidade Rancharia para permanecerem no campo frente às mudanças em curso, e assim compreender a importância das mulheres agricultoras no desenvolvimento dessas estratégias.

De acordo como Brumer et al. (1993, p. 205), as “estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a sua exploração [...]” Já para Schneider (2003, p. 109), “[...] as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo [...]” Estas, ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, e são mediadas por uma racionalidade informada pela realidade que é adquirida das relações materiais presentes ou daquelas herdadas do passado e transmitidas culturalmente, sendo consideradas como resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. Desse modo, as estratégias utilizadas pelos(as) produtores(as) são realizadas conforme a realidade em que cada um está inserido, pois só assim podem garantir a sua permanência no campo.

[...] O agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

A lógica para definir as opções e estratégias está no balanço entre o trabalho e o consumo, ou seja, a quantidade de trabalho que a família precisa realizar é considerada em função da satisfação das suas necessidades. Na comunidade Rancharia, com exceção do leite e do gado de corte, que é comercializado, a produção dos demais produtos é voltada, principalmente, para o consumo familiar. A satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, visto como indispensável para sua reprodução.

As escolhas estratégicas feitas pelos(as) agricultores(as) sobre a produção (produto, geração de renda, uso de recursos naturais e ocupação da força de trabalho) estão vinculadas às especificidades dos processos produtivos locais e aos recursos disponíveis, conjugados aos seus padrões de decisões, orientados pelo seu projeto de vida.

Desse modo, a reprodução social, econômica e cultural dos(as) agricultores(as) familiares depende de como essas unidades de produção se relacionam com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Os indivíduos e a família levam em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar

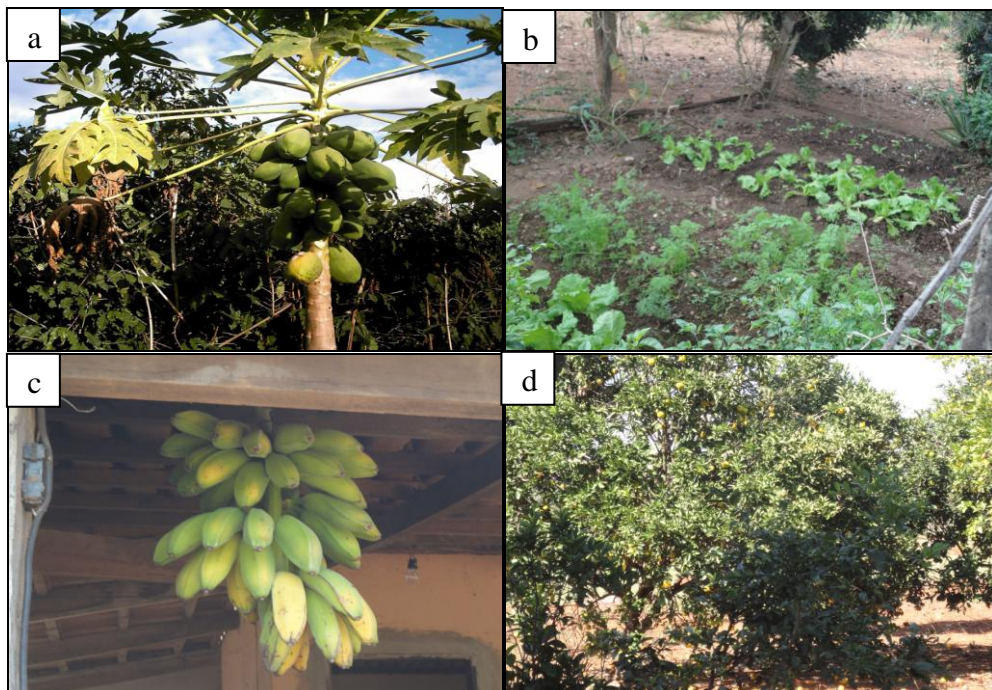
determinados objetivos. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse caminhar de ideias, Schneider (2003) salienta que

[...] é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo. (SCHNEIDER, 2003, p. 170).

O agricultor familiar recorre à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, ele constitui seus espaços e combina espécies e variedades de vegetais, organizando a produção e a vida social, com base em modelos de saber e de conhecimento construídos pela família e apreendidos no decorrer da formação cultural dos seus descendentes, os quais são considerados como essenciais para assegurar a própria reprodução dessas unidades (MENDES, 2005).

Nas propriedades visitadas além da bovinocultura há o cultivo de frutas e hortaliças em todas as sedes (Foto 6). Dentre as frutas que mais são produzidas estão: laranja, mamão, manga, goiaba, abacate, caju, acerola, maracujá, banana e jabuticaba. E as hortaliças mais cultivadas são: cenoura, beterraba, chuchu, abóbora, alface, couve e jiló.

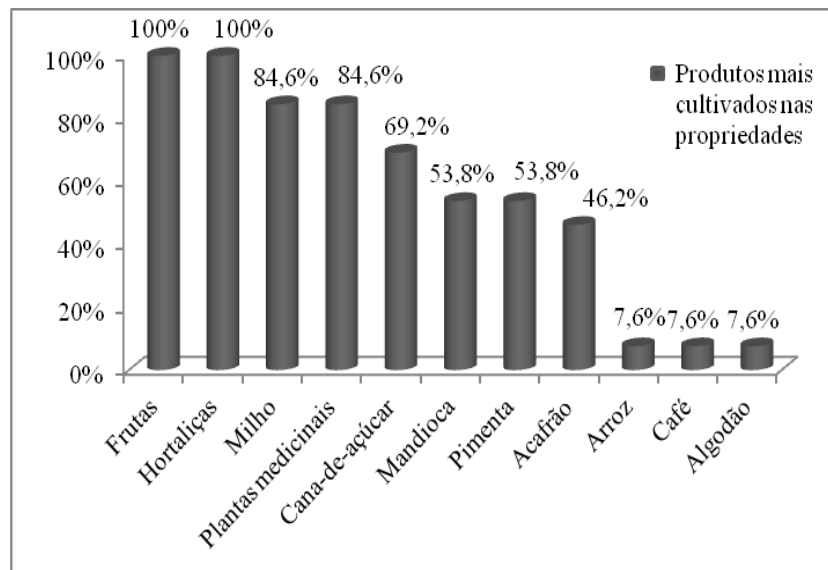
Foto 6 – Cultivo de fruta e hortaliças. a) Cultivo de mamão; b) Horta familiar; c) Cacho de banana; d) Cultivo de laranja. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

Destaca-se também, outros produtos que cumprem um importante papel para o consumo familiar e para o consumo produtivo como: a) milho, b) cana-de-açúcar, c) plantas medicinais, dentre as mais citadas estão: erva-cidreira (*Melissa officinalis*), boldo (*Plectranthus barbatus*), picão (*Bidens Pilosa*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), quebra-pedra (*Phyllanthus SP*) alfavaca (*Lavandula officinalis*), hortelã (*Mentha SP*), poejo (*Mentha peleguim*), arruda (*Ruta gravealeons*), transagem (*Plantago SPP*), espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*) e novalgina (*Aquiléa Millefolium*), d) mandioca, e) pimenta, f) açafrão, g) arroz, h) café e i) algodão. A quantidade aproximada, em porcentagem, das propriedades que produzem esses produtos pode ser observada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Produtos cultivados pelas famílias entrevistadas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás - 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Org.: Mesquita, L. A. P. de.

O milho e a cana-de-açúcar são utilizados principalmente para o consumo produtivo, isto é, na alimentação do gado e dos pequenos animais como os suínos e galináceos, seja na forma de silagem ou de grão. Diante dessas informações, nota-se que a racionalidade do(a) produtor(a) está orientada no sentido de redução dos custos, tanto de produção da bovinocultura como relacionado à própria alimentação da família, com vistas a diminuir a necessidade de dispêndio monetário com a compra de insumos e de produtos alimentícios.

A interação entre agricultor(a), unidade familiar, propriedade rural e mercado de trabalho constitui uma forma de integração e uma necessidade estrutural entre os(as)

agricultores(as) familiares. O(a) agricultor(a) não pode agir sozinho, seu trabalho depende de fatores internos e externos a que cada unidade de produção apresenta.

Assim, na comunidade Rancharia além da criação do gado (leiteiro, de cria e de corte) e das lavouras, as famílias criam outros animais como galináceos e suínos (Foto 7). As raças predominantes de galináceos são: Galinha Caipira, Galo, Galinha-d'angola e Garnisé. Esses animais são geralmente criados soltos nos quintais das propriedades. As principais raças de suínos encontradas foram: Nilo e Piau, esses animais podem ser criados soltos pelo quintal ou em pocilgas (na comunidade Rancharia esse local é denominado chiqueiro). Assim como os produtos cultivados, essas criações também destinam-se prioritariamente, ao consumo familiar, sendo que, somente o excedente é comercializado, geralmente para consumidores direto. Em relação a essas criações, 100% das famílias pesquisadas criam galináceos, dos quais, além da carne, são utilizados os ovos, e 92,3% criam suínos, dos quais utilizam a carne e a banha.

Foto 7- a) Criação de galináceos para o consumo familiar; b) Criação de suínos para o consumo familiar. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

O(a) agricultor(a) familiar recorre à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, ele constitui seus espaços e combina espécies e variedades de vegetais e, assim organiza a produção e a vida social com base em modelos de saber e de conhecimento construídos pela família e apreendidos no decorrer da formação cultural dos seus descendentes, os quais são considerados como essenciais para assegurar a própria reprodução dessas unidades (MENDES, 2005).

Nesse sentido, os(as) agricultores(as) familiares da comunidade Rancharia para conseguir o seu sustento, combinam a produção de alimentos para o consumo familiar com as fontes de rendas monetárias, essas fonte provêm, principalmente, do gado leiteiro (Foto 8), do gado de corte, na qual o proprietário cria o gado até ter o peso considerado adequado para o abate, e do gado de cria, na qual a finalidade é a reprodução, ou seja, a cria de bezerros e novilhas para a comercialização. As raças predominantes dos bovinos são a girolanda (gado de leite e de cria) e a nelore (gado de corte e de cria).

A quantidade de leite produzida varia de 35 a 300 litros/dia. Em 90% das propriedades em que há a produção de leite este é comercializado, e em 10% é destinado à fabricação de queijos, os quais são entregues a consumidores diretos com o preço médio de R\$7,00¹⁰ o quilo. Os principais destinos do leite são: a Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda. (COACAL) em 77,7% das propriedades e o Laticínio Ipameri responsável pela de 22,3% das propriedades. O preço médio pago pelo leite varia de R\$0,65 a R\$0,78 o litro.

Foto 8 – Bovinos da raça girolanda em uma das propriedades. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



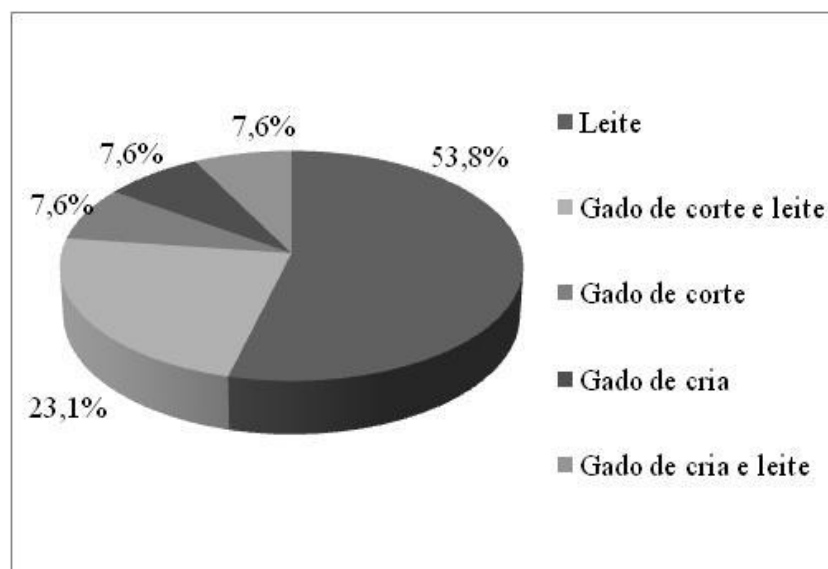
Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Mesquita, L. A. P. de.

Como os(as) agricultores(as) familiares estão sempre combinando diversas fontes de renda e variadas formas de obter renda, na Rancharia alguns dos(as) agricultores(as) (30,7%) combinam as atividades agropecuárias, ou seja, associam o gado leiteiro com o gado

¹⁰ A cotação do Dólar em 11 de janeiro de 2013 é de R\$ 2,038.

de corte (23,1%) e também com o gado de cria (7,6%) (Gráfico 3). Observa-se a importante participação da venda de animais para recria, engorda e abate (bezerros, novilhas, bois e vacas de descarte). Na Comunidade, os bezerros são comercializados com idade de 8 a 15 meses, com a média de preço entre R\$350,00 e R\$700,00 dependendo da raça. O preço das novilhas varia de R\$800,00 a R\$1.000,00, já o preço do boi gordo varia de R\$70,00 a R\$95,00 a arroba. A comercialização desses animais acontece de forma esporádica no decorrer do ano e contribui de forma significativa no orçamento familiar¹¹.

Gráfico 3 - Produtos que geram renda monetária agrícola. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Org.: Mesquita, L. A. P. de.

A diversificação na criação de animais e no cultivo de produtos na unidade de produção é uma estratégia que contribui para que a família agricultora possa manter-se na terra, uma vez que, se uma das atividades desenvolvidas na propriedade não gerar renda suficiente para o sustento da família, o(a) agricultor(a) tem outras atividades para auxiliar na manutenção da propriedade e da família.

Além da pecuária leiteira, de corte e de cria a venda dos pequenos animais (galináceos e suínos) também contribui com a renda familiar. Esses animais são criados primordialmente para o consumo familiar, porém quando há um excedente este é comercializado, assim como os ovos e o queijo (Foto 9). De acordo com os(as) agricultores(as) os suínos são vendidos a R\$5,00 o quilo, o preço dos frangos/galinhas variam

¹¹ As informações referentes aos preços dos produtos comercializados na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás foram obtidos em pesquisa de campo em junho de 2012 aos(às) produtores(as) dessa Comunidade.

de R\$15,00 a R\$18,00 a cabeça, o preço médio dos ovos é de R\$3,50 a dúzia e o quilo do queijo é comercializado com o preço médio de R\$7,00.

Foto 9 - Produção de queijos. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2012



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2012). Autora: Matias, C. A. C.

Esses produtos (suínos, frangos/galinhas, ovos, queijo) geralmente são entregues aos consumidores diretos, sua comercialização não apresenta regularidade, apenas a produção excedente é vendida. As famílias agricultoras produzem esses alimentos com vistas a atender as necessidades alimentares da família, sendo assim, a comercialização vem em segundo plano. Entretanto, esta é uma estratégia que contribui para complementar os baixos rendimentos nos períodos em que há mais despesas na propriedade, principalmente, na compra de milho para o plantio, de semente e de mudas (verduras e frutas), de bovinos, de defensivos para o controle de doenças e/ou parasitas em animais e para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais dentre outros.

Os(as) agricultores(as) também contam com as rendas não agrícolas como a aposentadoria, em 40% famílias, e a pensão, recebida por 20% das produtoras, que contribuem para complementar a renda gerada no estabelecimento. A aposentadoria é recebida tanto por homens como por mulheres, já a pensão é recebida apenas pelas mulheres viúvas. As atividades ou rendimentos não agrícolas trazem importantes contribuições para o sustento da família, pois há momentos em que apenas os recursos gerados na propriedade não

são suficientes para manter a qualidade de vida dessas famílias. É importante salientar também a importância do valor simbólico das rendas não agrícolas, principalmente para as mulheres, uma vez que a maioria delas nunca havia recebido remuneração pelo seu trabalho e com essa renda podem decidir como e com quem gastá-la, o que leva as mulheres sentirem-se mais valorizadas perante a família. É preciso considerar que a produção para autoconsumo, também, é uma estratégia de complementação de renda agrícola e deve constar em sua contabilidade.

Na comunidade Rancharia a renda mensal familiar encontra-se entre 1 a 5 salários mínimos. Sendo a maioria das famílias (46,2%) recebem entre 1 e 2 salários mínimos (Tabela 1). Todavia, o trabalho da família na agricultura familiar não envolve uma renda fixa mensal para cada membro que trabalha na propriedade, e sim trabalho em conjunto, visando à aquisição de uma única renda através do produto final ou mercadoria, que reproduz os valores sociais da mesma e supre as suas necessidades básicas de sobrevivência.

Tabela 1: Renda média mensal familiar em salários mínimos. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás - 2012

Renda média mensal	Porcentagem de famílias
Entre 1 e 2 salários mínimos	46,2%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	38,5%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	15,3%

Fonte: Pesquisa de campo (jun. e dez. 2012). Org.: Mesquita, L. A. P. de.

Diante dessas considerações e através dos dados analisados, acredita-se que o conhecimento prático, a experiência dos(as) produtores(as), a relação de trabalho entre os membros da família, a produção diversificada de alimentos e de animais, têm viabilizado a reprodução dessas unidades. Os(as) agricultores(as) familiares da comunidade Rancharia constituem seus patrimônios através das estratégias adotadas, assim, sua permanência na propriedade depende do investimento em atividades que apresentem estabilidade e rentabilidade. As rendas não agrícolas e as atividades para fins comerciais que se aliam as de autoconsumo complementam os rendimentos familiares e contribuem para possibilitar uma melhor qualidade de vida à família agricultora.

Nesse sentido, nota-se a importância do trabalho de todos os membros da família, dentre eles o trabalho das mulheres, que será analisado na próxima seção. São as mulheres as

responsáveis pelo cuidado com a família, pela criação dos pequenos animais e dos produtos cultivados no quintal e no pomar, e contribui também com as tarefas consideradas produtivas, ou seja, com a produção de pecuária leiteira, de corte e de cria. Sendo assim, é importante dar visibilidade a esse trabalho que é muitas vezes desvalorizado tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Na próxima seção busca-se evidenciar a visibilidade das mulheres na unidade de produção familiar.

4 RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE RANCHARIA: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

TODAS AS VIDAS

*Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.*

Benze quebranto.

Bota feitiço...

Ogum. Orixá.

Macumba, terreiro.

Ogã, pai-de-santo...

[...]

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.*

Pimenta e cebola.

Quitute bem feito.

Panela de barro.

Taipa de lenha.

Cozinha antiga

toda pretinha.

Bem cacheada de picumã.

Pedra pontuda.

Cumbuco de coco.

Pisando alho-sal.

[...]

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.*

*– Enxerto da terra,
meio casmurra.*

Trabalhadeira.

Madrugadeira.

Analfabeta.

De pé no chão.

Bem parideira.

Bem criadeira.

Seus doze filhos.

Seus vinte netos.

[...]

Todas as vidas dentro de mim:

Na minha vida –

a vida mera das obscuras.

(CORALINA, 2004, p. 253-255)

4 RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE RANCHARIA: o trabalho das mulheres na agricultura familiar

Nas unidades de produção familiar o trabalho é realizado por todos os membros da família, sendo que as atividades são divididas de acordo com o sexo e a idade. Todavia, a divisão sexual do trabalho atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Às mulheres é reservada a esfera do privado, do doméstico e a responsabilidade pelas atividades de reprodução social da família, e mesmo exercendo atividades fora do lar suas atividades são, geralmente, vistas como secundárias, de ajuda. Enquanto o homem assume o papel de provedor da família, sendo lhe reservado o local público e de produção.

Essa divisão do trabalho causa a ‘invisibilidade’ do papel feminino na agricultura familiar, já que seu trabalho na esfera doméstica não gera renda e nas tarefas relacionadas à produção é considerado apenas como ajuda. O não reconhecimento do papel da mulher sugere que ele não gera valor econômico e social, assim, a gratuidade do trabalho da mulher no meio rural contribui para a sua ‘invisibilidade’ na agricultura familiar e no não reconhecimento do seu trabalho.

Diante dessa problemática, buscou-se tratar as relações de gênero e as respectivas relações de poder entre homens e mulheres no meio rural, e como essa discussão pode contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo. Busca-se, ainda, analisar o papel da mulher na produção e reprodução da família rural, com ênfase na comunidade Rancharia¹².

4.1 O gênero na análise das relações entre agricultoras e agricultores familiares

O conceito de gênero surge com o objetivo de rejeitar o determinismo biológico utilizado para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e de acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. A opção por trabalhar com esse conceito é devido a sua importância para a compreensão das relações de poder que são desenvolvidas social e culturalmente entre os sexos, nesse caso, entre agricultoras e agricultores familiares da

¹² Dados adquiridos através de 13(treze) entrevistas temáticas realizadas com as agricultoras e os agricultores da comunidade Rancharia, Campo Alegre do Goiás, em junho de 2012 e de 4 (quatro) entrevista de história de vida realizada com as moradoras da mesma Comunidade, em dezembro de 2012.

comunidade Rancharia. Busca-se através dessa discussão dar visibilidade ao trabalho da mulher agricultora, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva.

No Brasil o conceito gênero começou a ser utilizado pelas(os) pesquisadoras(es) principalmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com influência das feministas anglo-saxãs. Segundo Scott (1995) as feministas americanas utilizaram o conceito de gênero para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos sexo ou diferença sexual. A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode vir separada da história dos homens.

No final da década de 1980 a terminologia gênero começa a ser utilizada em trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações). Logo as discussões sobre gênero ficaram evidentes nos núcleos e demais centros de pesquisa os quais incorporaram esta terminologia em suas pesquisas e se auto-identificaram com os estudos de gênero (ZIRBEL, 2007)¹³.

Zirbel (2007, p. 42) cita alguns pontos que influenciaram a formação do campo de pesquisa ligado às questões de gênero no país. Segundo a autora, os pontos que chamam mais atenção são: “[...] a legitimidade nos espaços acadêmicos para as pesquisadoras; o anti-feminismo e seus desdobramentos no ambiente acadêmico; o incentivo (ou a pressão) das agências financiadoras [...]” Além disso, o termo era de melhor aceitação na academia brasileira na década de 1980 e 1990.

O termo gênero foi sendo incorporado por diversas disciplinas (antropologia, sociologia, psicologia) das quais recebeu diferentes nuances, que contribuíram para que a definição do conceito de gênero fosse construída e utilizada conforme a bagagem teórica específica que cada disciplina trazia.

Na Geografia, a abordagem do conceito de gênero é recente, de acordo com Silva (2009) ao abordar o contexto histórico e geográfico do movimento feminista, o movimento feminista, conhecido como ‘segunda onda’, foi fundamental para inspirar as geógrafas a iniciarem um movimento interno na geografia a partir dos anos 1970 sob a perspectiva de três objetivos principais: “[...] construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina [...]” (SILVA,

¹³ ZIRBEL, I. Os estudos de gênero. _____ **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p. 129-152. Esse trabalho aborda questões relativas ao surgimento dos Estudos de Gênero no Brasil, pontuando o contexto em que esse processo se dá e a forma como ele se difundiu pelas principais universidades e centros de pesquisa do país.

2009, p. 27). Assim, as geógrafas, inicialmente as inglesas, começaram a desenvolver estudos sobre gênero e promover as mulheres nas instituições acadêmicas e científicas.

Segundo André (1990) no ano 1980, principalmente no Reino Unido, a questão do gênero começou a ganhar destaque na investigação geográfica. De acordo com a autora,

a partir de meados da década de [19]80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertaram para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade. (ANDRE, 1990, p. 334).

No entanto, a Geografia brasileira apresenta um pequeno número de pesquisadores(as), dentre os(as) estudiosos(as) podemos citar Rossini, da Universidade de São Paulo, que tem uma expressiva contribuição desde a década de 1980 e enfoca a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas; Silva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que juntamente com outros pesquisadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE-UEPG), tem abordado a temática de gênero e Geografia trazendo para o Brasil o conceito de “Espaço Paradoxal”, proposta teórica discutida pela geógrafa americana Rose (1993), como uma possibilidade de subversão da construção masculina do conhecimento geográfico.

Recentemente, o gênero tem sido enfoque de várias dissertações e teses, como as desenvolvidas por Tonini (2002), Carvalhal (2003), Garcia (2004), Castilho e Silva (2009) entre outros. Todavia sua abordagem na geografia brasileira é limitada quando comparada aos países anglo-saxões. Esta tem pela frente importantes desafios teóricos e conceituais, dessa forma nota-se a importância de trabalhos geográficos que façam análise das relações de poder que provocaram e ainda provocam antagonismos entre homens e mulheres ao longo do tempo e do espaço onde se concretizam tais relações. Segundo Silva (2009),

a adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para produto e condição das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres. (SILVA, 2009, p. 35).

Dentre as leituras do conceito de gênero, optamos pela utilizado por Scott (1995), de acordo com a mesma o conceito de gênero é “[...] utilizado para sugerir que a informação a

respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro [...]” (SCOTT, 1995 p. 75). O que rejeita a ideia de esferas separadas, pois gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas [...] o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar as “construções culturais” - a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...] O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, p. 75-76, grifos da autora).

Scott (1995) propõe um uso do gênero mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder. Sendo assim, sua análise é fundamental para o estudo das relações de gênero e suas respectivas relações de poder entre agricultoras e agricultores familiares na comunidade Rancharia, e fornece subsídios para a construção da história das mulheres agricultoras.

Louro (1997) ao analisar a produção de diferenças sexuais e de gênero em práticas educativas da atualidade, relata que o conceito de gênero serve como uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo política, sendo que “[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.” (LOURO, 1997, p. 22).

Através do conceito de gênero busca-se rejeitar o determinismo biológico e recolocar o debate da ‘invisibilidade’ do trabalho das mulheres no campo do social, “[...] pois é nele que se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas da desigualdade precisariam ser buscadas [...] nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.” (LOURO, 1997, 22).

O enfoque feminista da geografia, que envolve a concepção de gênero enquanto uma construção social de papéis desempenhados pelos diferentes sexos possibilita a análise geográfica evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas (SILVA, 2009).

Todavia, apesar do discurso patriarcal, que produzia e ainda produz a ‘invisibilidade’ da mulher, estar gradativamente se rompendo, no meio rural esse processo é mais lento. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que cada

um deve ocupar um papel na sociedade ainda está presente na mente de homens e mulheres. Nesse sentido, Louro (1997) salienta que essa distinção biológica,

[...] na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e *justificar* — a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20-21, grifos da autora).

Segundo essa linha de raciocínio, Tonini (2002), ao realizar uma leitura sobre a produção das identidades de gênero, de geração e de etnias nos livros didáticos de Geografia, do Ensino Fundamental, acrescenta que os discursos dos livros didáticos de Geografia são ancorados em suportes biológicos os quais estabelecem as identidades de homens e mulheres e uma ‘sexualização’ dos espaços, sendo que os espaços destinados às mulheres são diferenciados dos espaços destinados aos homens.

É nesses lugares que as práticas sociais estão sendo exercidas e naturalizadas. Essa perspectiva está articulada à história do mundo ocidental, em que as instituições familiares, políticas e econômicas estabeleceram marcas de diferenças biológicas para destinar os papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar. O espaço definido para a mulher sempre foi determinado em oposição ao espaço dos homens. A partir dessa bipolaridade espacial, criaram-se códigos culturais que contribuem para legitimar relações desiguais entre eles [...] (TONINI, 2002, p. 59).

Louro (2007), ao citar a contribuição da obra de Scott (1995), expõe que um ponto importante em sua argumentação é a ideia de que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Nesse sentido concordamos com Scott (1995) e Louro (2007) quando afirmam que é constante na análise e compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado, no qual homem e mulher são vistos como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação-submissão. Esse modo de pensar, que traz homens e mulheres como termos oposto, faz com que as práticas e comportamentos sexuais e afetivos, que não obedecem à distinção dual masculino e feminino, sejam tomados como anormalidade, perversão, sendo assim excluídas da norma, do que é considerado “normal”.

Assim, objetiva-se romper com essa lógica e demonstrar que a oposição existente entre os sexos é construída e não fixa e natural. Uma vez que, é a forma como as características sexuais são representadas pela sociedade, como são vistas e valorizadas que vai constituir o que é feminino e o que é masculino. “[...] Para que se compreenda o lugar e as

relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos [...]” (LOURO, 1997, 21). Nesse sentido, o conceito de gênero é de fundamental importância para constituir um debate no campo social e com novas linguagens, e evidência a ausência da mulher nos estudos sobre agricultura familiar e nas ciências em geral.

[...] É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico [...] (LOURO, 1997, p. 21).

Defende-se a ideia que a divisão sexual do trabalho e as relações entre os sexos não são estabelecidas pelas características biológicas, mas sim construídas socialmente e estreitamente vinculadas às relações de poder. Todavia, no meio rural as relações de gênero entre agricultores e agricultoras são marcadas por uma distribuição desigual de poder, que leva a ‘invisibilidade’ do papel desempenhado pelas mulheres, questão abordada na próxima subseção. Nesse sentido, há a necessidade da construção de relações entre homens e mulheres mais igualitárias, equilibradas e justas. Isso implica em uma tomada de consciência e de atitude para mudar normas, poderes e preconceitos estabelecidos na história e na cultura de nossa sociedade.

4.2 Relações de gênero na agricultura familiar: a mulher na comunidade Rancharia

No meio rural, geralmente é o homem que tem o papel de chefe na família, sendo considerado o responsável pela sobrevivência da mesma, e na ausência do pai o filho ou outro membro da família, maior de idade e preferencialmente do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar. Esse modo de pensar, que coloca o homem como detentor do saber e do poder, nega a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência da família agricultora. A relação que atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos produz uma distribuição desigual de autoridade, de poder e prestígio entre homens e mulheres. Diante dessas considerações, analisa-se as relações de gênero na agricultura familiar tendo em vista a comunidade Rancharia.

De acordo com Cabral e Dias (1999, p. 2) estas são resultado de um processo pedagógico que “[...] inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a

desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.” As mulheres desde que nascem são educadas para assumir a esfera reprodutiva e doméstica, enquanto sua sexualidade é negada e reprimida.

Nessa perspectiva, Matos (2002) ao discutir o processo de construção da feminilidade pelas revistas femininas Cláudia e Nova, salienta que

[...] a expressão relações de gênero designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam o reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. (MATOS, 2002, p. 2).

Os mitos e os preconceitos que são reproduzidos através da história atribuem à mulher o sentimento de menos valia em relação ao homem, o que ocasiona efeitos negativos nas relações estabelecidas no trabalho, e também, no cotidiano. Dessa forma concordamos com Scott (1995) que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo este uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Compreende-se que toda relação de gênero é uma relação de poder. Assim, a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres é um produto social que legitima as relações de poder, o que contrapõe-se a uma construção em função das características biológicas dos diferentes sexos. De acordo com Foucault (2007, p. 75), em qualquer sociedade, existem relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social. E “[...] onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.”

Segundo Foucault (1995) o que caracteriza poder é a ação/relação entre os indivíduos e só há estruturas ou mecanismo de poder quando certas pessoas exercem poder sobre outras, assim o termo poder designa relações entre parceiros. E o corpo aparece enquanto superfície sobre o qual o poder atua com vistas à sua conformação e adestramento, ou seja, a tornar os corpos dóceis e úteis. Para esse autor as relações de poder

[...] se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer este poder (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relação de

poder (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas). (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Na perspectiva de Foucault (1995, 2007), o poder é concebido não como um estado mental, mas como um conjunto de práticas sociais e de discursos construídos historicamente que disciplinam tanto o corpo como a mente de indivíduos e de grupos. Nesse contexto, o homem é o detentor do poder, o provedor da família, e a mulher ocupa apenas o papel de ajudante, o que de fato faz com que ela esteja, de certa forma, subordinada à autoridade do cônjuge.

Na Comunidade Rancharia¹⁴, essa relação de poder materializa-se, por exemplo, na autonomia que as agricultoras possuem para realizarem seus projetos de vida, suas metas e suas vontades. Ao serem interrogadas sobre esse assunto, 71,4% das mulheres afirmaram que não necessitam da autorização de ninguém, que sempre realizam suas vontades por conta própria. No entanto, percebeu-se durante esse questionamento certo desconforto de algumas mulheres em relação aos seus esposos, que as olhavam fixamente no decorrer das entrevistas, fato que demonstra a presença da relação de poder que os homens possuem sobre as mulheres, o qual faz com que estas se sintam desconfortáveis e intimidadas ao publicizarem práticas/attitudes de seu dia a dia. A presença da cultura patriarcal, que para Castells (1999) se caracteriza pela autoridade imposta do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar, também contribui para esse desconforto manifestado tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

Dentre as mulheres entrevistadas, 28,6% responderam que sempre pedem opinião aos esposos antes de decidir sobre qualquer assunto. A partir dessas informações, concorda-se com Saffioti (2004a) que ao analisar a questão das desigualdades de gênero, presentes em inúmeras instituições e esferas da sociedade, salienta que

no campo do gênero *os homens como categoria social* têm liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já *as mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a *ordem patriarcal de gênero* em uma *ordem igualitária de gênero*. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade [...] (SAFFIOTI, 2004a, p. 50, grifos da autora).

¹⁴ Os dados sobre a relação de gênero entre os agricultores e agricultoras da comunidade Rancharia foram adquiridos através da aplicação dos roteiros de entrevistas realizados em 13 (treze) propriedades na comunidade Rancharia.

Além da questão relacionada à autonomia, na comunidade Rancharia verificou-se uma divisão do trabalho nas propriedades que também se fundamenta nas relações de poder, construídas de acordo com uma visão de mundo enraizada na diferença biológica entre os sexos. Nesse sentido, Bourdieu (2007), em seu estudo etnográfico sobre a dominação masculina na sociedade Cabila, diz que a dominação dos gêneros está corporificada, pois, é no corpo que se inscreve as disputas pelo poder, uma vez que ele é a primeira forma de identificação no nascimento. O corpo é tido como o ‘locus’ do exercício do poder, e as diferenças visíveis entre o corpo da mulher e do homem tornam-se o penhor indiscutível de significação e de valores.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e de divisão sexualizante [...] é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho [...] (BOURDIEU, 2007, p. 18-20, grifos do autor).

A diferença biológica entre homens e mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias. As quais trazem como consequência, a representação da mulher como o ser menos capaz, o sexo frágil, que precisa de proteção e, o papel de reprodutora. Porém, essas qualidades definidas como naturais, intrínseca à natureza das mulheres é produto da educação e da formação de meninas e meninos. Os sujeitos constituem-se em meio às relações de poder, através das quais os mesmos assujeitam-se aos outros e, por meio da linguagem, entram no universo simbólico. A partir daí começam a apreender valores, sentidos acerca de si e do mundo, que ao longo da vida podem ser ressignificados ou não (FOULCAULT, 2006).

Os valores adquiridos, a forma como a divisão do trabalho é simbolizada, reforça a associação que há em torno das mulheres ao seu papel reprodutivo, no âmbito do privado e do doméstico, a qual se superpõe a imagem da mulher trabalhadora. Dessa forma, baseada nas afirmações de Bourdieu (2007) conclui-se que a ordem social masculina esta profundamente arraigada no corpo e na mente de homens e mulheres, sendo considerada como ‘natural’, graças às estruturas sociais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão social

do trabalho, e por outro lado, das estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes, que traduzem a oposição binária entre os sexos.

[...] Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculino). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...] assinalando-lhes lugares inferiores [...] ensinando-lhes a postura correta do corpo [...] atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas [...] enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 34).

No meio rural, essa situação é mais evidente comparada ao meio urbano, pois as relações de gênero marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo passadas de geração em geração, ainda se encontram naturalizadas no viver de vida de muitas famílias agricultoras. E mesmo nas situações em que homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos. Geralmente, os papéis dos homens são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Nessa divisão do trabalho, prevalece uma desvalorização da capacidade feminina em relação ao masculino.

Esse pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros coloca homens e mulheres em polos separados e faz com que outros pares de conceitos sejam equiparados pela mesma lógica, como produção-reprodução, público-privado, razão-sentimento e dominação-submissão. E evidenciam a prioridade do primeiro em relação ao segundo, o que de fato aponta um lugar específico para cada gênero (LOURO, 1997).

De acordo com Bourdieu (2007), essa divisão sexual contribui com a dominação dos homens sobre as mulheres, e está presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na divisão do tempo, ou seja, no *habitus* de cada sujeito o que de fato permite que essa relação pareça natural.

A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...] (BOURDIEU, 2007, p. 17).

No meio rural esse pensamento está arraigado na mente de muitas famílias, as quais acreditam que homens e mulheres possuem papéis e lugares distintos. Nessa separação, o homem é tido como responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher e os filhos são apenas ‘ajudantes’. Como nas propriedades rurais, o convívio da família e a atividade se desenvolvem no mesmo local, vigora uma visão de que o trabalho da mulher seja uma obrigação natural, na qual ela tem que ajudar seu marido, cuidar do lar e da família. E mesmo as mulheres que desenvolvem atividades remuneradas, geralmente também realizam as atividades domésticas.

Carneiro (2001), através de suas experiências em pesquisas com famílias camponesas de diferentes regiões do Brasil, acrescenta que apesar das diferenças socioculturais e econômicas das famílias pesquisadas, o lugar que a mulher ocupa no processo produtivo é considerado sempre como secundário, tanto pelos homens como pelas mulheres. De acordo com a autora, essa posição é expressa na categoria ajuda para atividades desempenhadas pela mulher e pelos empregados no meio rural brasileiro.

Na comunidade Rancharia não é diferente, a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de “ajudante” no processo produtivo porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois, tem a incumbência dos afazeres domésticos.

Nessa perspectiva, Araújo e Scalón (2005) salientam que ao longo da história, na moldagem dos vínculos entre estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social, há um padrão que tem sido identificado como característico:

[...] a existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimétricas valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social. (ARAÚJO; SCALÓN, 2005, p. 9).

Na comunidade Rancharia a principal fonte de renda é provinda da bovinocultura, e a tarefa de lidar com o gado é vista como propriamente masculina, assim, o homem é considerado o responsável pela renda familiar, ou seja, o trabalho produtivo. Enquanto às mulheres é atribuído o trabalho dito reprodutivo, que corresponde a cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido à escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária.

Boni (2005), ao tratar o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres nas agroindústrias familiares na região oeste de Santa Catarina, afirma que na pequena propriedade a divisão sexual do trabalho é “[...] nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, ‘chefe da família’, muito embora o entendimento ‘de quem deve fazer o quê’ seja passada de geração para geração, tornando-se naturalizado.” (BONI, 2005, p. 52, grifos da autora). Observa-se a desigualdade de gênero no trabalho familiar, uma vez que os homens são tidos como chefes de família e da propriedade, enquanto o trabalho das mulheres é visto como ajuda.

Essa divisão do trabalho levou à desigualdade na distribuição de poder e prestígio entre homens e mulheres. Nesse sentido, Foucault (2006) ao referir-se aos conjuntos estratégicos que desenvolvem os dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo (a partir do século XVII) cita a “histerização do corpo da mulher”, no qual o corpo feminino passa a se comunicar organicamente com corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças, ou seja, reserva a mulher ao campo do privado, a responsabilidade pelo cuidado com o lar e com a família.

Em relação à divisão do trabalho nas propriedades pesquisadas constatamos que dentre as atividades ditas femininas estão o cuidado com a casa, com a alimentação, com as vestimentas, com os pequenos animais, suínos e galináceos e com a horta. Também lidam com o gado, nas atividades como ordenha, vacinação, trato e apartação dos bezerros¹⁵. E dentre às tarefas masculinas, está o cuidado com a lavoura, a capina, a construção e/ou concerto de cercas e os cuidados com o gado (ordenha, vacinação, trato e apartação dos bezerros).

Diante dessas informações, nota-se que na comunidade Rancharia, além de realizarem o trabalho reprodutivo, ou seja, o cuidado com a família e com a casa, as mulheres também contribuem para a produção, pois dentre as mulheres entrevistadas 50% lidam com a ordenha (Foto 10), 33% aplicam vacinas nos animais, apartam os bezerros e cuidam do trato dos animais. Diante desses dados, podemos afirmar que essas mulheres também são responsáveis pela renda monetária e não atuam somente como ajudante, são trabalhadoras e merecem ser reconhecidas pelo seu trabalho tanto reprodutivo como produtivo.

¹⁵ Essa atividade consiste em separar os bezerros das mães para evitar a amamentação e, conseqüentemente, para acumular o leite que será retirado através da ordenha.

Foto 10 - Ordenha manual realizada pela agricultora na comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2010



Fonte: Dartora (2010).

Diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho, desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas. Elas também realizam outras atividades, como o processamento de alimentos (queijos, doces, farinha de mandioca, polvilho, açafão).

Na comunidade Rancharia 91,6% das mulheres fazem queijos (tipo queijo minas), 20,1% das famílias produzem polvilho e farinha de mandioca, e 46,2% produzem açafão¹⁶, é importante salientar também a produção de doces (Foto 11) e quitandas¹⁷. Além desses alimentos, as agricultoras em todas as propriedades pesquisadas cuidam dos galináceos e da horta familiar e, em 92,3% são responsáveis pelo cuidado com os suínos.

A produção desses alimentos trás uma importante contribuição para a sobrevivência das famílias, uma vez que destina-se primordialmente ao consumo familiar. E quando há excedentes, esses alimentos também são comercializados, o que contribui para a renda monetária da família agricultora.

¹⁶ *Curcuma Longa*: também conhecido como açafão da terra utilizado como condimento e na coloração de pratos.

¹⁷ Esse termo se refere ao conjunto de doces, bolos e biscoitos feitos em casa.

Foto 11 - Produção de doce de figo em calda. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás – 2010.



Fonte: Dartora (2010)

Mendes (2005), ao analisar as características socioeconômicas da produção rural familiar das comunidades Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, município de Catalão (GO) no período de 2003 a 2005, salienta que em algumas unidades familiares a produção de farinha de mandioca, polvilho, farinha de milho, conservas (pequi, pimenta, jurubeba), licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geleias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas são comercializados nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos. Segundo Mendes (2005, p. 188), “[...] o mercado para a produção artesanal/caseira tem crescido, assegurando uma demanda regular e, principalmente, uma renda específica para as mulheres.” Que através dessa produção conseguem assegurar seus próprios rendimentos, situação que, de acordo com a autora, é restrita a uma minoria.

O trabalho doméstico ainda é, na maioria das vezes, despercebido e o fato desse trabalho ter pouca ou nenhuma retribuição em dinheiro contribui para a sua desvalorização, tantos aos olhos dos homens como das próprias mulheres, como se o tempo despendido fosse sem importância, uma obrigação para as mulheres. Nesse sentido, concordamos com García (2004) que, ao analisar o processo de divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema no período de 2001 a 2004, salienta

os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual [...] O fato de que este trabalho seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. (GARCÍA, 2004, p. 85-86).

Ao serem questionadas sobre quais as atividades que lhe traziam mais realização, 58,4% das mulheres da Comunidade afirmam ser as tarefas que geram renda, seja ela realizada na propriedade ou fora dela como assalariada. E 41,6% das mulheres afirmaram serem as tarefas domésticas as que trazem uma maior realização.

Dessa forma, encontra mais uma vez a influência da cultura patriarcal que faz com que estas mulheres acreditem que o seu lugar é na esfera do doméstico, por se sentirem menos capazes de realizar as tarefas fora de casa, e também por serem as únicas responsáveis pelo cuidado com o lar e com a família. Esse modo de pensar, determinado pelos valores da sociedade patriarcal, encontra-se fortemente enraizados na mente de muitas mulheres do meio rural. Em algumas famílias, a mulher procura assumir sozinha ou com a ajuda das filhas, as responsabilidades do lar, por medo de perder o domínio no espaço doméstico que a mesma considera como sendo seu. Todavia, não queremos afirmar que é um problema essas mulheres preferirem os serviços domésticos, mas é necessário compreender a influência da cultura patriarcal nas relações de gênero existentes no cotidiano dessas famílias, para que haja um processo de valorização do trabalho doméstico assim como, do trabalho produtivo realizado pelas mulheres.

Quanto à participação dos homens nas tarefas domésticas, constatou-se que 70% destes ajudam nas tarefas domésticas somente quando a mulher está fora ou doente, e dentre os serviços realizados, está o preparo das refeições e a limpeza da residência (apenas varrem). Os demais 30% não realizam e/ou ajudam em qualquer atividade doméstica. Essa situação é vista com naturalidade por muitos homens e mulheres no meio rural, uma vez que, o universo doméstico é naturalizado como feminino. Sendo assim, essas famílias seguem ao padrão de divisão sexual do trabalho que separa as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, que englobam todo o trabalho doméstico. A partir dessa realidade, concordamos com Bourdieu (2007) ao afirmar que

[...] além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores [...] as

mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres [...] (BOURDIEU, 2007, p. 75).

Por mais que não sejam quantificadas as horas de trabalho feminino nas atividades desempenhadas, e mesmo que estas não sejam remuneradas, enfatiza-se que as mulheres agricultoras desempenham papel decisivo na execução das atividades relacionadas à produção e a reprodução familiar. O trabalho das mulheres agricultoras tanto na esfera doméstica como na esfera da produção deve ser valorizado, e não reduzido a uma obrigação ou a uma mera ajuda.

O trabalho e a presença da mulher no meio rural têm um papel importante para a vida das famílias agricultoras, ele garante a sobrevivência e a reprodução da família e, contribui com a renda familiar. Corroborando com esse pensar, Tedesco (1999) expõe que o trabalho feminino é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família, pois é expressivo o esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais para o núcleo familiar, aumentando, assim, sua carga de trabalho.

Diante da relevância do trabalho feminino para a família rural, as pesquisas que se dedicam às questões da mulher, especialmente na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito à sua participação ativa no campo, embora prevaleça a sua subordinação.

Com o passar do tempo as mulheres rurais vêm tentando reverter essa realidade, participando junto com o homem das atividades relacionadas ao plantio, à colheita, à administração, e contribui para o aumento do orçamento familiar. Nesse sentido, recorreremos ao argumento de Foucault (2007, p. 241) no qual afirma que “[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.”

O poder implica uma relação de dominação, entretanto, essa dinâmica não pode ser pensada de forma unilateral, uma vez que a mulher também é sujeito nessa relação, mesmo que seja o sujeito dominado. As relações de poder não são estáticas, o poder não está localizado num lugar específico, pois as relações de força interagem entre si. O poder está no micro, está nas relações cotidianas, está circulando entre as pessoas, e as mulheres podem e devem reverter o papel de submissa ao poder masculino, e assim serem reconhecidas e terem seus direitos respeitados.

Frente a essa situação, nota-se a necessidade de tornar visível o trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo da mulher. Para que isso de fato ocorra, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e de medidas que as incentivem e as esclareçam na utilização dos seus direitos. Assim, elas poderão conquistar uma participação mais respeitada na agricultura familiar e na sociedade em geral bem como, autonomia para atuarem tanto na produção quanto na administração da família, e essa posição da mulher não se restringe apenas no meio rural. Além do pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras, é necessário romper com os obstáculos econômicos e com as barreiras culturais e sociais que inferioriza o trabalho das mulheres. Isso contribuirá para a valorização o papel da mulher na agricultura familiar e para transformar as relações sociais de gênero não só no meio rural, mas na sociedade.

Dentre as medidas para favorecer a visibilidade da mulher agricultora está o seu acesso a terra, uma vez que há uma distribuição desigual da posse da terra em função da grande desigualdade de gênero que existe nas várias esferas sociais, principalmente na família, no mercado e nas instituições de Estado. Essa exclusão da mulher à partilha e ao acesso a propriedade prejudica a sobrevivência das gerações futuras e, contribui para a masculinização e o envelhecimento da população do campo. Questões abordadas na próxima subseção.

4.3 Herança e gênero: partilha desigual, masculinização e envelhecimento no campo

Uma das questões fundamentais para caracterizar o que se define como unidade de produção rural familiar é a relação estabelecida entre o(a) proprietário(a) e sua família com a terra, sendo esta, um lugar de trabalho necessário para produção e reprodução da família e da vida, em sentido biológico, social, religioso e político. O acesso a terra, é parte inerente das estratégias familiares, porém quando se trata do direito da mulher à terra nota-se uma desigualdade que beneficia os homens. Nesse sentido, pretende-se destacar a importância da terra para a família agricultora e entender as regras de transmissão da propriedade entre os(as) agricultores(as) familiares, enfatizando as relações de gênero, a masculinização e o envelhecimento no campo.

A produção rural familiar se define pelo trabalho da família sobre a terra e pelos vínculos afetivos criados a partir desta relação. É no labor com a terra que esses(as) trabalhadores(as) produzem e se reproduzem socialmente e biologicamente, construindo

espaços e territórios na luta por melhores condições de sobrevivência e para continuarem em suas terras.

Os(as) agricultores(as) familiares dão muita importância à propriedade da terra, porque ela é considerada como necessária à própria sobrevivência da unidade familiar de produção e constitui-se como “[...] um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzir-la para as gerações futuras.” (WANDERLEY, 2001, p. 43). Assim, as famílias agricultoras utilizam a terra como lugar de trabalho e de moradia. É um espaço de racionalidades econômicas e, especialmente, de realização de relações de sociabilidade e comunicação. Local onde os(as) agricultores(as) familiares produzem e se reproduzem social e economicamente mediante estratégias e práticas que lhes permitem aproveitar de forma equilibrada e duradoura os recursos disponíveis utilizados na produção.

Bergamasco e Bueno (1998), ao realizarem um trabalho de intervenção do poder local destinado à agricultura familiar em uma região denominada Baixada Serrana, no município de Botucatu (SP), destacam que a terra

[...] é o que assegura a reprodução social da família. Ela é a base na qual o proprietário rural garante um mínimo de renda pela força de seu trabalho e da família. Mesmo em condições adversas, em relação à produção para o mercado, com a propriedade da terra, o sustento da família pode ser garantido via produção para autoconsumo. (BERGAMASCO; BUENO, 1998, p. 134).

Há um forte laço entre os(as) agricultores(as) familiares e a terra, pois é dela que provêm e provirão os bens para satisfazerem suas necessidades e de suas famílias, agora e no decorrer do tempo. E além de conferir a segurança da moradia e obtenção de seu consumo familiar, atribui-lhes também a identidade como grupo social, garantindo o futuro de seus filhos. E é através das relações que se estabelecem entre os membros da família e destes com a terra, que se localizam as principais razões que explicam a permanência e a reprodução das unidades familiares no meio rural. A terra é vista como um local em que as pessoas trabalham, vivem e se reproduzem.

Os(as) agricultores(as) familiares são responsáveis pelas plantações que cultivam, trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, contratam trabalhadores temporários. Dessa maneira, a transmissão do saber para o trabalho faz-se a partir do próprio trabalho na terra e o conhecimento apreendido no decorrer da formação cultural dos descendentes, é visto como essencial para assegurar a própria reprodução da família. Por isso, a terra para esse segmento de produtores(as) encerra um

conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da família (MENDES, 2008).

É também, por esse sentimento de pertencimento a terra que os(as) agricultores(as) familiares sofrem mais agudamente as transformações pelas quais passa a sociedade e, particularmente, o meio rural, principalmente em sua identidade profissional e sociocultural. Corroborando com essa idéia, Gehlen (1998), em seu trabalho sobre a agricultura familiar de subsistência e comercial, ressalta que,

[...] o que faz com que esses agricultores deixem o local em busca de terras distantes não é a falta de interesse em permanecer no local, a falta de apego a terra ou de sentimento de pertencer ao local, mas a falta de uma política fundiária capaz de propiciar o acesso à terra aos filhos de agricultores e de apoiar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e infra-estrutura capaz de proporcionar melhores condições de vida. (GEHLEN, 1998, p. 110).

A terra é importante para os(as) agricultores(as) não apenas como lugar de trabalho, mas também como lugar de vida. A propriedade da terra está diretamente ligada à continuidade da reprodução do patrimônio familiar, o que implica um apego que a família demonstra ter à propriedade e também à segurança que esta lhes oferece.

Os homens e as mulheres do campo atribuem um significado simbólico e valorativo a terra em que nascem, vivem e constituem sua família e, unificam-se em torno da identidade de proprietários. Para os agricultores ser proprietário de um pedaço de terra é mais do que simplesmente possuir e usufruir da terra, é um ideal de autonomia e liberdade frente às imposições externas, “[...] a propriedade da terra é vista como fundamental para a sobrevivência desses produtores, assegurando a recriação de sua identidade rural [...]” (MENDES, 2005, p. 259).

A transmissão do patrimônio familiar, em particular a terra, entre os(as) agricultores(as) familiares faz parte das múltiplas estratégias elaboradas por este segmento, as quais variam de acordo com as condições de cada família. No entanto, essa situação não é vivida sem tensões e conflitos, já que há a necessidade de decidir sobre a continuidade do patrimônio familiar e essa decisão pode favorecer ou não sua integridade.

Carneiro (2001), com o objetivo de entender a lógica das diferentes formas de transmitir a herança e sua relação com a reprodução social de famílias de agricultores(as) familiares em duas regiões, município de Nova Pádua, na região de influência de Caxias do Sul e no estado do Rio Grande do Sul, e na região serrana do estado do Rio de Janeiro, município de Nova Friburgo, salienta que

[...] a transmissão do patrimônio e as demais regras de acesso à terra refletem não somente as condições sociais e econômicas das famílias, mas também a hierarquia interna destas últimas, e consolidam relações desiguais entre os indivíduos no interior do grupo familiar e na sociedade. Particularmente, reforçam posições diferenciadas entre os gêneros. (CARNEIRO, 2001, p. 23).

Em relação ao direito a herança, de acordo com o Código Civil todos os filhos têm direito a herança, no entanto, geralmente as regras culturais não seguem as normas da lei, são determinadas de acordo com os interesses e com o contexto histórico, social e econômico da família. Assim, na maioria das vezes, a divisão da herança leva em consideração mais os interesses de continuidade da unidade familiar, do que os anseios individuais. Carneiro (2006) expõe que a família é

[...] entendida por esses atores como uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade supra jurídica cujas regras internas (do mundo, do privado, da casa) são tidas como particulares não devendo, portanto, se submeter à força de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da justiça oficial. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo [...] (CARNEIRO, 2006, p. 6).

Tedesco (1999), ao abordar a questão de como é feita a partilha da herança entre os colonos de quatro comunidades do Rio Grande do Sul, afirma que as soluções encontradas “[...] são variáveis, contingenciais e pouco normativas, dependendo de inúmeros fatores, inclusive da conjuntura socioeconômica, das condições objetivas (econômicas) e simbólicas possíveis e disponíveis nas unidades familiares [...]” (TESDESCO, 1999, p. 111).

As formas de transmissão são múltiplas e variáveis, mas independente da diversidade das mesmas é o pai que controla a forma de divisão. A cultura patriarcal, que ainda se encontra presente em muitas famílias no meio rural vê no pai a figura central, e os arranjos propostos por ele são entendidos pelos demais como regras que visam sustentar a família de forma simbólica e econômica.

Essa cultura patriarcal que o homem e a mulher do campo carregam, tende a excluir as mulheres da herança da terra ou do papel de sucessoras, porque seu trabalho na agricultura é visto apenas como uma extensão do papel de mãe e de esposa, e não são socialmente reconhecidas como capazes de chefiar um estabelecimento familiar. De acordo com esse modo de pensar, a terra deve ficar com quem efetivamente nela trabalha, ou seja, com os homens, os quais desempenham as atividades relacionadas à produção.

Segundo os autores Tedesco (1999) e Carneiro (2001), geralmente, só tem direito a herança os(as) filhos(as) que realmente trabalharam e trabalha na propriedade, quem saiu da propriedade para estudar e/ou trabalhar no espaço urbano acaba perdendo seu direito a herança, uma vez que estes não têm a terra como fator de produção, o que está em jogo para a família “[...] é a manutenção da integridade do patrimônio como condição para o funcionamento da unidade de produção, e para a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola [...]” (CARNEIRO, 2001, p. 24).

Esse costume de reduzir o número de herdeiros por direito é visto como uma estratégia para evitar a fragmentação das terras, o que as tornariam incapazes de garantir o sustento da família. E nesse processo de redução geralmente a principal excluída é a mulher. Na comunidade Rancharia, dentre as mulheres pesquisada somente três receberam herança em terra, mas uma delas teve que vender para um dos irmãos, pois de acordo com a mesma, a propriedade era pequena e ela não tinha condições de comprar outras partes, lhe restando apenas a alternativa de vendê-la para um dos irmãos.

Realidade que também ocorre em outras regiões do Brasil, como nos diz Carneiro (2001) ao estudar as lógicas da transmissão do patrimônio familiar em duas regiões no estado do Rio Grande do Sul,

[...] é socialmente esperado que as filhas “abram mão” da sua parte da herança através de ato em cartório por ocasião da realização da partilha definitiva, evitando desta maneira qualquer conflito futuro ou ameaça à propriedade dos irmãos. Alternativamente, elas vendem ao irmão sucessor a parte que lhes seria de direito. Esta venda tanto se pode realizar materialmente ou apenas simbolicamente, transformando-se o ato de compra e venda numa transação meramente formal, sem conteúdo monetário real [...] (CARNEIRO, 2001, p. 34).

Ao tratar-se da parte da herança que cabe às mulheres, a partilha é mais complexa, pois a cultura e o modo de viver de muitas famílias do campo acaba por desvalorizar o trabalho destas, o que de fato leva ao seu desmerecimento de parte da propriedade, há também ideia de que a mulher não consegue gerir sozinha uma propriedade. E mesmo que os arranjos realizados pelos(as) agricultores(as) garantam o direito das filhas a receber terras, o acesso a estas e o seu uso para o cultivo dificilmente são concretizados. Elas são, geralmente, ‘obrigadas’ a vender sua parte para um irmão sucessor, tendo assim sua herança reduzida ao enxoval e/ou revertida em manutenção de seus estudos no meio urbano. Em outros casos a parte da propriedade passa para o cônjuge, assim a mulher é apenas uma intermediária na

circulação da terra entre os homens “[...] é o elemento do cálculo, transformando o casamento como que num ritual de acesso do marido à terra [...]” (LAMARCHE, 1998, p 111).

A herança da mulher, assim como a dos homens, não obedece a uma normatização explícita, porém não omite ou exclui a objetividade dos interesses coletivos (o *nós-família*) e as condições materiais e simbólicas presentes. Percebemos que, em determinadas circunstâncias, é sua condição de esposa, não por si mesma, que lhe possibilita receber terra, nem que seja incorporada à do marido ou do irmão (comumente sucessor) [...] (LAMARCHE, 1998, p. 112, grifos do autor).

Há algumas exceções em que a mulher pode conseguir um pedaço de terra, isso acontece em ocasiões que não há descendentes homens, quando a filha fica responsável pelos cuidados dos pais na velhice e na situação em que há muitas terras ou a exploração agrícola não é um meio de produção importante para os herdeiros (PAULILO, 2004).

Na comunidade Rancharia, dentre as mulheres pesquisadas, 80% delas não receberam herança em terra. Essa situação pode ser consequência do tamanho das propriedades, geralmente pequenos (média das propriedades na Rancharia é 30,3 hectares), o que inviabiliza a divisão para todos os filhos, assim a herança da terra fica para o filho homem ou para o sucessor. Além disso, há a ideia de que a mulher não tem a obrigação de construir patrimônio, ou seja, ao casar com um agricultor a mulher não precisará de terra, uma vez que vai morar na propriedade do esposo. Essa situação além de contribuir para a ‘invisibilidade’ do trabalho das mulheres na propriedade ocasiona a dependência das mesmas em relação aos homens.

A tradicional exclusão das mulheres do acesso à terra influenciam estas a abandonarem o campo. E com a saída das jovens do meio rural, o rapazes que permanecem encontram maiores dificuldades em formar família, o que leva aos problemas sociais conhecidos como a masculinização e o envelhecimento do campo, o que de fato prejudica a reprodução da agricultura familiar.

Camarano e Abramovay (1999), ao realizarem um panorama sobre êxodo rural, envelhecimento e masculinização nos últimos 50 anos no Brasil, dizem que os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças. Segundo os autores há três hipóteses que justificam essa realidade:

[...] à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência [...] as dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo

possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica [...] Outro caminho a ser explorado quanto à explicação do êxodo rural feminino e jovem e que não é incompatível com o que acaba de ser mencionado está na *ligação entre processos migratórios e formação educacional* [...] (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999, p. 14, grifos dos autores).

Brumer (2004), em uma pesquisa sobre as causas da migração rural-urbana de mulheres no Rio Grande do Sul, apresenta algumas explicações para a migração maior de moças do que de rapazes. Dentre elas está a falta de oportunidade existente no meio rural para a inserção dessas jovens, a divisão do trabalho que favorece os homens, a ‘invisibilidade’ do trabalho feminino, as tradições culturais que priorizam os homens na realização dos trabalhos agropecuários, na chefia do estabelecimento e na comercialização, a maior oferta de trabalho para as moças fora das propriedades, mesmo que este seja mal remunerado e a exclusão das mulheres na partilha da herança da terra.

A maneira como é distribuído o trabalho, a renda e a herança na propriedade dá mais liberdade aos rapazes e menos às moças, o que leva a migração feminina. As mulheres geralmente vão para as cidades em busca de estudos e de melhores oportunidades de emprego, com vistas à obtenção de uma renda própria, e assim uma maior liberdade e autonomia.

Em relação a essa problemática, na comunidade Rancharia pudemos constatar que em 27,7% das propriedades só havia homens, com a média de 60 a 75 anos de idade, as esposas tinham migrado para a área urbana de Campo Alegre de Goiás e para o município de Catalão (GO), dentre os motivos que levaram as mesmas a mudarem para o meio urbano estão a oportunidade de conseguir melhores empregos, para acompanhar os filhos que foram para a cidade em busca de estudos e a busca por atendimento médico.

As filhas dos(as) agricultores(as) pesquisados, a partir dos 16 anos, migram para o meio urbano em busca de estudos, principalmente o ensino superior, e oportunidades de trabalho remunerado. Já em relação aos filhos homens, nota-se a presença de 71,4% com a idade entre 17 e 30 anos, que ainda residem no meio rural, trabalhando com os pais na propriedade e/ou em outras propriedades como assalariado.

As moças menores de 16 anos (33,4% das que moram na Comunidade), que ainda residem com os pais, ao serem questionadas sobre as perspectivas de continuarem no campo afirmaram que gostam do meio rural, mas futuramente preferem ter um emprego no meio urbano ao ser uma agricultora ou esposa de agricultor. Essa realidade também pode ser observada nas comunidades Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna no

município de Catalão (GO), estudadas por Mendes (2005), na qual constatou-se a migração dos(as) jovens entre 16 e 21 anos, principalmente as mulheres, pela baixa remuneração do trabalho no campo, o interesse de continuar os estudos e pelo lugar que ocupam na unidade produtiva, não vêem a possibilidade de continuar no meio rural. Segundo Mendes esses(as) jovens acreditam que na cidade terão maiores e melhores oportunidades de emprego e melhores rendimentos, comparados ao meio rural.

Stropasolas (2004), em sua pesquisa sobre os valores do casamento na agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, afirma que para os homens, que geralmente herdaram a terra ou têm apoio para levar adiante as atividades produtivas, há alternativas em relação à migração para a cidade. Já para as moças, uma vida como esposa agricultora pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante das aspirações de outro meio cultural e ocupacional.

As mudanças ocorridas nas aspirações dos(as) jovens, proporcionadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte também influenciam a migração, nesse caso, as jovens encontram-se mais influenciadas, em parte, devido ao fato de possuírem níveis de escolaridade mais elevados. As moças investem mais do que os rapazes na educação, por rejeitar uma situação semelhante a da mãe ou por acreditarem na possibilidade de serem “[...] preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural [...]” (BRUMER, 2004, p. 219).

Nessa perspectiva, Abramovay (1998) coloca que essa migração seletiva não pode ser explicada por uma suposta atração que o meio urbano exerce sobre as moças em detrimento dos rapazes, na realidade são

[...] as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção, respectivamente para rapazes e moças, que estão na raiz do viés de gênero dos processos migratórios. Em última análise o que está em jogo é uma questão de poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou tomada de decisão [...] (ABRAMOVAY, 1998, p.74).

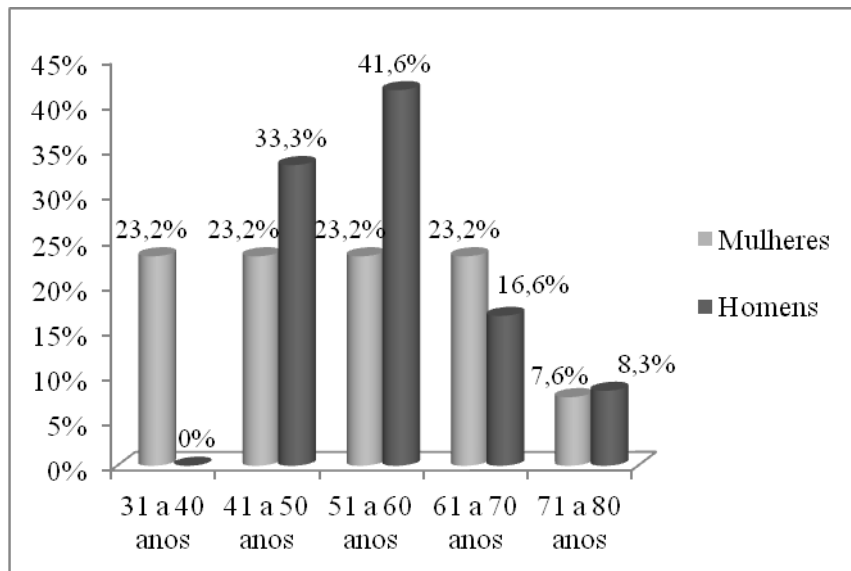
Assim, as relações de gênero no interior da família agricultora, que não valoriza o trabalho da mulher, seja na esfera doméstica ou ligado à produção, contribui para a migração das jovens para o meio urbano e, conseqüentemente, ameaça a reprodução da agricultura familiar.

Outra situação percebida na comunidade Rancharia, através da idade dos agricultores e das agricultoras, é o envelhecimento da população. Fato que também é

consequência da migração dos jovens para o meio urbano, os quais acreditam encontrar na cidade melhores condições de estudo e de trabalho. Além disso, as políticas públicas como a aposentadoria rural aumentam a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no meio rural. Pode-se constatar que a faixa etária dos agricultores da comunidade Rancharia encontra-se entre 42 e 75 anos de idade, sendo que a maioria (41,6%) encontra-se entre os 51 a 60 anos. E a faixa etária das agricultoras está entre os 31 e 80 anos de idade (Gráfico 4).

Essa realidade também pode ser observada nas comunidades Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna no município de Catalão (GO), estudadas por Mendes (2005), nas quais a média da idade do produtor rural é de 51 anos. A autora observou que há a presença de poucos jovens trabalhando nas unidades produtivas, uma vez que, um percentual de aproximadamente 37% dos filhos dos(as) produtores(as) migrou para a cidade em busca de novas oportunidades de rendimentos e para continuar seus estudos.

Gráfico 4 - Idade dos agricultores e das agricultoras. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2012



Fonte: Trabalhos de campo (jun. 2012). Org.: Mesquita, L. A. P. de.

Martins Silva (2011), ao analisar a relação entre agricultura familiar e território nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO) no período de 2007 a 2011, expõe que também há o envelhecimento da população nessas Comunidades. Sendo que na Cruzeiro dos Martírios a média da idade do homem é de 50 anos e na Paulista a média da idade de homens e mulheres é 55 anos. Segundo essa autora, a falta de acesso a terra, a falta de conhecimento técnico e o acesso de políticas públicas para o segmento, a insuficiência dos serviços de saúde, educação e a falta de lazer são fatores decisivos para a

migração dos jovens, que veem no meio urbano melhores oportunidades de estudos e de se inserirem no mercado de trabalho.

As pesquisas de autores como Abramovay (1998) sobre a juventude rural e a relação de gênero em um município da região Oeste de Santa Catarina; Camarano e Abramovay (1999) no panorama sobre o êxodo rural, envelhecimento e masculinização nos últimos 50 anos no Brasil; Anjos e Caldas (2005) sobre a importância da agricultura familiar e as transformações que atravessam o meio rural da Região Sul do Brasil, produzidas pelo modelo de modernização conservadora da agricultura, com ênfase na masculinização e no envelhecimento populacional; Schneider (1994) em que destaca alguns indicadores sobre êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola no Rio Grande do Sul entre outros, também constataram o envelhecimento e a masculinização da população rural. Através desses estudos percebe-se que essa situação faz parte da realidade do universo rural de diversas regiões do Brasil.

Todavia essa situação não pode ser vista como uma decorrência natural do processo de desenvolvimento, uma vez que, a masculinização e o envelhecimento do campo põem em risco a própria reprodução da agricultura familiar. Além disso, “[...] o envelhecimento da população rural deve ampliar a quantidade de unidades produtivas abandonadas ou que servem simplesmente como moradia [...] Essa situação representa um desperdício em relação às possibilidades produtivas da agricultura familiar, que ocorre não por falta de mercado ou de utilidade social das atividades desenvolvidas, mas pela ausência de iniciativas que sejam viáveis ao aproveitamento.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 91).

Camarano e Abramovay (1999) concluem que para resolver as questões relacionadas à qualidade de vida no meio rural é necessário a formulação de um programa de pesquisa que enfrente quatro temas básicos: a) qual a estrutura social dos processos migratórios, são as unidades familiares de produção que ainda estão fornecendo os grandes contingentes da migração rural brasileira? b) Quais as razões que fazem do meio rural um lugar menos propício para as moças do que para os rapazes? c) O que se entende realmente por meio rural? d) O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem despertar nos jovens o interesse de realizar seus projetos de vida no meio rural? Ou seja, “[...] mais que estudos sobre migrações, trata-se de aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento embutido, hoje, no meio rural [...]” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 20).

Diante dessa problemática, nota-se a necessidade de projetos e políticas públicas com vistas a incentivar às atividades que valorizem trabalho feminino e o masculino, a

melhoria nos serviços de saúde e educação a criação de opções de lazer, o acesso a terra e ao conhecimento técnico entre outros. É importante também incorporar a análise de gênero nessas ações, e assim, considerar as relações entre homens e mulheres como um elemento-chave na sobrevivência da produção familiar. Essas podem ser alternativas viáveis para contribuir com a permanência dos jovens, principalmente das mulheres no meio rural o que de fato fortalecerá a agricultura familiar, além de diminuir a desigualdade na relação de poder existente no interior da família agricultora, a qual é responsável pela exploração do trabalho da mulher através da dupla jornada de trabalho e pelas violências sofridas, questão que serão trabalhados na próxima seção.

5 A CONDIÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: trajetórias e vivências na comunidade Rancharia

MULHER DA VIDA

Mulher da Vida, Minha Irmã.

De todos os tempos.

De todos os povos.

De todas as latitudes.

Ela vem do fundo imemorial das idades e

carrega a carga pesada

dos mais torpes sinônimos,

apelidos e apodos:

Mulher da zona,

Mulher da rua,

Mulher perdida,

Mulher à-toa.

Mulher da Vida, Minha Irmã.

Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.

Desprotegidas e exploradas.

Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.

Necessárias fisiologicamente.

Indestrutíveis.

Sobreviventes.

Possuídas e infamadas sempre por
aqueles que um dia as lançaram na vida.

Marcadas. Contaminadas.

Escorchadas. Discriminadas.

Nenhum direito lhes assiste.

Nenhum estatuto ou norma as protege.

Sobrevivem como erva cativa

dos caminhos,

pisadas, maltratadas e renascidas.

[...]

No fim dos tempos.

No dia da Grande Justiça

do Grande Juiz.

Serás remida e lavada

de toda condenação.

[...]

Mulher da Vida, Minha Irmã.

(CORALINA, 2004, p. 261-265)

5 A CONDIÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL: trajetórias e vivências na comunidade Rancharia

O modo de ser da mulher se constitui de acordo com a cultura e a educação em que se encontra inserida, através das vivências e das relações construídas no interior da família. Assim, a mulher que vive de acordo uma cultura patriarcal, que prega a superioridade masculina sobre a feminina, terá o seu comportamento moldado com base nessa forma de vivencia, a qual influenciará na sua trajetória de vida. Atualmente, através das lutas das mulheres há mudanças em relação a praticas da cultura patriarcal. No entanto, com a pesquisa realizada¹⁸ na comunidade Rancharia observa-se que essa cultura influenciou e continua a influenciar a vida das famílias e na condição da mulher.

Diante disso, o objetivo dessa seção é analisar as principais características do patriarcado brasileiro, como a relação de poder e o discurso incorporado pela sociedade patriarcal influenciam o ‘modo de ser mulher’ no campo e na organização da família agricultora. Além disso, abordamos quais são os espaços de sociabilidade construídos pelas mulheres e pelos homens da comunidade Rancharia, quais têm sido as principais dificuldades encontradas pelas mulheres para viver no campo e quais são as suas maiores preocupações.

Para alcançar esse objetivo foram realizadas leituras sobre: patriarcado, violência contra a mulher, relações de gênero, lazer no meio rural, divisão sexual do trabalho, relação entre o público e o privado dentre outros. Foram adquiridas informações empíricas através da história oral sobre a trajetória e as vivências das mulheres da Rancharia, com vistas a compreender o modo em que vivem e o modo de ser dessas agricultoras. A mulher no campo ainda vive sobre uma cultura patriarcal, a qual que leva as mesmas a acreditar que as relações desiguais de poder, a divisão do trabalho e dos espaços são naturais e fixas, modo de pensar que traz como consequência a exploração da mulher, o não reconhecimento do seu trabalho e a privação dos momentos de lazer.

¹⁸As informações foram adquiridas através de 4 (quatro) entrevista de história de vida com mulheres e de 13 (treze) entrevistas temáticas com os agricultores e as agricultoras da comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás.

5.1 A mulher na sociedade patriarcal

Ao analisar as relações de gênero na sociedade brasileira observa-se que apesar das diversas conquistas das mulheres e das mudanças relacionadas ao seu papel na sociedade e na família, muitas barreiras relacionadas à submissão das mulheres aos homens não foram totalmente modificadas, a cultura patriarcal continua a influenciar a vida de muitas famílias. Nesse sentido, para compreendermos a influência do patriarcado na sociedade de hoje é importante conhecer como ela desenvolveu-se no Brasil. Assim buscou-se analisar as principais características do patriarcado brasileiro como: a autoridade do homem sobre a família, o papel da mulher, os direitos e deveres de cada sexo e o declínio do patriarcado.

Para Castells (2008) o patriarcado é uma das estruturas sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas e este caracteriza-se pela autoridade do homem imposta à mulher e aos filhos no âmbito familiar. Segundo esse autor, o patriarcalismo permeia toda organização da sociedade, da produção e do consumo. Sendo que “[...] os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo [...]” (CASTELLS, 2008, p. 169).

Narvaz e Koller (2006a) destacam que o patriarcado tem suas relações regidas por dois princípios básicos: mulheres hierarquicamente subordinadas aos homens e, jovens hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. E essa supremacia masculina atribui valores diferenciados às atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres, e conseqüentemente, legitima o controle da sexualidade, do corpo e da autonomia feminina, além de estabelecer papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens em relação ao feminino.

A família no patriarcado se fundamenta na dominação e exploração do homem sobre a mulher, no qual, o pai possui todos os direitos, sua autoridade é inquestionável, e como chefe de família exerce poder sobre todos que estão sob sua dependência ou influência. E à mulher cabe um papel secundário, submisso, vive sob a dominação masculina, seja na esfera de domínio do pai, do marido ou do proprietário.

A cultura patriarcal foi introduzida no Brasil por meio dos ocidentais, em razão da colonização do país ter sido realizada pelos portugueses. Estes tinham o patriarcado como forma de organização familiar. Assim, os homens brasileiros passaram a possuir os mesmos conceitos em relação à mulher que os moradores do velho continente.

Pinheiro (2008) afirma que as condições em que se encontrava o Brasil no início da colonização, com a descentralização administrativa local, a excessiva concentração fundiária e a dispersão populacional, favoreceram o estabelecimento de uma sociedade colonial baseada no latifúndio, no escravismo e na monocultura a qual se caracterizava por famílias extensas ligadas à figura do pai enquanto modelo de autoridade.

O pai tinha o papel de provedor, dominador e a responsabilidade em agregar toda família. Além disso, no Brasil colonial, a função do pai também se estendeu ao poder político uma vez que não havia um Estado regulador e responsável pela sociedade. Dessa forma, o pai, além de manter os membros aos seus mandos e cuidados, exercia a função de polícia, juiz, legislador e gerenciador.

Nesse modelo de sociedade, o homem é tido como o chefe da casa, responsável pelo trabalho remunerado e exerce autoridade sobre a mulher e os filhos. A mulher entra nesse contexto apenas como responsável pelas funções domésticas, dedicando-se aos filhos e ao marido. Por meio do regime patriarcal, o homem transformou a mulher em um ser diferente de si, esta é considerada como o sexo frágil e o homem como sexo forte, distinção que passou a existir em praticamente todas as esferas da sociedade.

[...] o Brasil, como colônia portuguesa, foi moldado durante séculos nesse modelo, continuando com todas as formas de submissão e inferioridade da mulher perante o homem. As mulheres, de praticamente todas as classes sociais, sofriam restrições de seus maridos, sem que as instituições de maior influência, como a Igreja, pudessem intervir, devido ao *status quo* reinante. (MERGÁR, 2006, p. 90, grifos do autor).

Assim, as mulheres além de serem submetidas ao poder masculino eram inferiorizadas através das características ditas femininas, impostas a elas pela cultura patriarcal. Follador (2009), com vistas a problematizar a visão masculina em relação às mulheres, salienta que desde o período colonial era exigido às mulheres recato e docilidade, o que levou a formação de um estereótipo que relegava às mulheres o âmbito do lar no qual sua tarefa era cuidar da casa, dos filhos e do marido e deveria ser totalmente submissa a este. Os poderes de governar e de administrar eram destinados aos homens, enquanto às mulheres era destinada a obrigatoriedade da reclusão ao lar “[...] onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres [...]” (FOLLADOR, 2009, p. 8).

Havia uma vigilância em torno da mulher para resguardar a virgindade, a fidelidade e a honra. Era de responsabilidade da mulher a manutenção da reputação dos homens da família a qual pertencia. Assim, no período colonial as mulheres eram desprovidas

de qualquer liberdade tanto para se expressar como para gozar de algum lazer. Já o homem tinha a possibilidade de desfrutar do convívio social, da esfera pública.

[...] O controle exercido pelos homens sobre elas atingia todos os campos de suas vidas, como o controle dentro de casa desde a infância, o controle ideológico mantido pelos ideais de recato, respeito, humildade e pela falta de instrução; por fim, a escolha de um marido que certamente manteria o mesmo controle sobre ela. (FOLLADOR, 2009, p. 9).

Em relação à educação, as mulheres eram educadas de acordo com o que a sociedade esperava delas, assim dava-se destaque as habilidades domésticas em detrimento da escrita e aritmética. De acordo com Follador (2009, p. 13) a primeira lei referente à educação das mulheres foi em 1827 e mencionava que “[...] as meninas podiam frequentar a escola somente até o nível elementar, sendo-lhes vedado o ingresso nas instituições de ensino superior.” Somente a partir da segunda metade do século XIX é que as mulheres tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e secundário. Vale ressaltar, que esta instrução era disponível apenas para as mulheres pertencentes as famílias que tinham maior poder econômico, as mulheres pobres ainda não tinham acesso à educação. Sendo que, “[...] o magistério era visto pela sociedade como uma profissão honrada, destinado apenas às ‘mulheres dignas’.” (FOLLADOR, 2009, p. 13, grifos do autor).

No entanto, apesar desse tipo de sistema ser predominante na sociedade brasileira, havia mulheres que desempenhavam importantes atividades fora do ambiente doméstico, da mesma forma, havia mulheres que rejeitavam ser submissas aos homens e rebelavam-se contra os padrões da sociedade patriarcal. E foi a partir do inconformismo dessas mulheres que iniciaram as lutas contra a dominação masculina na sociedade patriarcal.

Em meados do século XIX, as mulheres começaram a lutar para ampliar seus direitos, no campo do trabalho, da educação e da política, setores antes destinados exclusivamente aos homens. O século XIX trouxe mudanças para as mulheres tanto na Europa quanto na América, no entanto o patriarcalismo ainda permanecia forte em decorrência das características da sociedade que se mantiveram. Além disso, as mudanças não se estenderam a todas as mulheres, sendo que para as de menor poder aquisitivo pouca coisa mudou.

No início do século XX as mulheres brasileiras reclamaram publicamente o inconformismo sentido pelas restrições impostas pela sociedade patriarcal e começaram a exigir seus direitos de cidadãs e maiores participações na vida pública. “[...] Desejavam uma maior participação na economia, na política e principalmente almejavam serem reconhecidas

como cidadãs, sendo livres e tendo os mesmos direitos que aqueles que séculos antes se declaravam donos e senhores de suas vidas.” (FOLLADOR, 2009, p. 14).

Os direitos das mulheres foram lentamente conquistados, principalmente no que se refere ao direito do trabalho. As mulheres no início do século XX não haviam conquistados os direitos civis que eram garantidos aos homens, o Código Civil Brasileiro era até então de cunho paternalista. Em 1934 uma nova constituição assegurou o voto da mulher e em 1962 o Código Civil Brasileiro permitiu que mulheres casadas pudessem trabalhar sem a autorização dos seus esposos. E no Novo Código Civil Brasileiro, de 2002 a família não seria mais regida pelo poder do pai, mas pelo *pater familiae*, que pressupõe a igualdade de poder entre o casal (NARVAZ, 2005).

Com as mudanças sociais e culturais em curso a autoridade familiar, sobretudo a do pai, vem sendo questionada. E a sociedade passa a conviver com novos valores que defendem os direitos das mulheres, a liberdade de expressão e a agregação de gêneros e gerações, fatores que contribuem para romper com a cultura patriarcal.

Castells (2008), ao discutir sobre o fim do patriarcalismo, coloca que há um enfraquecimento do modelo de família baseado na autoridade/domínio do homem, base fundamental do patriarcado. Para esse autor, os movimentos sociais, principalmente do feminismo, impulsionou o questionamento da heterossexualidade como norma, o que de fato influenciou a crise da família patriarcal.

De acordo com Castells (2008) na década de 1990, encontram-se indicadores da crise da família patriarcal em quase todas as sociedades, principalmente nos países mais desenvolvidos. O autor cita algumas tendências que levaram a essa crise, o primeiro indicador citado é a dissolução dos lares, através do divórcio ou da separação do casal, que ocasiona a formação de lares de solteiros ou com apenas um dos pais e, conseqüentemente, diminui a autoridade patriarcal sobre a família. Em segundo lugar estão as frequentes crises matrimoniais associadas ao adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento, fatos que enfraquecem a autoridade patriarcal, tanto institucional quanto psicológica.

Em terceiro lugar Castells (2008) cita a variedade de estruturas domésticas que dilui o predomínio do modelo de família nuclear clássica e compromete a reprodução social das mesmas. Em quarto lugar está a crise dos padrões sociais de reposição populacional. De um lado, aumenta o número de crianças que nascem fora do casamento, que são geralmente sustentadas pelas mães, e por outro lado, mulheres que preferem seguir a carreira profissional e as com dificuldades financeiras limitam o número de filhos e/ou adiam o nascimento do

primeiro. Estas são tendências que colocam em dúvida e rejeitam a estrutura e os valores da família patriarcal.

Salienta-se, também, os processos de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher que possibilitou a incorporação destas na força de trabalho remunerado. Esse processo gera consequências importantes na família, uma vez que, como a contribuição financeira da mulher é importante para o orçamento familiar, conseqüentemente, o seu poder cresce no ambiente doméstico, afetando a legitimidade da dominação do homem em sua condição de provedor da família. Dessa forma “[...] a ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação com base na ideia de que o provedor da família deve gozar de privilégios, ficou terminantemente abalada.” (CASTELLS, 2008, p. 210).

Todavia esse processo levou a mulher a ter que sustentar até quádruplas jornadas de trabalho, pois estas além de realizarem o trabalho remunerado, são as responsáveis pela organização do lar, pela criação dos filhos além da jornada em benefício ao marido, uma vez que permanece a ideia de que a responsabilidade com os afazeres domésticos e os cuidados com os(as) filhos(as) é prioritariamente das mulheres. A divisão sexual do trabalho decorrente da ideologia patriarcal, que afirma a hierarquia social entre os gêneros, leva à precarização do trabalho da mulher.

Nesse sentido, os direitos conquistados e as diversas mudanças na organização social, não foram suficientes para garantir a igualdade de direitos e o exercício da cidadania a todas às mulheres. Verifica-se que a cultura patriarcal ainda permanece no imaginário social através de estereótipos sexistas que preservam o modelo do homem como autoridade e provedor. A família contemporânea conserva valores patriarcais os quais são institucionalizados e reproduzidos de geração em geração. Na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás pode-se perceber que esses valores patriarcais influenciam no comportamento das famílias agricultoras, questões que serão trabalhadas posteriormente.

Dessa forma, apesar de todas as mudanças do século XX, isso não significou o desaparecimento do patriarcado. Saffioti (2004b) em seu trabalho sobre violência no qual destaca os conceitos de gênero e de patriarcado, diz que “[...] como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação [...]” (SAFFIOTI, 2004b, p. 45-46, grifos da autora). Essa autora defende o uso do conceito patriarcal e utiliza o mesmo como elemento central para esclarecer o debate e abrir novas perspectivas de entendimento da questão da violência.

O patriarcado é um tema controverso, alguns(mas) autores(as) como Lobo (1992) e Rowbotham (1984) criticam seu uso em função do caráter a-histórico, fixo e determinante presente em seu conceito. Já autores(as) como Scott (1995), Grossi (2001) e Werba (2004) afirmam que não se pode utilizar o patriarcado para explicar todas as formas de desigualdades e de opressão do gênero feminino.

Machado (2000), ao abordar sobre a utilização do conceito de gênero e patriarcado valoriza o conceito de gênero uma vez que este remete a visão de que as relações entre homens e mulheres não são relações fixas, mas construídas e transformáveis. Todavia ela também salienta a importância do conceito de patriarcado para compreender as formas históricas que determinaram a dominação masculina. Na concepção de Machado (2000), o conceito de gênero não implica deixar de lado o conceito de patriarcado, pois tratam de conceitos que se situam em dimensões distintas, assim, eles não se opõem e nem se excluem.

Já Saffioti (2004a, 2004b) destaca a importância do patriarcado nos estudos sobre as mulheres. Uma vez que o conceito de patriarcado permanece como uma categoria analítica importante porque tem a capacidade de ressaltar, com maior ênfase, a desigualdade no âmbito das relações hierarquizadas. Sendo assim, torna-se um conceito válido para discutir a desigualdade entre os gêneros. Para essa autora, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, as quais são desiguais e hierárquicas. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

Todavia, não cabe aqui fazer um estudo sobre o conceito patriarcado, porque o mesmo foi usado com o objetivo de compreender as relações desiguais entre homens e mulheres e como a relação de dominação-exploração presente no patriarcado influencia na organização das famílias e no comportamento de homens e mulheres na atualidade. Nesse sentido, para compreender essas questões, na próxima subseção, será abordado como a cultura patriarcal tem influenciado no modo de ser dos agricultores e das agricultoras da comunidade Rancharia, as quais as consequências das relações de gênero provenientes dessa cultura na vida das mulheres.

5 2 A influência da cultura patriarcal na comunidade Rancharia

A cultura patriarcal presente na família brasileira influenciou e influencia na formação de homens e mulheres além de produzir relações desiguais de poder entre os diferentes sexos, as quais podem levar a desvalorização, à violência e ao desrespeito dos

direitos das mulheres. Na comunidade Rancharia, através da história de vida das mulheres nota-se que a cultura patriarcal esteve/está presente no decorrer de suas vidas, na formação das identidades de gênero, sendo que para algumas isso se deu de forma mais intensa do que para outras. Esse viver baseado no patriarcado ditou as normas, os comportamentos, o modo de viver de agricultores e agricultoras na Comunidade. Nesse sentido buscou-se fazer um resgate da história das mulheres Rancharinheiras com vistas a compreender a influência da cultura patriarcal no modo de ser dessas mulheres e na organização de suas famílias.

As informações foram obtidas através de entrevistas de história de vida, as quais foram realizadas com duas mulheres mais jovens: Silva, C. F. da. (35 anos) e Oliveira, I. C. de. (32 anos). E com duas mulheres mais idosas: Silva, U. P. da. (72 anos) e Silva T. P. da. (67 anos). Através dessa diferença de idade notamos as mudanças no interior da família, como a cultura patriarcal vem sendo rompida com a passar do tempo.

Por meio das entrevistas foram salientadas diferentes formas de vivências influenciadas pela cultura patriarcal, que apesar de estar se rompendo com o decorrer dos anos ainda é responsável por relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Essas relações geraram violência física¹⁹ e psicológica²⁰ a essas mulheres, que continuam guardadas na memória, influenciando em seu modo de ser e de estar na sociedade.

Desde a infância as mulheres presenciam relações de poder que geram violências e injustiças, primeiramente com a mãe, logo com elas próprias e depois com as filhas. Todavia, pelo fato da mulher também estar inserida na cultura patriarcal, essa relação desigual de poder é vista como natural, assim, as violências e as injustiças sofridas são deixadas de lado, como se fossem um acontecimento normal do cotidiano.

Essas questões podem ser percebidas com mais intensidade nas entrevistas com Silva, U. P. da. e Silva T. P. da. que, por serem mais idosas, tiveram o patriarcado mais presente na vida de suas famílias. A primeira questão que chamou nossa atenção foi em relação à infância das entrevistadas. Para as mais idosas, as brincadeiras podiam ser realizadas somente entre os(as) irmãos(as), às meninas não eram permitido brincar com os meninos de fora, ou seja, com os que não eram da família. Já os homens podiam, embora as brincadeiras

¹⁹ A violência física ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação a outra, causa ou tenta causar por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma lesões externas, internas ou ambas (Brasil, 2001).

²⁰ A violência psicológica é entendida como toda ação que causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. O que inclui insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, manipulação afetiva, exploração, privação arbitrária da liberdade (Brasil, 2001).

ditas “femininas” não realizadas pelos homens, pois como afirma Silva, U. P. (informação verbal, 2012).

Com os irmãos brincava [...] agora com outras crianças não, minha mãe não aceitava, né e a gente também, pela criação, não gostava [...] eles podiam, com menino homem podia... agora as minina não, a coisa era muito rigorosa, né. (SILVA T. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Já com Silva, C. F. da. e Oliveira, I. C. de. essa situação foi diferente, de acordo com as mesmas os(as) irmãos(as), os(as) primos(as) brincavam todos juntos, não tinham nenhuma restrição dos pais em relação às brincadeiras. Nesse caso já podemos notar mudanças na cultura patriarcal que imprime desde cedo na menina a auto restrição e que cobra delas convencionalismos e moralismos que aos homens não são cobrados. Para as meninas todas as brincadeiras reforçam o seu papel de mãe, dona de casa, já os meninos tem a liberdade de brincar em espaços abertos, com outras crianças, situação que faz com que a criança desde cedo perceba que há uma relação desigual de poder e uma separação dos espaços pertencentes aos diferentes sexos.

Nois brincava tudo junto, nossas brincadeiras tanto fazia como pra menino quanto pra menina era tudo uma coisa só, né. Nois brincava muitas as veis era de pique esconde era de pega-pega [...] essas brincadeiras assim, pular corda, nossas brincadeiras era essas. (OLIVEIRA, I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

No entanto, apesar de não ser mencionado pelas entrevistadas, acredita-se que as “brincadeiras de meninas” como de casinha ou de boneca, não eram realizadas pelos meninos, uma vez que ainda é presente na sociedade a ideia de que os homens devem evitar qualquer aproximação a tudo que possa ser considerado feminino, “os corpos dos garotos devem proclamar sua rejeição a qualquer possível traço de homossexualidade. Seus corpos não podem sugerir nada de feminino.” (LOURO, 2000, p. 11).

Para ambas as entrevistadas o período da infância foi pequeno, pois logo começaram a realizar os serviços domésticos e até mesmo tarefas ligadas a produção, como cuidar dos pequenos animais, do quintal e da horta. Uma das entrevistadas começou a ajudar os pais com 7 anos, duas com 8 anos e a outra com 9 anos de idade.

[...] com 8 ano a gente buscava bezerro, tratava de porco, torava café, né [...] (SILVA, T. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Com nove anos eu já mexia com isso, arrumava as coisas [...] (OLIVEIRA, I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Atualmente ainda permanece a ideia de que as filhas têm que ajudar a mãe com os serviços domésticos em casa, mas a educação destas é mais valorizada, ou seja, as meninas não podem deixar de frequentar a escola para trabalhar. Para os meninos também é preservado o auxílio nas tarefas ligadas à produção e o afastamento da esfera do privado, a divisão sexual do trabalho permanece no interior da família, relegando às mulheres as tarefas de menos valor econômico.

A sociedade cria preconceitos que inferiorizam a mulher, cristalizando papéis para os diferentes sexos. A mulher é discriminada na sociedade e é na família que esse exercício ideológico melhor se afirma. Assim, desde a infância a menina percebe a superioridade social do homem. Bourdieu (2007, p. 103) atribui à família o papel mais relevante na reprodução da dominação masculina, “[...] é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem [...]”

Além disso, a mídia, os livros entre outros meios de comunicação mostram determinados modos de ser menino ou menina e quais os lugares em que cada um deve ocupar, como se fosse uma divisão natural, incontestável. O que é definido como natural, intrínseco a natureza de cada sexo é um produto da educação e da formação de meninos e meninas, tanto na esfera doméstica como também em outras instâncias como na escola, na igreja e no cotidiano. As relações que se manifestam na família e na sociedade em geral fazem com que o sujeito constitua-se de acordo com as relações de poder presente nesses locais, as quais vão definindo aos pouco o modo de ser do homem e da mulher.

Nessa perspectiva, nota-se que a educação e a formação que as mulheres da Rancharia tiveram, seguiram essa lógica, pois no interior da família havia determinações do que eram permitidas para meninos e para meninas. De acordo com Silva, U. P. da. e Silva T. P. da. (informação verbal, 2012), a mãe não permitia que os irmãos realizassem serviços domésticos, isso era uma tarefa feminina, já as mulheres podiam “ajudar” nas tarefas ditas masculinas, mas a família as considerava apenas como uma ajuda a qual não tinham valor e nem eram reconhecidas como trabalho, sendo apenas uma obrigação.

Lugar de mulher é na cozinha, homem é homem, mulher é mulher [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre

de Goiás, dez. 2012).

Não, dentro de casa homem não travaiva, de jeito nenhum, nem se fosse pra barrer um pedaço desse aqui não podia, ele é homem [...] eles faziam mesmo, geralmente, serviço de homem mesmo... A gente ajudava assim a buscar gado, essas coisas nois ajudava [...] (SILVA, T. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

De acordo com as mesmas (SILVA, U. P. da.; SILVA T. P. da., informação verbal, 2012) a educação que receberam na infância foi muito rígida e os(as) filhos(as) deviam obedecer a todas as ordens dos pais, nesse caso as mulheres eram sempre as mais prejudicadas uma vez que, sobre elas havia uma maior cobrança, estas tinham que ser submissas, receber as ordens sem questionar e permanecer na esfera privada. No espaço público só podiam sair acompanhadas, segundo ambas as entrevistas só podiam ir às festas que tinham na região, para elas a única forma de lazer, acompanhadas com os pais, com os irmãos mais velhos ou com alguém de confiança do pai. Havia ainda regras de comportamento, não podiam sair de perto dos acompanhantes e nem conversar com pessoas estranhas, e se essas ordens fossem desrespeitadas no outro dia ficavam proibidas de sair.

[...] não podia nem olhar que elas já chamavam atenção, era bravo. (SILVA, C. F. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Não, não deixava não, eles não deixavam eu sair de perto, né, deles, tinha que ficar junto [...] (OLIVEIRA I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Já com os homens a cobrança era menor, eles podiam sair desacompanhados, tinham liberdade para se divertir e conversar com as pessoas. Nesse sentido, nota-se que a presença das relações desiguais de gênero é resultado de uma sociedade patriarcal que atribui ao homem o papel de um ser corajoso, viril que se realiza no espaço público, ao contrário da mulher, que deve ser reclusa ao espaço doméstico. Nessa perspectiva, Nader (2002) ao analisar os aspectos do papel social masculino salienta que

[...] os comportamentos diferenciados entre os sexos masculinos e femininos representam o resultado de convenções estipuladas pela sociedade e pela cultura em que ambos estão inseridos. É na família que o homem e a mulher apreendem os padrões culturais, tomam conhecimento de normas éticas, têm seu caráter moldado e se instruem sobre regras sociais. É dentro dessa instituição que o indivíduo vai crescer e fazer amadurecer as características consideradas adequadas ao seu sexo. (NADER, 2002, p. 470-471).

Segundo Nader (2002) as diferenças biológicas têm grandes influências no desenvolvimento das características psicológicas e, desde muito cedo, homens e mulheres entendem que pertencem a um e não a outro sexo e que o masculino possui mais privilégio do que o feminino. Assim, a vida de meninas e meninos é moldada de acordo com o que sua própria cultura espera de cada sexo. Nesse sentido, observa-se que o comportamento das mulheres da comunidade Rancharia foi moldado por normas patriarcais, sendo que na vivências das mulheres mais idosas estas normas estavam mais presente.

Ao serem questionadas sobre a questão do casamento ambas responderam que casaram por vontade própria e os esposos foram escolhidos por elas mesmas. As entrevistadas casaram-se jovens, entre 15 e 18 anos de idade. Segundo Silva, C. F. da. (informação verbal, 2012), sua mãe apoiava seu casamento, ao contrário do pai, que achava que ela era muito jovem para casar e não gostava da família do seu pretendente, mas ela casou mesmo sem a sua permissão. Nesse caso notamos uma ruptura da dominação masculina, uma vez que a autoridade do pai foi desobedecida em favor da vontade da filha.

No depoimento de Silva, T. P. da. (informação verbal, 2012), nota-se uma maior presença da cultura patriarcal, uma vez que, com a morte do pai (aos 12 anos de idade) a mãe começou a influenciá-la a casar. Além disso, tinha problemas com os irmãos e precisava sair de casa, logo carecia de um homem para sustentá-la e protegê-la. Valores inseridos pela cultura patriarcal que acredita que as mulheres são sensíveis e frágeis e sempre necessitam de um homem como provedor.

Até 15 anos eu num namorava, não gostava de namorar, ai depois dos 15 anos minha mãe começou a falar assim: oh minha fia ocê não tem pai precisa casá, né. Ela falava assim, moça veia [...] moça não pode ficar veia, tem que casa logo. (SILVA, T. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

De acordo com o relato das duas mulheres mais jovens (OLIVEIRA I. C. de. e SILVA, C. F. da.) após o casamento tiveram mais liberdade e autonomia. Ambas acreditam que seu papel na casa e também fora dela é valorizado pelo esposo. Todavia nota-se a exploração da mulher através da dupla jornada de trabalho, principalmente no depoimento de Oliveira I. C. de. (informação verbal, 2012) que cuida da produção, juntamente com o esposo e é responsável sozinha pelos afazeres domésticos.

O que eu dó conta de fazer ele valoriza [...] (OLIVEIRA I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Para Silva, T. P. da. e Silva, U. P. da. (informação verbal, 2012) a situação foi diferenciada, ambas relataram sofrer violência física e psicológica dos seus esposos. Os(as) filhos(as), principalmente as filhas, também eram violentados(as). Elas viveram com homens machistas e violentos que acreditavam que a mulher não tinha nenhum direito.

Ele investiu né mim muitas veis [...] ele era muito preguiçoso, mulherengo, queria tudo pronto e eu com menino na escolas, com peão, gado pra zela, tudo suzinha, porco, eu tinha que dá conta daquilo tudo suzinha [...] só ele que mandava, mué não sabia de nada [...] Mais ele era mal com os mininos [...] ele queria ser machista demais [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Segundo Silva, U. P. da. (informação verbal, 2012) o esposo bebia muito e permanecia praticamente todo o dia fora de casa, os afazeres, tanto ligados à produção quanto a reprodução da família, ficavam sobre a responsabilidade dela e dos(as) filhos(as). A entrevistada afirma que trabalhava muito e ainda tinha que suportar a violência física e psicológica do esposo quando chegava em casa.

Me tratava como um cachorro, em tudo [...] ele era agressivo com bebida sem bebida, todo jeito era terrível [...] 51 anos de casada, né, 51 anos escravizada, que eu me sinto que eu fui escravizada [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

A filha da entrevistada Silva, U. P. da. salienta que desde os 15 anos de idade já trabalhava na propriedade (tirava leite, cuidava do gado). Ela juntamente com os(as) irmãos(as) e a mãe cuidavam da produção enquanto o pai saía para se divertir ou para ficar descansando em casa, e se algo saísse errado o pai os(as) agrediam. Além disso, apesar dos(as) filhos(as) contribuírem com os rendimentos da propriedade Silva, I. C. da. (informação verbal, 2012) recorda, revoltada, que não recebiam nada em troca.

Você podia por um caminhão de dinheiro na mão dele, se ocê encomendasse um par de sapato ele não dava pra nois, se encomendasse um vestido apanhava, mas ele não dava pra nois [...] (SILVA, I. C. da, informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

A entrevistada Silva, T. P. da. ao contrário de Silva, U. P. da. teve mais receio em nos relatar as violências sofridas. Ao ser questionada sobre o valor que seu esposo dava ao seu trabalho na propriedade, Silva, T. P. da. (informação verbal, 2012) afirma que o mesmo acreditava que era apenas uma obrigação e que além de desvalorizá-la ele a humilhava. De

acordo com a irmã (SILVA, U. P. da.) está sofreu muito com o esposo, pois ele também saia muito, bebia e não a valorizava.

Ah! Eu acho que parece que ele achava que era obrigação né [entrevistada se emociona] [...] mas eu ficava ali, o que eu queria era criar meus filhos [...] (SILVA, T. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Nesse sentido, concordamos com Cordeiro (2006, p. 230) em seu estudo sobre as mulheres do “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central” de Pernambuco (PE)²¹, quando afirma que as mulheres da área rural enfrentam muitas dificuldades quando se deparam com a violência, pois “[...] de um lado, há as próprias características da área rural: as casas e os sítios são muito isolados e as distâncias são grandes; de outro, a total ausência de serviços e programas especializados [...]” Sendo assim, quando a mulheres sofrem violência não tem como e nem onde procurar ajuda, cabe apenas a elas tentar evitar as agressões, contra elas e contra os filhos.

Silva, U. P. da. (informação verbal, 2012) afirma que quando era violentada pelo marido não sabia o que fazer para mudar a situação, todavia a mesma acredita que se fosse atualmente ela não permitiria as agressões, uma vez que já possui conhecimento sobre os direitos das mulheres.

Se fosse hoje eu tinha mostrado ele o quê que era o mundo, eu tinha posto ele na cadeia [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Nesse caminhar de ideia, Narvaz e Koller (2006b), que problematizam aspectos comumente envolvidos nas investigações com mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica, colocam que apesar das conquistas das mulheres em relação aos seus direitos civis, muitas delas ainda os desconhecem e não procuram ajuda seja ela legal ou no sistema de saúde, outra questão que dificulta a buscar ajuda é a vergonha da violência sofrida.

Muitas mulheres continuam em uma relação abusiva com o objetivo de manter a família unida, além disso, a dependência financeira, a falta de apoio da família, a impunidade e o medo são também motivos que fazem com que as mulheres continuem suportando a relação violenta com o esposo (NARVAZ; KOLLER, 2006b; GARBIN, 2006).

²¹ Coletânea sobre Estudos Rurais Margaridas Alves. CORDEIRO, R. de L. M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R.; HEREDIA, B. (Orgs.). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 216-244. (NEAD Especial).

Nos depoimentos (SILVA, U. P. da.; SILVA, T. P. da., informação verbal, 2012), nota-se que apesar das violências sofridas, a presença do esposo como o chefe da família era importante para a educação dos filhos. Silva, U. P. da. acreditava que o comportamento agressivo do esposo não era culpa dele, mas sim da forma como ele foi criado.

Ele era mal mais do jeito dele ele ajudava, porque foi o jeito que ele foi criado, né [...] tadim foi o jeito que ele foi criado, né menina [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Essas mulheres, por terem sido educadas de acordo com uma cultura patriarcal, entendem como natural essa relação desigual de poder no interior da família, desde a infância foram moldadas para serem submissa aos homens e para saber que cada um tem um papel e um espaço diferenciado. E que o homem possui vantagens em relação à mulher, pela sua força física, pela facilidade nos negócios, pelos melhores empregos e melhores salários. Atualmente, elas percebem que as relações de gênero estão mudando e acreditam que estas mudanças trazem grandes vantagens para a vida da mulher, porém a cultura patriarcal ainda influencia no modo de falar e agir dessas mulheres.

O homem é o esteio da casa [...] Era os dois, ele era o esteio da sala e eu o esteio da cozinha [...] (SILVA, U. P. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

No entanto, Silva, U. P. da. (informação verbal, 2012) afirma que o comportamento agressivo do marido trouxe graves consequências para a formação dos filhos, segundo a entrevistada os filhos cresceram revoltados. Um exemplo é o caso da filha Silva, I. C. da. que não quis se casar porque tem medo de sofrer violências assim como a mãe.

Eu vi meu pai bater na minha mãe, eu namorar e casar pra arranjar isso, eu vi o que meu pai fazia com a minha mãe [...] Tenho trauma. (SILVA, I. C. da. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

Silva, I. C. da. (informação verbal, 2012) também reclama da falta de estudos uma vez que parou de estudar aos 17 anos. O pai não permitiu que ela nem os irmãos continuassem a frequentar a escola, para ele era mais importante trabalhar para manter a propriedade. Essa situação lhe traz grande tristeza, porque seu sonho era se formar e, atualmente, pelo avançar da idade, ela acredita que não pode mais realizá-lo. Nesse sentido, concordamos com Saffioti (2004b), ao afirmar que a violência física é mais fácil de ser superada do que as humilhações,

pois estas provocam uma dor mais profunda.

[...] Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não obtém nenhum êxito. (SAFFIOTI, 2004b, p. 19).

Essa discussão não pretende vitimizar a figura da mulher uma vez que ela também estabelece suas relações de poder no espaço familiar. De acordo com Saffiot (1997, 2004b), mesmo a mulher levando desvantagem em relação à força física isso não significa que a mulher vai sofrer passivamente a violência, de alguma forma ela reage.

No que tange à violência de gênero, não é difícil observar que a mulher é considerada um mero objeto não apenas por seu agressor, mas por ela mesma. Faz parte do discurso da vítima considerar-se somente objeto, ou seja, não-sujeito. No entanto, ela se põe como sujeito tanto na situação de violência que vivencia — revida a agressão, xinga, olha com deboche, não reage etc., seja como estratégia de defesa, seja como meio de obter atenção - quanto na formação discursiva por ela construída, na qual o homem figura como algoz e ela como santa [...] Considera-se importante mostrar que as mulheres são vítimas da violência de gênero, o que não significa tomá-las como passivas. (SAFFIOTI, 1997, p. 70-71).

Nossa pretensão não é negar que as vítimas existam, uma vez que é a mulher quem sofre os maiores danos, tanto físicos como psicológicos. Mas, romper com o discurso de vitimização, com vistas a estabelecer novos olhares sobre as mulheres, com suas singularidades e suas competências.

Contudo, as mulheres também não podem ser responsabilizadas pelas violências que sofrem. Sendo assim, muito deve ser feito para que a violência contra as mulheres diminuam, o caso dessas duas mulheres da comunidade Rancharia é apenas exemplo das violências que milhares de mulheres sofreram e ainda sofrem. Narvaz e Koller (2006b) dizem que uma a cada quatro mulheres é violentada e essas violências causam consequências em todas as esferas da sociedade tanto econômica como emocional e familiar.

Diante das informações obtidas, através da história oral, percebe-se que a cultura patriarcal está presente na vida das famílias da comunidade Rancharia, esta se manifesta na questão da divisão dos espaços de acordo com o sexo. A esfera do doméstico permanece reservada às mulheres e os homens continuam sendo os responsáveis pelo mundo público, mesmo quando a mulher também realiza tarefas nesse espaço. A ideia que o masculino, pelas suas características biológicas, possui mais vantagens que o feminino também permanece,

assim como, o modo de pensar que coloca o homem como o chefe da família, responsável por melhor administrar e gerir a propriedade.

Nesse sentido, nota-se que as relações desiguais de gênero, provenientes de uma cultura que prega a superioridade do homem sobre a mulher, está presente na Rancharia. Esta tem como consequência a ‘invisibilidade’ do papel da mulher na agricultura familiar e a sua exploração, através da dupla jornada. Além disso, as memórias das violências sofridas também influenciam no modo de ser e no modo agir dessas mulheres. Mas, aos poucos esta havendo mudanças na cultura patriarcal, uma vez que com as conquistas dos movimentos feministas a mulher passa a ter mais autonomia, com a sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho, e os seus direitos passaram a ser questionados e respeitados (CASTELLS, 2008). Assim, salienta-se a importância em dar visibilidade a essas mulheres agricultoras, aos seus sofrimentos e às suas lutas, para que ajam projetos e políticas que tenham com objetivo as mulheres do campo, que passem a atendê-las em seus anseios e preocupações e as esclarecê-las dos seus direitos e deveres.

5.3 Tempo e espaços de gêneros: sociabilidade, lazer e as principais dificuldades de homens e mulheres na comunidade Rancharia

A organização da sociedade com base no patriarcado definiu quais os espaços que devem ser ocupados por homens e quais devem ser ocupados por mulheres, sendo que aos primeiros é reservada a esfera pública e produtiva e às mulheres a esfera privada e reprodutiva. Essa dicotomia dos espaços e a consequente relação de poder presente nos mesmos tem sido questionada, uma vez que as mulheres estão se inserindo na esfera pública. Todavia, ainda há determinados espaços em que a relação desigual de gênero impõe a autoridade de uns sobre os outros e, geralmente, a mulher é prejudicada, uma vez que a importância do seu papel em determinadas esferas é negada e/ou vista como menor que a do homem. Nesse sentido buscou-se analisar como são definidos os tempos e os espaços de gênero na comunidade Rancharia.

Às mulheres sempre foi relegado o trabalho doméstico, reprodutivo, o qual geralmente é desvalorizado e não remunerado. E o fato da mulher estar buscando espaço no meio profissional, acarreta uma sobrecarga através da dupla jornada de trabalho. No caso das mulheres do meio rural, nota uma divisão de papéis, tarefas e espaços, em que o homem é claramente o detentor do poder. Assim, há a dupla jornada de trabalho na casa e na lavoura ou

no curral, todavia as atividades produtivas das mulheres são consideradas, mesmo quando semelhantes às dos homens, apenas como ajuda. Segundo essa linha de raciocínio Bourdieu (2007) expõe que

as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino [...] (BOURDIEU, 2007, p. 40, grifos do autor).

Na comunidade Rancharia, apenas uma entrevistada trabalha fora da propriedade, ela realiza serviços domésticos em outras propriedades. De acordo com a mesma seu esposo não levanta nenhum empecilho para impedi-la de trabalhar, pelo contrário ele a apoia. Entretanto, esse caso é uma exceção na Comunidade uma vez que as demais moradoras pesquisadas não trabalham fora da propriedade, e dentre os motivos podemos destacar: a) a falta oportunidades de empregos na região, b) o trabalho na propriedade ser muito e c) o esposo não querer que sua esposa trabalhe fora.

Através da fala das entrevistadas podemos notar a influência da cultura patriarcal quando se trata da questão do trabalho da mulher na esfera pública. Estas, afirmam que o fato da mulher trabalhar fora, ser livre e independente do marido é um ponto positivo. Contudo, salientam que quando tornam-se mães o trabalho na esfera pública deve ser deixado de lado, pois acreditam que a mulher é a principal responsável pela educação dos filhos.

Pra mulher trabalhar é muito bom, mas eu acho que depois que ela tem filho, sei lá [...] (OLIVEIRA, I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

A autoridade do marido em relação ao que elas devem ou não devem fazer também influência na decisão de trabalhar fora de casa. Assim, permanece a divisão dos papéis no interior da família, na qual a mulher é a “dona da casa” responsável pelo cuidado da família e o homem é o “chefe da casa” o principal responsável pela questão financeira, ou seja, pelo sustento da família, além de ser o detentor do poder de decisão sobre os assuntos familiares.

Essa realidade pode ser observada na fala de Oliveira, I. C. de. (informação verbal, 2012) ao afirmar que o esposo não gosta que ela trabalhe fora e a justificativa é a necessidade do cuidado com os filhos, que possuem idade entre 6 e 12 anos, e com a casa, pois este acredita que com a ausência das mães os(as) filhos(as) ficam relegados aos cuidados

de outras pessoas, que não oferecerão os cuidados e a educação necessária. Além disso, há o argumento de que o esposo consegue gerir sozinho a propriedade. Atitude influenciada pela cultura patriarcal, que coloca o homem com o único responsável pelo sustento da família.

Não, ele não gosta, porque ele sempre fala: não adianta você sair pra trabalhar e deixar os meninos ficar de grão em grão. Ele nunca deixou, eu trabalho assim com ele [...] ele não deixa eu sair pra fora assim não, ele fala: 'não ocê tem sua casa, tem seus filhos então, eu não deixo faltar nada'. (OLIVEIRA, I. C. de. informação verbal, comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, dez. 2012).

A mulher agricultora é relegada aos cuidados com a casa, os filhos, o esposo e, tem o dever de “ajudar” o homem nas tarefas ligadas a produção. Dessa forma, pelo fato de ser a mulher a responsável tanto pela reprodução como também pela produção da família agricultora, os espaços de sociabilidade e de lazer da mulher agricultora é muito reduzido. Na comunidade Rancharia estes espaços se reduzem à visita aos vizinhos e parentes, à igreja em Campo Alegre de Goiás ou/e em Catalão (GO), ao jogo de truco²² que geralmente ocorre no Centro Comunitário e às festas religiosas. A maioria das mulheres, cerca de 44% preferem ficar em casa assistindo TV e cuidando dos afazeres domésticos.

As possibilidades de lazer da mulher estão sempre condicionadas ao que é compatível com seu papel de mãe, esposa e filha. Geralmente, para as mulheres do campo os momentos de descanso se dão mediante o tempo que sobra das tarefas relacionadas aos cuidados com a família e com a casa. E mesmo que estas atividades sejam prazerosas para as mulheres é marcante e acentuado o caráter obrigatório das mesmas, uma vez que não há a opção de escolha entre realizar ou não estas atividades (ANDRADE et al., 2009).

As mulheres, além de desenvolverem atividades domésticas durante a semana, inclusive aos sábados e domingos, apresentam possibilidades de lazer restritas a casa ou quando se refere à esfera pública estas acontecem sob a condição de estarem acompanhadas pelo marido ou pelas crianças. Dificilmente elas podem se dedicar a práticas de lazer para si mesmas, “livre” das limitações decorrentes da obediência às normas de caráter de dominação patriarcal. O lazer se configura assim, enquanto elemento estruturado em correspondência com a afirmação dos papéis de mulheres e homens no meio rural, no qual a mulher é educada

²² O truco é um jogo de cartas praticado por quatro jogadores, dividido em dois lados opostos, no qual os jogadores adversários ficam um de frente com o outro. O jogo termina quando uma dupla de jogadores faz 12 (doze) pontos primeiro. Na comunidade Rancharia, essa prática era realizada nas residências dos jogadores, após a construção do centro comunitário na Comunidade esta passou a ser realizada nesse local, geralmente uma vez por semana.

e se autoeduca para atividades que não coloquem em risco sua constituição física ou emocional, como, por exemplo, sair com filhos e visitar parentes.

Nessa perspectiva, Araújo e Scalón (2005) ao analisar as relações familiares e de gênero afirmam que “o tempo de lazer das mulheres aparece na pesquisa relacionado com o tempo do ‘outro’ – da casa, dos filhos, do cuidado - enquanto o tempo de lazer dos homens tende a ser menos dedicado ao ‘outro’ e mais usado em proveito próprio [...]” (ARAÚJO; SCALÓN, 2005, p. 52, grifos das autoras).

Para os homens da Rancharia os momentos de lazer e sociabilidade são a conversa com os vizinhos, o jogo do truco, o futebol, a ida ao bar. Diferente das mulheres que, na maioria das vezes, sai apenas acompanhada do esposo e/ou dos(as) filhos(as), os homens podem frequentar espaços desacompanhados de suas esposas, como o campo de futebol, o bar e o Centro Comunitário. Percebe-se que nesses espaços há relações de poder que estabelecem as normas e define os limites sociais e espaciais, determinando quem pertence ou não a eles, e quem fica excluído, nesse caso as mulheres, que por haver essa hierarquia de gênero, acreditam que estes espaços não são apropriados para as mesmas.

Andrade et al. (2009) ao apresentarem um olhar sobre o lazer das mulheres no meio rural, salientam que as representações do tempo e das atividades de lazer para as mulheres se encontram limitado ao espaço doméstico e quando são desenvolvidas no espaço público acontecem através de atividades mais tranquilas, como as atividades de passear com os filhos, a visita aos parentes e a participação em atividades religiosas. Para os homens as representações de lazer estariam no campo de atividades que apresentam agitação emocional e imprevisibilidade, como o futebol, a ida ao bar entre outros.

As mulheres, por serem socialmente responsáveis por desenvolver as atividades de cuidado da casa e dos filhos, que tomam quase todo o tempo diário, inclusive, nos finais de semana, possuem como principal possibilidade de lazer o ambiente doméstico e a utilização da TV. Os homens, por serem culturalmente reservado a eles apenas as tarefas relacionadas à produção, não se sentem responsável em dividir com a mulher essas tarefas ligadas ao âmbito doméstico, assim têm mais liberdade para escolher entre assistir TV e sair para conversar com os amigos ou realizar outras atividades.

Nesse sentido, Garcia (2004), ao analisar as relações de gênero na luta pela terra no Pontal do Paranapanema (SP), conclui que a produção e reprodução do espaço estruturam-se através de determinadas relações de poder, e dentre elas está o gênero. E há determinados espaços que concentra relações de poder socialmente construídas, as quais diferenciam a localização dos lugares masculinos e femininos apropriados e produzidos por cada gênero.

Outra questão que influencia na sociabilidade das mulheres é a questão da falta de tempo. No seu cotidiano, a rotina do trabalho doméstico e extradoméstico (no quintal, no curral e na horta), ou seja, a dupla jornada de trabalho dificulta a participação das mulheres nos espaços de lazer. Segundo Garcia (2004), esse confinamento das mulheres na esfera doméstica junto ao fato de só os homens pertencerem ao mundo público, faz com que o exercício dos direitos das mulheres seja descartado e as discriminações sejam aceitas como naturais.

Para haver a efetivação das conquistas femininas no espaço público é necessário uma transformação nas relações sociais no mundo privado, uma vez que é nesse espaço que ocorre a privação, lugar onde as relações de poder se encarregaram de controlar o acesso das mulheres ao mundo público. As práticas patriarcais no interior da família são as responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais e da privação da liberdade da mulher e essas práticas são, na maioria das vezes, reproduzidas pelas próprias mulheres através da educação e da cultura que é passado para os(as) filhos(as).

E mesmo após as lutas feministas, na qual as mulheres passaram a frequentar os espaços públicos com mais liberdade, as mulheres ainda não se desvincularam de suas atribuições no privado que são culturalmente instituídas ao gênero feminino. Muitas mulheres ainda acreditam que certas tarefas e atitudes cabem naturalmente às mulheres porque elas levam “mais jeito” e, apesar da mulher ter a liberdade de circular no espaço público, ainda existem espaços tidos como masculinos, que quando frequentados por mulheres significa uma espécie transgressão às normas da sociedade sexista.

Nesse sentido, Paula (2010, p. 40) salienta que as esferas públicas e privadas não podem ser explicadas separadamente uma vez que “o espaço privado também é político, pois o que acontece entre os sexos no espaço doméstico também é regido por relações de poder, hierarquias que são sobretudo regidas pela distinção de gênero que é um fenômeno social [...]” Além disso, mesmo assumindo uma postura patriarcal a mulher circula pelo espaço público em função das atividades domésticas e trabalhistas e o homem, considerado como o chefe do lar, é responsável pelo sustento e pela delegação das tarefas no interior da família.

A mulher mesmo ocupando uma posição central na esfera do doméstico, cuidando dos filhos e do marido, e uma posição periférica em relação ao espaço público, vivencia ambas as espacialidades no decorrer de sua vida. Assim, os acontecimentos nas esferas pública e privada são vivenciados de forma simultânea, e ambas as esferas integram-se de forma relacional.

Em todos os espaços, seja público ou privado, se desenvolvem relações de poder entre homens e mulheres na construção de sua vida cotidiana. O lugar das cotidianidades se transforma em um território onde todas as relações são movimentadas por relações de poder. E a repressão da mulher, através do controle constante do tempo, da privacidade e da liberdade é naturalizada por uma cultura sexista. Nesse sentido, Ratts (2003) discute a trajetória das mulheres negras na qual salienta que as relações de gênero assim como as relações raciais tem uma nítida dimensão espacial e são construídas em âmbitos espaciais definidos, ou seja,

[...] os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam. (RATTS, 2003, p. 1).

Essas relações desiguais de poder, presentes nos espaços públicos e privados também prejudicam a permanência das mulheres no meio rural, uma vez que suas atividades ligadas à produção não são reconhecidas, mas são invisibilizadas e desvalorizadas. Na comunidade Rancharia, as mulheres ao serem questionadas sobre as principais dificuldades encontradas para continuar no campo, citaram a falta de emprego já que as atividades domésticas não são valorizadas e as atividades ligadas à produção são apenas uma ajuda. Nota-se que a cultura patriarcal, presente nos espaços ocupados pelos diferentes gêneros, relega a mulher agricultora apenas as atividades ligadas ao lar enquanto que as atividades ligadas à produção são vistas como “trabalho de homem”.

Outra dificuldade mencionada pelas entrevistas foi a falta de acesso a saúde e a bens de consumo, essas e outras necessidades como falta de espaço de lazer, educação entre outros são motivos que ocasionam a migração, principalmente de mulheres e jovens agricultores(as) que veem no meio urbano melhores oportunidade de emprego, educação e saúde, o que de fato leva a masculinização e ao envelhecimento do campo, questões trabalhadas anteriormente²³.

Em relação às principais preocupações das famílias agricultoras da comunidade, foram destacados pelas mulheres: a) a baixa renda proveniente da propriedade; b) a educação dos filhos; c) a falta de empregos, principalmente para as esposas e os(as) filhos(as); d) a saúde da família; e e) a ocorrência da furtos. Essas questões não afetam apenas a comunidade

²³ Subseção 4.3 Herança e gênero: a partilha desigual, a masculinização e o envelhecimento no campo.

Rancharia, mas a maioria da população do meio rural, que encontra-se as margens das políticas públicas de apoio ao(à) pequeno(a) produtor(a) rural.

A divisão sexual dos espaços é construída ideologicamente através de determinados valores que são repassados de geração em geração e se reproduzem ao longo do tempo. E essa divisão acaba por limitar os espaços de sociabilidade construídos pelas mulheres, principalmente do meio rural. Além disso, a falta de espaços de lazer, as duplas jornadas de trabalho contribuem para manter a mulher na esfera do privado. Nesse sentido, nota-se a importância de lutarmos em favor de uma sociedade onde homens e mulheres dividirão a criação dos filhos e as atividades domésticas. E em favor de projetos e políticas que levem em consideração as relações de gênero no meio rural, que auxilie a família agricultora, ofereça acesso à educação, saúde de qualidade, bens de consumo e lazer ao homem e a mulher do campo, contribuindo para a valorização das mulheres e para permanência das gerações futuras no meio rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

OFERTAS DE ANINHA

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.*

*Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.*

*Acredito nos moços
Exalto sua confiança,
Generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violência
do presente.*

*Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.*

(CORALINA, 2004, p. 132-133)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel das mulheres na agricultora familiar é fundamental para a sobrevivência da família agricultora, mas a desvalorização de suas atividades domésticas e o desconhecimento das tarefas na esfera produtiva leva a ‘invisibilidade’ do seu trabalho. Esse fato é consequência das desiguais relações de poder provenientes de uma cultura patriarcal que prega a superioridade do homem em relação à mulher. Diante dessas questões, objetiva-se apresentar os resultados encontrados sobre essa problemática através da teoria aprendida e dos dados empíricos sobre a comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás.

Para compreendermos as relações de gênero na agricultura familiar foi necessário analisar as características desse modo de produção. Assim, a partir das teorias e dos dados obtidos, pode-se afirmar que um(a) agricultor(a) familiar é todo aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar. A contratação de trabalho assalariado ocorre de forma esporádica, geralmente em momentos que a mão de obra familiar não é suficiente para realizar todas as atividades necessárias, como plantio, colheita, limpeza de pastos, manutenção de cercas entre outras.

Com a modernização da agricultura, principalmente a partir da década de 1970, quando a região Centro-Oeste começou a receber os incentivos governamentais e a modernizar parte de sua produção, houve mudanças significativas no contexto socioeconômico do campo, as quais prejudicaram os(as) agricultores(as) familiares que foram excluídos desse processo. Com essas transformações a família agricultora foi forçada a adaptar-se a esse novo contexto e a adotar diferentes estratégias para enfrentar os desafios impostos pelo mercado moderno.

Realidade que também ocorreu na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás (GO), mas os agricultores e agricultoras familiares dessa comunidade conseguiram permanecer no campo através da diversidade de estratégias elaboradas. O conhecimento prático, a experiência dos(as) produtores(as), a relação de trabalho entre os membros da família, a produção diversificada de alimentos e de animais, têm viabilizado a reprodução dessas unidades.

Nas propriedades pesquisadas, que possui a média de 30,3 hectares e realizam a produção familiar, apenas o leite e o gado de corte é voltado para atender as demandas do mercado. Os outros produtos cultivados pela família, como a mandioca, o milho, as hortaliças,

as frutas, as plantas medicinais, os ovos, o feijão, o açafrão e a criação de galináceos e suínos são direcionados para o consumo familiar e para a alimentação dos animais, sendo que somente o excedente é comercializado. O que contribui para a elevação da renda e reduz a necessidade dos gastos com a compra de produtos alimentícios.

A base da economia da Comunidade se baseia na bovinocultura com produção/comercialização de leite e de gado de corte, a principal fonte de renda dos(as) agricultores(as) familiares pesquisados provém da propriedade. Alguns(mas) agricultores(as) (30,7%)²⁴ associam a criação do gado leiteiro, gado de corte e gado de cria. Além da pecuária leiteira, a comercialização dos excedentes de suínos, e galináceos, ovos e queijos. Outra importante contribuição nos rendimentos dos(as) agricultores(as) familiares da comunidade Rancharia são as rendas não agrícolas, dentre elas está a aposentadoria e a pensão.

Através dos dados sobre a produção na comunidade Rancharia percebe-se a importância das mulheres tanto nos fatores ligados a reprodução como na produção familiar. No entanto, nessa Comunidade há uma ‘invisibilidade’ do trabalho feminino, pois este na esfera doméstica é desvalorizado e na esfera produtiva é considerado apenas como uma mera ajuda.

Nesse sentido, o conceito de gênero apresenta-se como uma importante teoria para analisar as relações de poder entre agricultores e agricultoras familiares, e contribuir para dar visibilidade a história das mulheres e ao seu papel na família agricultora. Ao rejeitar o determinismo biológico, podemos compreender que as desigualdades existentes entre os sexos não é fixa e natural, mas sim provenientes das relações desiguais entre os sujeitos, as quais são construídas historicamente, e que reservam a cada sexo um diferente papel na sociedade.

As relações de gênero e as suas respectivas relações de poder no interior da família agricultora são responsáveis pela falta de autonomia das mulheres²⁵ e pela a divisão do trabalho. Essas relações são construídas de acordo com um modo de pensar baseado nas diferenças biológicas entre homens e mulheres que desvaloriza as capacidades femininas em relação às masculinas.

Todavia, mesmo diante das diversas conquistas das mulheres, ainda permanece um modo de pensar baseado em uma cultura patriarcal que separa os espaços de gênero,

²⁴ A pesquisa foi realizada na comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás, no período de junho a dezembro de 2012. Com a realização de 13 (treze) entrevistas com as mulheres e seus cônjuges e 4 (quatro) entrevistas de história de vida com mulheres o que corresponde a 60% das moradoras da Comunidade.

²⁵ 28,6% das mulheres pesquisadas têm que pedir autorização do esposo para realizar suas metas, tomar suas decisões dia a dia.

inferioriza a mulher, explora seu trabalho e gera relações desiguais de poder. Na comunidade Rancharia esse modo de pensar não está enraizado apenas na mente masculina, mas a maioria das mulheres também acredita na superioridade do homem em relação à mulher. Geralmente, a mulher é responsável pela reprodução desses valores através da educação de seus filhos(as), pois há uma naturalização da cultura dominante e faz com que muitas mulheres reproduzam, até mesmo de forma inconsciente essa ideologia da qual são vítimas.

Dessa forma, como na comunidade Rancharia a principal fonte de renda é provinda da bovinocultura e a tarefa de lidar com o gado é vista como masculina, o homem é tido como o provedor da família, responsável pela produção. Às mulheres fica relegado o trabalho reprodutivo que corresponde aos cuidados com a casa, com os filhos, com o esposo e, com os pequenos animais e da horta.

No entanto, na comunidade Rancharia nota-se que a mulher também é responsável pelo trabalho produtivo. Dentre as mulheres entrevistadas, 50% lidam com a ordenha, 33% aplicam vacina nos animais, apartam bezerros e cuidam do trato. Além disso, são as mulheres as responsáveis pela produção de queijos, farinha de mandioca, polvilho e açafraão, produtos que quando há excedentes são comercializados. A produção para o autoconsumo, que é de responsabilidade feminina, também contribui para a renda monetária uma vez que reduz os custos com a alimentação.

Em relação aos afazeres domésticos, estes são vistos como de responsabilidade apenas das mulheres. Constatou-se que 70% dos homens ajudam nas tarefas domésticas somente quando a esposa está impossibilitada de realizá-las, os demais 30% não realizam em momento algum, comportamento que leva a mulher a assumir uma dupla jornada de trabalho, na esfera doméstica e na esfera produtiva.

Essa divisão sexual do trabalho também influencia na questão relacionada à herança. As mulheres são, geralmente, excluídas da partilha da terra, pois seu trabalho na propriedade não é reconhecido e a família acredita que a mulher não consegue gerir sozinha uma propriedade e que, além disso, ela não tem a obrigação de construir patrimônio, uma vez que quando se casar terá moradia na propriedade do esposo. Assim, a mulher tem que se contentar com parte do enxoval ou com ajuda financeira para os estudos e quando raramente recebe uma parte da propriedade, ele passa a ser administrado pelo esposo. Há situações diferenciadas, e na disputa pelo espólio homens e mulheres possuem os mesmos direitos no interior da família, já que de acordo com o Código Civil todos os(as) filhos(as) tem direito a herança.

Na comunidade Rancharia, as lógicas familiares que visam os interesses de continuidade da unidade familiar, foram mais consideração do que a Lei. Assim, 92,3% das mulheres pesquisadas não receberam herança, esse fato justifica-se por todos os fatores citados acima e também pelo tamanho das propriedades (média de 30,3 hectares) que inviabilizaria a divisão entre todos os filhos, assim a terra acaba ficando para os filhos homens.

Essa situação além de ocasionar a dependência da mulher em relação ao homem e a 'invisibilidade' do seu trabalho, contribui para a masculinização e para o envelhecimento no campo. A distribuição do trabalho, da renda e da herança na propriedade acaba por dar mais oportunidades e liberdades aos homens, o que leva à migração feminina.

Na Comunidade Rancharia em 27,7% das propriedades só havia homens (esposos). Nas demais propriedades (72,3%) pôde-se constatar que as filhas dos(as) agricultores(as) a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade migram para o meio urbano. Dentre os motivos da saída dessas mulheres do meio rural estão: a) melhores oportunidades de emprego; b) acompanhar os/as filhos/as; c) acesso à saúde; e d) busca de estudo, principalmente, ensino superior.

Além da masculinização da Rancharia nota-se também o envelhecimento da sua população. A maioria dos agricultores (41, 6%) encontra-se entre os 51 a 60 anos e a faixa etária das agricultoras está entre os 31 e 80 anos de idade. Essa realidade é um problema que também pode ser encontrado em diversas regiões do país, e que tem prejudicado a reprodução da agricultura familiar.

Outra questão que deve ser salientada são as agressões que as mulheres da Rancharia sofreram no decorrer de suas existências. Através da história de vida das mulheres mais idosas (67 e 72 anos de idade) da comunidade Rancharia constatou formas de violências físicas e psicológicas sofridas, que ficaram na memória e deixaram traumas, os quais influenciam no comportamento tanto das mulheres quanto dos(as) filhos(as).

Com as mulheres mais jovens não houve relatos de violência, no entanto nota-se ainda a presença da cultura patriarcal no interior da família. As relações desiguais de poder continuam a separar os espaços ocupados pelos diferentes sexos e a relegar a mulher à esfera menos valorizada. O homem continua sendo o único responsável pelo sustento da família, e mesmo quando a mulher trabalha junto com o mesmo, realizando uma dupla jornada de trabalho, esta apenas ajuda.

Essa relação de gênero que torna os espaços dicotômicos e que leva a mulher a realizar a dupla jornada de trabalho faz com que seus espaços de lazer sejam reduzidos à

esfera privada e quando tem liberdade de frequentar a esfera pública a faz acompanhada dos filhos e/ou do esposo. Já o homem, por ter a liberdade e tempo disponível pode frequentar seus espaços de lazer tanto na esfera pública quanto na privada.

Constatou-se outras dificuldades e preocupações das(os) entrevistadas(os) as quais podem comprometer a permanência das gerações futuras no campo como: a) educação para os/as filhos/as; b) baixa renda; c) falta de empregos, principalmente para as esposas e para os(as) filhos(as); d) saúde; e e) ocorrência de furtos.

Diante dessas informações, acredita-se que para mudar as relações de gênero existentes e para garantir a permanências dos(as) agricultores(as) no campo são necessárias políticas públicas que garantam o acesso à terra tanto para o homem quanto para a mulher, que proporcionem educação, cultura e lazer, que auxiliem na geração de emprego e na melhoria da renda das famílias que vivem no meio rural. E que, sobretudo haja a valorização e a quantificação do trabalho das mulheres, pois este contribui de maneira significativa para a sobrevivência e para a reprodução da família.

A valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero. Garantir a participação ativa das mulheres e seu acesso aos recursos e benefícios de diferentes projetos e da própria organização à qual pertencem é a principal tarefa a ser levada a sério por elas próprias e pelas instituições públicas e privadas que procuram promover o desenvolvimento socioeconômico não só da agricultura familiar, mas de todo país.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2010.
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura**. Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABcmoAL/os-impasses-sociais-sucessao-hereditaria-agricultura-familiar>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed: FGV, 2005. 236 p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.
- ANDRADE, R. B. de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 166-203.
- ANDRADE, R. J. et al. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 39-49, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbefe/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2011.
- ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1990-50/50_04.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2012.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2097/2479>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 304 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BUENO, O. de C. Agricultura familiar e o poder local: um exercício de cidadania. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1998. p. 119-149.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BONI, V. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região Oeste de Santa Catarina. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 315 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p. (Caderno de Atenção Básica, 8).

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. v. 12, n. 1, p. 205-227, jan/abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).

BRUMER, A.; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: Ministério do desenvolvimento agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 189-156.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8. , 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ago. 2008. p. 1-7.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987. 141 p.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Florianópolis, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/6593/4898>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Rona Ltda. p. 142-150, 1999. Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/empower/website/pdf/genero.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CALIL, L. E. S. **História do direito do trabalho da mulher**: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século. São Paulo: Ltr, 2000, 80 p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 1-28 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 22-55, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9671/8892>>. Acesso em: 20 set. 2011.

CARNEIRO, M. J. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, 2006. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6517>> Acesso em: 10 jun. 2011.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA V. L. Mulher rural nos discursos dos mediadores. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 05, p. 45-57, nov. 1995. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=87&cR=199511&vT=bb&vA=3&vR=199511&vU=>>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

CARVALHAL, T. B. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente/SP**. 2003, 205f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2003.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 69-238, 2008. (A era da informação, economia, sociedade e cultura, 2)

CASTILHO E SILVA, C. B. de. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

CORALINA, C. **Melhores poemas**. Seleção e apresentação Darcy França Denófrío. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 2004, 364 p. (Coleção melhores poemas / direção Edla van Steen).

_____. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 23. ed. São Paulo: Global, 2006. 238 p.

CORDEIRO, R. de L. M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R.; HEREDIA, B. (Orgs.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 216-244. (NEAD Especial).

DARTORA, V. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2010.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006, 31 p. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca>>.

DELGADO, L. de A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p. (Leitura, escrita e oralidade).

FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fatos e versões**, Uberlândia, n. 2, v. 2, p. 3-16, 2009. Disponível em: <<http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/3/102>>. Acesso em: jun. 2012.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 176 p.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2007. 295 p.

FREITAS, S. M. de. **História oral**: possibilidade e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.

GARBIN, C. A. S. Et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, dez, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n12/06.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

GARCIA, F. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1998. p. 57-79.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 216 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 57 p.

GONÇALVES, E. (Org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004. 132 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GRAZIANO NETO, F. Modernização da agricultura e questão agrária. In: _____. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. cap. 1, p. 17-78.

GROSSI, P. K. P. Por uma ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In: GROSSI, P. K.; WERBA, G, C. **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2001, p. 19-45

HESPANHOL, R. A. de M. A inserção econômica e social da produção familiar na região de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 23, p. 229-245, dez. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/GO2010.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2010.

JOST, H.; BROD, J. A. **Como redigir e ilustrar textos em geociências**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2005. 93 p. (Série Textos, 1).

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2, 348 p. (Coleção Repertórios).

LOBO, E. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

_____. Corpo, gênero e sexualidade: desafios para a pesquisa educacional. In: SEMINÁRIO PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 3., 2000. Porto Alegre. **Mesa Redonda: Gestão e Políticas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, 16 p. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Gestao_e_Politic/Mesa_Redonda_-_Trabalho/02_02_32_4M3704.pdf>. Acesso em 14 dez. 2012.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2007. 108 p. (Série Trilhas).

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: Série Antropologia, 2000, 20 p. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/2VgT7GKf/machado_lia_zanotta_relaes_de_.html>. Acesso em: ago. 2012.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional, 1973. p. 117-131. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais , v. 34).

MARCONI, M. de A.; LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009. 207 p.

MARTINS SILVA, J. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2011.

MATOS, A. A. de. Feminilidades e gênero: re-lendo Cláudia e Nova. **Revistas Ciências Humanas**, Viçosa, v. 8, n 1, 1º sem. 2002. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/feminilidades-N1-2002.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras (MG). v. 5, n. 1, jan/jun 2003. 14 p. Disponível em: <<http://www.dae.ufla.br/revista/>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do desenvolvimento agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C.

(Org.). **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Vieira, 2008. p. 137-165.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MERGÁR, A. A representação do gênero feminino nos autos criminais na província do Espírito Santo (1853-1870). 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MESQUITA, L. A. P. de. **Agricultura familiar e estratégias de produção**: a comunidade Varão, município de Davinópolis (GO). 2011. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2011.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

NADER, M. B. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, Revista de história da UFES, n 14, 2002, p. 461-480. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2638/2123>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

NARVAZ, G. M. Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, v. 1, n. 18, p. 49-55, jan/abr. 2006a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006b. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2359.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados, 2004. 112 p.

OLIVEIRA, P. R. C. de et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: SEMANA ACADÊMICA DA FDV. 2007, Viçosa. **Anais...** Viçosa: FDV, 2007. Disponível em: <http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2009.

PAULA, M. V. de. **Sob o manto azul de nossa senhora do rosário**: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO). 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria de análise esquecida. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. v. 12, n. 1, p. 229-252, jan/abr, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>. Acesso em 02 de maio 2012.

PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

PEREIRA, S. F. da S. **De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais**: a desordem no MSTTR. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PETINARI, R. A. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo**: estratégias de reprodução e organização. 2007. 213 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PESSÔA, V. L. S. **Projeto de pesquisa**: etapas e organização. Uberlândia: UFU, 2009. 15 p.

PINHEIRO, L. J. C. O patriarcado presente na contemporaneidade: contextos de violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8. , 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ago. 2008. p 1-6. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2012.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2003, 20 p. Disponível em: < http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4259&Itemid=316>. Acesso em: 08 dez. 2012.

ROSE, G. **Feminism e geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993. 216 p.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23 (Supl.1), p. 1-58, 1993. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1159>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

ROWBOTHAM, S. Lo malo del patriarcado. In: SAMUEL, R. **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Crítica, 1984. p. 248-256.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURE, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA S. de. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a. p.43-59.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b, 151 p.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, PUC/SP, n. 2., 1997, p. 59-79. Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigos_saffioti.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos: FEE**, v. 21, n.4, p. 259-268, 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/629/874>>. Acesso em: 21 maio 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 1, p. 21-72.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 28 set. 2010.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167/1647>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

_____. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, 313 p.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9453/8697>>. Acesso em 20 jun. 2012.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 383 p.

TONINI, I. M. **Identidades capturadas**: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de

Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/3191>> Acesso em: 03 abr. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-173.

VALENCIANO, R. C. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2005/valenciano_rc_me_prud.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.

VALENCIANO, R. C. THOMAZ JÚNIOR, A. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Pegada**, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", v. 3, número especial, p. 1-14, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792/815>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005. 239 p.

_____. O papel da técnica no processo de produção científica. In: _____. (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2005. p. 13-18.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WERBA, G. C. Quero ficar no teu corpo feito tatuagem: reflexões sobre a violência contra o corpo da mulher. In: STREY, M; CALAÇA, S. **Corpos e subjetividade em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004, p. 161-178.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras conceituais sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional, 1973. p. 82-95. (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências sociais, v. 34).

WOORTMAN, E.; WOORTMAN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

ZIRBEL, I. Os estudos de gênero. In: _____. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p. 129-152.

ANEXOS



Roteiro de entrevista com as(os) agricultoras(es) familiares da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás

IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO		
Data da entrevista: ____/____/2012	Número do roteiro:	
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO		
Nome da entrevistada:	Data de nasc.:	
Estado civil atual: () solteira () casada () concubinato/união estável () viúva () separada judicialmente		
Nome do cônjuge:	Data de nasc.:	
Data da união: Data da separação ou viúves:		
Tempo de residência na propriedade:		
Tempo de residência na região:		
Situação ocupacional Por quanto tempo:		
Caracterização da família		
Grau de parentesco do casal: () Não () Sim Qual?		
Número de filhos: () H/idade () M/idade		
Onde os filhos moram? () Com os pais () Meio rural () Meio urbano		
Origem da Comunidade		
Origem das Primeiras Famílias (descendentes / tradicionais)		
Principais eventos culturais.....		
Na Comunidade há: () Igreja. Se não onde são realizados as práticas religiosas?		
() Escola. Se não, como os filhos fazem para estudar?.....		
() Cemitério. Se não, onde os familiares são enterrados?.....		
() Salão comunitário. Se não, onde são realizados os eventos festivos da Comunidade?.....		
Há a prática do mutirão?		
Como as mulheres participam?.....		
Situação ocupacional do produtor:		
() Produtor patronal () Produtor familiar () Produtor arrendatário () Produtor assentado() Parceiro ou meeiro () Trabalhador assalariado		
Renda média mensal familiar em salários mínimos – total (da propriedade + outras atividades)		
() Menos de 1 salário () entre 1 e 2 salários () mais de 2 até 3 salários () mais de 3 até 5 salários () mais de 5 até 10 () mais de 10 salários mínimos		
Possui renda (a mulher) própria? () sim () não		
Quem administra a renda familiar?..... Justifique		
Aposentadoria		
Já possui aposentadoria (mulher)? () Sim () Não - Qual o motivo?.....		
Composição familiar		
Número de pessoas que compõem a unidade familiar: () sexo masculino () sexo feminino		
Menores de 5 anos: () de 5-10 anos: () de 11-15 anos: () de 16-26: () de 27-37: () de 38-48: () de 49-60: () acima de 60: ()		
*Grau de escolaridade das mulheres		
() Semi-analfabeto	() Ensino fundamental completo (1ª e 2ª fase)	() Ensino Técnico
() Alfabetização de adultos	() Ensino médio incompleto	() Ensino superior incompleto
() Ensino fundamental (1ª fase)	() Ensino médio completo	() Ensino superior completo
Religião:		

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
Município: Estado:	
De que forma adquiriu a propriedade? () Herança () Compra de particular () Compra e herança () Concessão de uso () Usucapião	
Origem da herança: () mulher () homem	
Excetuando a propriedade a mulher recebeu alguma herança: () Sim () Não. O que?.....	
CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO	
Características da sede principal	
Tipo de moradia	
() Tijolos/adobe () Alvenaria () Mista () Não Possui	
() Madeira () Pau roliço () Material aproveitado () Outros	
Possui: () Energia elétrica () Água encanada	
Qual a procedência da água utilizada na moradia?	
Situação da moradia: () Própria () Cedida () Alugada () Não possui	
Área da moradia: () Menos que 50m ² () Maior que 50m ² e menor que 100m ² () Maior que 100m ² e menor que 200m ² () NSA	
Situação da moradia e saneamento	
Destinos dos resíduos sólidos:	
Destino dos resíduos não degradáveis (plásticos, vidros, latas, papéis etc.)?	
Tratamento da água: () Filtração () Cloração () Fervura () Sem tratamento	
Bens de consumo, comunicação e transporte	
Bens de consumo	
() Máquina de lavar roupa/tanquinho () Geladeira () Batedeira	
() Televisão com antena comum () Freezer () Liquidificador	
() Televisão com antena parabólica () Telefone () Computador	
() antena por satélite/TV a cabo () Forno elétrico () Impressora	
() DVD () Forno a gás () Internet	
() Rádio () Forno a lenha () Ar condicionado	
Meios de comunicação: () Rádio () TV () Internet () Jornais () Revista especializadas () Outros:	
Meio de transporte	
() Carro próprio () Motocicleta () Transporte escolar () Carona () Carro alugado (táxi)	
() Carro da fazenda () Linha de ônibus () Carroça () A pé () Outros:	
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR	
Possui plano de saúde: () Não () Sim Qual:	
Número das pessoas da família coberta pelo plano:	
Qualidade do atendimento: () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () NSA	
CARACTERÍSTICAS DA PECUÁRIA	
() Bovinos () Suínos cabeças () Equinos cabeças () Galináceos cabeças	
() Caprinos () Ovinos cabeças () Outros cabeças () Outras aves cabeças	
Valor estimado do rebanho:	
BOVINOS	
Qual foi a finalidade principal da criação? () Corte () Cria () Recria () Engorda () Leite	
PRODUÇÃO DE LEITE	
Qual foi a produção total de leite de vaca? litros	
Qual a quantidade de leite vendido? litros	
Preço médio unitário por litro de leite produzido? R\$	
Destinação do leite: () COACAL () Outros	
SUÍNOS	

Qual é a finalidade principal da criação ?											
Produção: () Consumo familiar () Comércio											
Total de suínos vendidos: N° cabeças Valor: R\$											
GALINÁCEOS											
Produção: () Consumo familiar () Comércio											
Total de galinhas, galos, frangos vendidos: N° cabeças Valor: R\$											
PRODUTOS CULTIVADOS											
Produtos	Si m	Nã o	Frutíferas	Si m	Nã o	Hortifrutigranjeiros	Si m	Nã o	Produção familiar	Si m	Nã o
Milho			Cítricas			Verduras			Ovos (dúzia)		
Soja			Goiabeira			Batata			Queijo (Kg)		
Feijão			Abacateiro			Cebola e/ou alho			Pimenta		
Cana de açúcar			Mamoeiro			Cenoura e/ou beterraba			Açafrão		
Arroz			Mangueira, maracujá			Especiarias			Polvilho		
Mandioca			Bananeira			Pepino, jiló			Farinha de mandioca		
Guariroba			Acerola ou caju			Chuchu e abóbora			Doces		
						Plantas medicinais			Algodão		
DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO											
Compradores: () Consumidor direto () Frutarias () Supermercado () CEASA () Feira () COACAL () Outros:.....											
Habilidades que a família possui no manejo de máquinas e equipamentos											
Descrição da habilidade	Marido			Esposa			Filho(a)			Outro	
Operar trator e implementos											
Possui carteira de habilitação											
Operar motosserra											
Aplicar vacina em animais											
Arar ou gradear com tração animal											
Aplicação de defensivos agrícolas											
Aplicação de calcário											
Organização de horta familiar											
Realizou curso técnico?											
Quais?											
As mulheres possuem acesso a cursos voltados à utilização de máquinas e equipamentos agrícolas? (...) Não (...) Sim											
Por quê:											
Habilidades que a família possui no manejo da pecuária											
Descrição da habilidade	Marido			Esposa			Filho(a)			Outro	
Gado de corte a campo											
Gado de corte confinado											
Gado leiteiro/misto											
Avicultura comercial											
Ovino e ou caprinocultura											
Piscicultura											

Equinocultura				
Realizou curso técnico?				
Quais?				
Habilidades que a família possui nos afazeres domésticos				
Descrição da habilidade	Marido	Esposa	Filho(a)	Outro
Corte e costura				
Faz queijos				
Ordenha				
Realizou curso técnico?				
Quais?.....				
Divisão do trabalho				
Como é a divisão do trabalho na propriedade:				
Quais são as tarefas femininas?.....				
Quais são as masculinhas?.....				
Qual a jornada diária de trabalho: Feminina Masculina				
Como é visto o trabalho feminino nas atividades agrícolas:				
Pelas mulheres:				
<input type="checkbox"/> apenas ajuda <input type="checkbox"/> realiza atividades agrícolas. Quais:.....				
Pelos homens:				
<input type="checkbox"/> apenas ajuda <input type="checkbox"/> realiza atividades agrícolas. Quais:.....				
Você (mulher) sente que seu trabalho tanto o doméstico quanto o agrícola é desvalorizado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê?.....				
Os homens contribuem nas tarefas domésticas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quais?.....				
Quem exerce a tomada de decisões a respeito da produção, da comercialização e da educação dos filhos? <input type="checkbox"/> Homem <input type="checkbox"/> Mulher Por quê?				
Que atividade lhe traz maior realização?				
Os tempos e espaços de gênero				
Quais os espaços de sociabilidade e de lazer construídos pelas mulheres? (Igreja, quermesse, cursos)..... E pelos homens? (bares, campo de futebol).....				
As mulheres têm autonomia para realizar suas atividades ou precisam da autorização dos homens (esposo, filhos)?.....				
Quais têm sido as principais dificuldades encontradas pelas mulheres para viver no campo?.....				
Qual é sua maior preocupação?.....				



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Goiás
Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação
Campus Catalão



Memorando nº 003/2009/PPG/CAC

Catalão, 12 de janeiro de 2009.

À
Coordenação Geral de Pesquisa/UFG
Comitê de Ética

Assunto: Projetos de Pesquisa/CAC/UFG

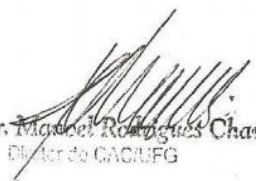
Senhora Coordenadora,

1. Encaminhamos a V. Sa., os documentos retificados dos Projetos de Pesquisa relacionados abaixo:

Ordem	Pesquisador Responsável	Título do Projeto
1	Estevane de Paula Pontes Mendes	A Agricultura Familiar na ruralidade brasileira: as comunidades tradicionais no Cerrado Goiano
2	Estevane de Paula Pontes Mendes	Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do Reservatório da UHE Serra do Facão
3	Wolney Honório Filho	Memória Viva: Produção de novas fontes históricas sobre a cultura Educacional e a Formação de professores no sudoeste goiano

2. Sem mais para o momento.

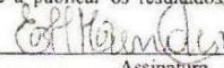

Atenciosamente,


Prof. Dr. Miguel Rodrigues Chaves
Diretor do CAC/UFG



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99)

1. Projeto de Pesquisa: A agricultura familiar na ruralidade brasileira: as comunidades tradicionais no Cerrado goiano					
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) Ciências Humanas/Geografia		3. Código: 7.06		4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)	
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):		7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()	
8. Unitermos: (3 opções) Desenvolvimento rural. Agricultura familiar e pecuária familiar. Comunidades tradicionais.					
SUJEITOS DA PESQUISA					
9. Número de sujeitos: 352 famílias/propriedades		10. Grupos Especiais : <18 anos (X) Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto (X) Relação de Dependência (Estudantes, Militares, Presidiários, etc) () Outros () Não se aplica ()			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL					
11. Nome: Estevane de Paula Pontes Mendes					
12. Identidade: 2852873		13. CPF.: 49747860163		19. Endereço (Rua, nº): Rua Leopoldo de Bulhões, 506, Ap. 1201. Bairro: São João	
14. Nacionalidade: Brasileira		15. Profissão: Geógrafa		20. CEP: 75703-040	
16. Maior Titulação: Doutora		17. Cargo: Professora		21. Cidade: Catalão	
				22. U.F. Goiás	
		23. Fone: (64) 3411 3148		24. Fax (64) 3441-1515	
18. Instituição a que pertence: Universidade Federal De Goiás – Campus Catalão				25. E.mail: iemendes@ibest.com.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.</p> <p>Data: 26 / 11 / 2008</p> <p align="right">  Assinatura </p>					
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO					
26. Nome: Universidade Federal de Goiás		29. Endereço (Rua, nº): Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120. Setor Universitário. Catalão (GO). Caixa Postal 056			
27. Unidade/Orgão: CAMPUS CATALÃO		30. CEP: 75704 - 020		31. Cidade: Catalão	
28. Participação Estrangeira: Sim () Não (X)		33. Fone: (64) 3441 1500		32. U.F. Goiás	
		34. Fax.: (64) 3441 1536			
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não (X) Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)					
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela Instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução</p> <p>Nome: <u>Manoel Rodrigues Chaves</u> Cargo: <u>Diretor da Unidade Campus Catalão</u></p> <p>Data: 26 / 11 / 2008</p> <p align="right">  Assinatura </p>					
PATROCINADOR Não se aplica (X)					
36. Nome:		39. Endereço			
37. Responsável:		40. CEP:		41. Cidade:	
				42. UF	
38. Cargo/Função:		43. Fone:		44. Fax:	
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP					
45. Data de Entrada: ___/___/___		46. Registro no CEP:		47. Conclusão: Aprovado ()	
				48. Não Aprovado ()	
		Data: ___/___/___		Data: ___/___/___	
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: _____ Data: ___/___/___ Data: ___/___/___					
Encaminhado a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação ()		53. Coordenador/Nome _____ Assinatura		Anexar o parecer consubstanciado	
52. Data: ___/___/___					
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP					
54. Nº Expediente :		56. Data Recebimento :		57. Registro na CONEP:	
55. Processo :					
58. Observações:					



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Nã qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Lívia Aparecida Pires de Mesquita		
E-mail	liviap.msqt@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Bolsista		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás		
Palavras-chave:	Mulher. Agricultura familiar. Relações de gênero. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás.		
Título em outra língua:	Women's role in the familiar agriculture: the commmunity Rancharia, Campo Alegre de Goiás		
Palavras-chave em outra língua:	Woman. Family agriculture. Gender relations. Community Rancharia, Campo Alegre de Goiás.		
Área de concentração:	Geografia e ordenamento do território		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	20/02/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão		
Orientador (a):	Estevane de Paula Pontes Mendes		
E-mail:	estevaneufg@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Lívia Aparecida Pires de Mesquita
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 30 / 01 / 2013

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.